CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

“PONHA-SE NO SEU LUGAR”: O ETARISMO NAS ROTAS DE EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

Marta Maria de Andrade Gomes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais

Orientadora: Talita de Oliveira

Rio de Janeiro
Julho / 2025

“PONHA-SE NO SEU LUGAR”: O ETARISMO NAS ROTAS DE EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais

Marta Maria de Andrade Gomes

Banca Examinadora:

_____

Presidente, Professora Dra. Talita de Oliveira (CEFET/RJ) (orientadora)

_____

Professora Dra. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Elisângela de Jesus Santos (UNESP)

SUPLENTES

_____

Professora Dra. Flavia Pinheiro Meireles (CEFET/RJ)

_____

Professora Dra. Mariana Araújo Lamego (UERJ)

Rio de Janeiro
Julho / 2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

G633 Gomes, Marta Maria de Andrade
"Ponha-se no seu lugar": o etarismo nas rotas de experiências de mulheres negras no ensino superior / Marta Maria de Andrade Gomes. — 2025.
123f. + anexo : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2025.
Bibliografia : f. 120-123
Orientadora: Talita de Oliveira

1. Negras - Brasil . 2. Preconceitos – Idade. 3. Estudo e ensino (Superior). 4. Feminismo. I. Oliveira, Talita de. (Orient.). II Título.

CDD 305.896

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

AGRADECIMENTOS

Toda a gratidão ao meu Deus, porque durante todo esse processo, experimentei o Seu Sustento. Por mais um sonho realizado. Nele tenho feito proezas!

Ao meu amor, meu esposo e companheiro Jaime Fernandes, por segurar a minha, por acreditar em mim, quando nem eu acreditava mais. Obrigada por preparar o meu lanchinho nas madrugadas de escrita solitária, e por tentar ficar acordado me esperando para dormir. Meu amor preto, você existe.

À minha orientadora Talita de Oliveira, que me recebeu, me acolheu, me abraçou, me orientou, me fortaleceu e confiou em mim. E com toda generosidade, me apontou outra direção, acreditando que eu seria capaz. Tinha que ser você, professora Talita. Nada que acontece debaixo do sol é por acaso, tudo tem um propósito. Você é gigante.

À minha filha Juliana de Andrade, a mulher da minha vida, por sempre me dizer que sou seu espelho. É por isso que eu sempre desisto de desistir. Sempre foi por você.

Ao meu irmão Leonardo Gomes, meu meninão, por sempre conseguir arrancar boas risadas de mim, ao mesmo tempo que eu estou aos prantos.

Às mulheres negras que compartilharam suas histórias de vida para a realização da minha pesquisa. Levarei um pouco de vocês comigo, em minhas rotas. Quanto saber. Vocês são potência!

Ao professor Roberto Borges, um amigo que o PPRER me deu. Sou grata por sua existência.

Às professoras Maria Cristina Giorgi e Elisângela de Jesus Santos, pela gentileza e disponibilidade em terem aceitado participar de minha banca de defesa de mestrado. Tenho a certeza que serão contribuições preciosas à minha caminhada acadêmica.

A todos os docentes do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, pela partilha em sala de aula, e fora dela. Quanto aprendizado!

À Rachel Rangel, da secretaria do PPRER, por sempre atender nossas questões administrativas com atenção e respeito.

Aos meus amigos de perto e de longe. Aos que agora estão longe, mas de alguma forma participaram desse processo. E aos que permaneceram ao meu lado dando sentido à minha caminhada.

A todos, muito obrigada.

RESUMO

“Ponha-se no seu lugar”: o etarismo nas rotas de experiências de mulheres negras no Ensino Superior

O presente trabalho objetiva conhecer, através das análises das narrativas, os desafios e perspectivas de mulheres negras no ingresso tardio no espaço acadêmico, a partir de relatos de suas experiências nesse espaço social. Ao considerar minha trajetória enquanto mulher negra, bem como a trajetória de tantas com as quais compartilho a vida, e realizando uma leitura das histórias dessas mulheres considerando nossas semelhanças de origem, identifico o quanto a vivência de mulheres negras tem sido atravessada pelas opressões do racismo e sexismo, em diversos espaços da sociedade. Interligado a esses sistemas de opressão, um outro marcador social da diferença tem atravessado o cotidiano dessas mulheres: a idade, onde o capacitismo e o etarismo também se constituem sistemas de opressão na trajetória de mulheres negras. Nesse sentido, busco discutir as trajetórias de mulheres negras acima de 45 anos no Ensino Superior, num cenário de desigualdade social reforçado pela discriminação de raça, gênero, classe e faixa etária, bem como o (não) lugar social dessas mulheres nos diversos espaços na sociedade brasileira, em especial o Ensino Superior. Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada foi a análise da narrativa, tendo como principal instrumento entrevistas não diretivas baseadas nas narrativas autobiográficas de três (3) mulheres autodeclaradas negras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, inspirada na centralidade do sujeito, considerando as suas próprias percepções e definições acerca das opressões vivenciadas no cotidiano, inspiração vinda através da leitura da obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, da escritora e ativista Grada Kilomba (2019). A pesquisa focada nas experiências de mulheres negras e os processos de opressão vinculados às questões de gênero, raça e idade se torna relevante para conhecer as estratégias de enfrentamento dessas mulheres a esses sistemas de opressão em seu cotidiano. Por fim, conhecer as experiências de mulheres negras, suas rotas e suas estratégias de vida, para além dos sistemas de opressão que as atravessam, constitui-se uma mola propulsora na luta por uma sociedade livre de toda e qualquer forma de discriminação.

Palavras-chave: Mulheres negras; Etarismo; Experiências; Ensino superior; Feminismo negro.

ABSTRACT

Put yourself in your place: ethicism on the routes of black women's experiences in higher education

The aim of this paper is to find out, through the analysis of narratives, about the challenges and perspectives of black women who enter academia late, based on accounts of their experiences in this social space. By considering my trajectory as a black woman, as well as the trajectory of so many with whom I share my life, and by reading the stories of these women considering our similarities of origin, I identify how much the experience of black women has been crossed by the oppressions of racism and sexism in various spaces of society. In addition to these systems of oppression, another social marker of difference has crossed these women's daily lives: age, where ableism and ageism are also systems of oppression in the lives of black women. In this sense, I seek to discuss the trajectories of black women over 45 years in Higher Education, in a scenario of social inequality reinforced by discrimination based on race, gender, class and age, as well as the social (non)place of these women in the various spaces of Brazilian society, especially Higher Education. To this end, the research methodology used was narrative analysis, with the main instrument being non-directive interviews based on the autobiographical narratives of three (3) self-declared black women. This is qualitative research, inspired by the centrality of the subject, considering their own perceptions and definitions of the oppressions they experience in everyday life, inspired by reading Memories of the Plantation: episodes of everyday racism, by writer and activist Grada Kilomba (2019). Research focused on the experiences of black women and the processes of oppression linked to issues of gender, race and age becomes relevant in order to learn about these women's strategies for confronting these systems of oppression in their daily lives. Finally, knowing the experiences of black women, their routes and their life strategies, beyond the systems of oppression that run through them, is a driving force in the fight for a society free from all forms of discrimination.

Keywords: Black women; Ethnicity; Experiences; Higher education; Black feminism.

SUMÁRIO

Introdução		**9**
1	**Rota I – Feminismo negro e interseccionalidade como Teoria Social Crítica: a natureza interligada das opressões**	**21**
1.1	Movimento negro, movimento feminista e o "não" lugar social das mulheres negras	21
1.2	O movimento de mulheres negras, feminismo negro e interseccionalidade	30
1.3	Uma análise interseccional entre os marcadores sociais da desigualdade raça, gênero e etarismo	39
2	**Rota II – Raça, gênero, etarismo e formação superior: mulheres negras e as desigualdades dentro das desigualdades**	**47**
2.1	Mulheres negras e etarismo: onde e como se encontram nossas mais velhas no contexto brasileiro?	47
2.2	Entre caminhos, travessias e ensino superior: a constante e incansável luta de mulheres negras pela Educação	57
3	**Rota III – Histórias de vida e experiências: uma análise das narrativas de mulheres negras sobre o ingresso tardio no espaço acadêmico**	**65**
3.1	Construindo o caminho metodológico até os sujeitos de minha pesquisa	65
3.2	Minha trajetória preta	70
3.3	Conhecendo a trajetória de bell – ensinando a transgredir	81
3.4	Conhecendo a trajetória de Carolina	95
3.5	Conhecendo a trajetória de Lélia	106
Considerações Finais		**117**
Referências		**120**
Anexos		**124**

Epígrafe

Enquanto escrevo
Eu não sou o Outro.
Mas a própria voz
Não o objeto
Mas o sujeito.
Torno-me aquela que descreve
E não a que é descrita
Eu me torno autora
E a autoridade
Em minha própria história
Eu me torno a oposição absoluta
Ao que o projeto colonial predeterminou
Eu retorno a mim mesma
Eu me torno.
Grada Kilomba (2015)

Introdução

Ao refletir sobre minha trajetória enquanto mulher negra, bem como a trajetória de tantas com as quais compartilho a vida, e realizando uma leitura das histórias dessas mulheres considerando nossas semelhanças de origem, identifico o quanto a vivência de mulheres negras tem sido atravessada pelas opressões do racismo e sexismo, em diversos espaços da sociedade.

O espaço universitário é um deles, pois além de se depararem com outro mundo de possibilidades, essas mulheres negras também se confrontam com as marcas de um espaço elitizado, racista e sexista. E, apesar da relevante contribuição das políticas de ações afirmativas nas últimas décadas, em especial a Lei 12.711/2012 (Lei de cotas raciais), promovendo a inserção e a diversidade no ensino superior, ainda existem vários obstáculos a serem enfrentados, devido às opressões que se articulam e se atualizam na universidade também.

Interligada a esses sistemas de opressão, a trajetória dessas mulheres vem sendo atravessada por um outro marcador social da diferença, a idade. Capacitismo e etarismo são dois dos sistemas de opressão que, para além de raça e gênero, atravessam o cotidiano de mulheres negras mais velhas.

Assim sendo, parte-se da afirmação de Lorde (1983):

> Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você (LORDE, 1983, n.p.).

Nesse sentido, a presente pesquisa tem como interesse discutir as trajetórias de mulheres negras acima de 45 anos no Ensino Superior, num cenário de desigualdade social reforçado pela discriminação de raça, gênero, classe e faixa etária. O trabalho tem como objetivo geral conhecer os desafios e perspectivas dessas mulheres no ingresso tardio no espaço acadêmico, a partir de relatos de suas experiências nesse espaço social. Como objetivos específicos, identificar quais são os desafios para o ingresso dessas mulheres negras na Academia; compreender como essas mulheres identificam os sistemas de opressão

racismo, sexismo, etarismo em seu cotidiano nesses espaços, bem como suas estratégias de enfrentamento; e conhecer as perspectivas dessas mulheres antes e após o ingresso no Ensino Superior.

Para tanto, a presente pesquisa traz como arcabouço teórico para a discussão sobre o (não) lugar da mulher negra nas sociedades as produções de pensadoras feministas negras, como Audre Lorde (2015), Beatriz Nascimento (2021), bell hooks[1] (1995; 2015), Giovana Xavier (2019), Glória Anzaldua (2000), Grada Kilomba (2019), Joice Berth (2021;2022), Jurema Werneck (2009), Kimberle Creshaw (2002), Lélia Gonzalez (1982; 1984; 1988), Neuza Santos Souza (1983), Patrícia Hill Collins (2016; 2017; 2019; 2022), Sueli Carneiro (2003).

Assim sendo, me aproprio do pensamento de Kilomba (2021):

> Fazer pesquisa entre iguais, tem sido fortemente encorajado por feministas, por representar as condições ideais para relações não hierárquicas entre pesquisadoras/es e informantes, ou seja, onde há experiências compartilhadas, igualdade social e envolvimento com a problemática. (KILOMBA, 2019, p. 82-83).

Nesse mesmo sentido, em sua obra *Pensamento Feminista Negro*, a escritora, ativista e feminista negra estadunidense Patrícia Hill Collins (2019) discute o lugar social da mulher negra em diversas áreas da sociedade, utilizando-se do conceito de interseccionalidade como teoria social crítica de análise de determinados marcadores sociais, como raça, gênero, classe e idade, e como estes se articulam e se constituem enquanto sistemas de opressão que se retroalimentam, promovendo e reproduzindo as desigualdades sociais.

Numa produção de conhecimento a partir das experiências de mulheres negras, a autora aponta os desafios e as estratégias de resistência dessas mulheres frente a esses sistemas de opressão, se propondo a apresentá-las como agentes de conhecimento de nossa própria vida (COLLINS, 2019).

Sobre essa discussão, Collins (2019) nos apresenta a categoria "outsider within[2]" ou "forasteiras de dentro", apontando que devemos aprender sobre como as matrizes de poder

[1] bell hooks corresponde ao pseudônimo de Glória Jean Watkins, que prefere que seja grafado em letras minúsculas por querer dar ênfase à essência de seus escritos e não a sua pessoa.

[2] Collins trata da relação das mulheres negras com suas famílias brancas, onde, mais do que trabalharem como empregadas domésticas, tornavam-se membros honorários destas famílias. Mas as mulheres negras sabiam que, apesar do status de Insider, sempre seriam outsiders.

e dominação interferem e condicionam a ocupação deste lugar social por parte das mulheres negras, potencializando a questão do não pertencimento. Uma discussão que dialoga diretamente com a presente pesquisa e que formulou, para o seu desenvolvimento, três hipóteses. A primeira é que o ingresso tardio de mulheres negras no Ensino Superior está intimamente ligado ao histórico de marginalização da população negra, sendo esta historicamente associada somente aos espaços de serviço; a segunda diz respeito às experiências e aos desafios decorrentes da discriminação racial e de gênero em quase todos os espaços da sociedade, nos quais as mulheres negras se espelham na luta de suas mais velhas para romperem com a lógica racista do não pertencimento, como legitimação dessa luta por ocupação dos espaços negados ao povo negro por quase quatro séculos; e, por última hipótese, no que diz respeito ao aumento no ingresso de mulheres negras no Ensino Superior, principalmente após a implementação de políticas afirmativas, a necessidade de seu sustento e de sua família, bem como a criação dos filhos se constituem alguns dos entraves para a inserção dessas mulheres nesses espaços.

O lugar da mulher negra foi e ainda é demarcado pela subalternização e pela realização de atividades manuais representadas fortemente pelos serviços domésticos, de limpeza e conservação. Grande parte são serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras, cuidadoras de idosos e auxiliares de serviços gerais, ocupando "lugares de baixa remuneração, nenhum reconhecimento e que exigem pouca escolaridade" (SANTOS; DIAS, 2019, p. 16).

E este lugar de subalternidade imposto historicamente às mulheres negras pelas estruturas de poder é o responsável pelo não pertencimento dessas mulheres em diversos espaços da sociedade. E nesta perspectiva, Collins (2019, p. 13) afirma que "temos muito a aprender umas com as outras no que diz respeito à maneira como os sistemas interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade se informam mutuamente em nossas respectivas configurações nacionais".

E tem sido através do aprendizado mútuo que as mulheres negras têm se organizado no enfrentamento aos inúmeros desafios impostos pelos variados sistemas de opressão na sociedade decorrentes do racismo, onde

> As mulheres negras resistem, seja compartilhando pequenos momentos de amor umas com as outras na vida cotidiana, seja cultivando comunidades nas quais a vida de nossos filhos, de nossos entes queridos e nossa própria vida importam, seja, ainda, criticando as políticas públicas que nos negam

> acesso a segurança, educação, moradia, emprego e saúde (COLLINS, 2019, p.12).

Nesse sentido, considero importante uma reflexão sobre o título deste trabalho, pois, muito antes de iniciar meus rascunhos do texto, "*Ponha-se no seu lugar"* já havia sido escolhido como título. E logo que fui indagada sobre o porquê, e se eu estava ciente da duplicidade de sentido do título escolhido, entendi que ele fazia todo o sentido para a minha escrita.

Ao analisar minha trajetória enquanto mulher negra, me apropriar do pensamento feminista negro, em especial a problemática em torno do lugar social das mulheres negras, afirmo o duplo sentido que este "lugar" que problematizo em minha pesquisa possui: o lugar social que a mulher negra está buscando, bem como o lugar social que sempre irão negar-lhe.

Ainda na perspectiva de instrumentalizar mulheres negras no enfrentamento aos sistemas de opressão, a autora trata a relevância das conexões entre os vários feminismos negros, especialmente entre o Brasil e Estados Unidos.

> O feminismo afro-brasileiro é fundamental para esses diálogos. As conexões cada vez mais visíveis entre o feminismo negro afro-brasileiro e o pensamento feminista negro dos Estados Unidos ilustram os possíveis benefícios de um feminismo transacional. Ambos os grupos enfrentam desafios semelhantes: por exemplo, lidar com os legados da escravidão que costumam desvalorizar a condição da mulher negra, bem como, elaborar respostas ao racismo antinegro que assume formas específicas conforme o gênero (COLLINS, 2019, p. 13).

Nessa mesma perspectiva, a autora e intelectual negra Sônia Beatriz dos Santos (2007), em seu artigo "Feminismo Negro Diaspórico", nos traz elementos fundamentais sobre essa organização social e política das mulheres negras, afirmando a importância de suas experiências de opressão, bem como a conexão dos diversos feminismos negros existentes na Diáspora, como instrumento nas lutas de resistência contra o sistema de dominação que afeta as mulheres negras.

O lugar das mulheres negras na sociedade e o papel das feministas afrodescendentes também é retratado em "Aprendendo com outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro" (COLLINS, 2016). Nele, a autora nos revela a importância de mulheres negras utilizarem o lugar de marginalidade que ocupam na sociedade como

argumento para produzir um pensamento feminista negro capaz de refletir diferentes olhares e perspectivas em relação ao (não) lugar social ocupado por alguns grupos minorizados, em especial as mulheres negras. E segue afirmando que, por muito tempo, as mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos, posições que conferem a estas mulheres o status de "outsiders within":

> [...] muito do pensamento feminista negro tem como objetivo contornar essa invisibilidade ao apresentar análises de mulheres negras enquanto sujeitos humanos plenos. [...] a pesquisa crescente que descreve o comportamento histórico e contemporâneo das mulheres negras como mães, trabalhadoras nas comunidades, líderes da igreja, professoras e trabalhadoras em geral, e as ideias das mulheres negras sobre si mesmas e suas oportunidades refletem um esforço para responder a omissão dos fatos sobre mulheres afro-americanas (COLLINS, 2016, p. 120).

A escolha do tema de pesquisa teve como motivação os desafios vivenciados ao longo da minha trajetória de mulher, negra e periférica para ingressar no Ensino Superior, o que ocorreu somente aos 43 anos, bem como a elaboração da monografia do Curso de Pós-Graduação *Latu Sensu* (Especialização) em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), intitulada *A raça da mulher negra na polícia militar do Rio de Janeiro* (2017). Com o meu completo envolvimento com a narrativa das vivências e trajetórias de mulheres negras em seu cotidiano profissional, dei início à pesquisa sobre as experiências e as histórias de vida de mulheres negras nas polícias militares, em especial a polícia militar do Estado do Rio de Janeiro. Mulheres que, assim como eu, tinham os mais diversos enfrentamentos em seu cotidiano profissional "decorrentes única e exclusivamente de sua condição racial e de gênero, sem que houvesse qualquer política de enfrentamento à discriminação, ou ainda, de apoio a essas mulheres" (GOMES, 2017, p. 34).

De acordo com Sanzone (2002), apesar de o funcionalismo público e instituições militares como a Polícia Militar e o Exército se constituírem uma via importantíssima de mobilidade social para os negros brasileiros, esses sujeitos, em especial as mulheres negras, não estão imunes às opressões racistas e sexistas praticadas no interior destas instituições.

Estudar a trajetória das mulheres negras no Brasil é narrar uma história de sacrifício, pobreza, violação de direitos e de várias formas de desvantagens em relação às outras de discriminação contra mulher, ressaltando ainda que é sempre sobre a mulher que recai todo

o peso da hereditariedade colonial (Neves, 2008), na qual o sistema patriarcal apoia-se solidamente na prática escravista, como afirma Vainfas (2010).

Nesse mesmo sentido, Renata Gonçalves (2018), em seu artigo "A invisibilidade das mulheres negras no Ensino Superior", fala sobre os resquícios que a pesada herança da escravidão e a ausência de políticas no pós-escravidão deixaram em toda sociedade brasileira:

> [...] negros e negras ficaram à margem do projeto que se erguia. Uma das áreas de mais difícil acesso foi a da educação que, após muitas lutas vem paulatinamente sendo um espaço de inserção, sobretudo por meio de políticas afirmativas (GONÇALVES, 2018, p. 350).

A luta pelo fim da desigualdade racial e social e seus efeitos nocivos na sociedade brasileira não é recente. Essa luta por igualdade de direitos, em especial, por uma educação emancipatória para a população negra, tem sido pauta dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro, desde o início do século XX, assim como afirma a professora e socióloga Nilma Lino Gomes (2012), em seu artigo "Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça".

> A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (GOMES, 2012, p. 735).

E foi através das lutas por democracia e reconstrução da identidade do povo negro que o movimento negro, assim como outros movimentos sociais, tiveram uma atuação fundamental na política de educação, reivindicando "a inclusão dos negros na escola pública como recurso argumentativo nos debates educacionais dos anos de 1940 e 1960", assim como afirma Gomes (2012, p. 737).

O acesso à educação continuou sendo pauta das lutas do movimento negro ao longo da história brasileira, que segue reivindicando a promoção da igualdade racial. Nesse contexto, motivadas por reivindicações dos movimentos sociais ao Estado, começam a surgir no Brasil as políticas de ações afirmativas. Tais ações tiveram origem nos Estados Unidos

(EUA) como “políticas governamentais que exigem ou incentivam o uso consciente de raça e sexo como um dispositivo de remediação na alocação de empregos ou oportunidades educacionais” (TRINDADE; PINHO; JESUS, 2022, n.p).

Nesse sentido, a historiadora, professora e feminista negra Giovana Xavier (2019a) afirma que a implementação das políticas de ações afirmativas, em especial as cotas raciais, contribuiu sim, em grande parte, para o crescimento de 5,5% para 12% no percentual de estudantes negros presentes nas universidades públicas brasileiras, entre 2005 e 2016. Entretanto, a constatação é de que essas ações não atendem à grande massa da população, o que, segundo a autora, “culminou na emergência de novas agendas de pesquisa, como a importância de valorizar trajetórias individuais e coletivas, subjetividades e narrativas em primeira pessoa” (XAVIER, 2019a, p. 80).

Nesta mesma direção, Gonçalves (2021, p. 360) afirma que, apesar dos avanços educacionais, com as políticas governamentais de reparação e, em especial, as cotas raciais, a população negra ainda é minoritária no ensino superior, tanto como discente quanto docente.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontados em 2016, não obstante o avanço, com o aumento no ingresso de negras e negros nas IES, a desigualdade permanece. Os dados mostram que, nas IES públicas e privadas do Brasil, “de um total de 383.683 docentes, apenas 1,34% declararam-se negras ou negros” (INEP, 2016). Na pós-graduação, o Censo destaca que as mulheres negras não chegam sequer a 3% do corpo docente no país.

Essa realidade, representada nos dados, mostra a desigualdade ainda predominante no que se refere à representatividade da mulher negra estudante na graduação e também no corpo docente nas IES, apesar da conquista que as políticas de ações afirmativas trouxeram com o acesso por cotas étnico-raciais para estudantes na graduação e pós-graduação e, mais recentemente, nos concursos públicos para cargo de docentes nas IES.

Dessa forma, a manutenção da relação interseccional do racismo estrutural e do sexismo nos espaços universitários ainda é uma grande barreira para a prática da igualdade étnico-racial, de gênero e social na sociedade, penalizando principalmente mulheres negras nesse contexto.

Em *Uma história feita por mão negras,* Alex Ratts (2021) afirma que

> Patrícia Hill Collins, em *Pensamento Feminista Negro*, se debruça sobre a construção de uma epistemologia feminista negra ante as barreiras de raça, gênero e classe no espaço acadêmico norte-americano. Segundo a autora, grupos de "conhecimento subjugado", como o pensamento das mulheres negras, devem se desdobrar a mais para convencer uma comunidade acadêmica hegemônica – homens, brancos, de elite e que se declaram hétero. (RATTS, 2021, p. 19)

Todavia, como foi mencionado anteriormente nesta introdução, a idade se constitui num outro marcador social da diferença que vem atravessando o cotidiano de mulheres, em especial as mulheres negras, se interligando aos marcadores raça e gênero, na trajetória das mulheres negras mais velhas em diversos espaços da sociedade.

Estudos da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia indicam que o "preconceito relacionado à idade, o etarismo, prejudica a saúde, afeta a dignidade, nega às pessoas direitos humanos e impacta a habilidade de cada indivíduo alcançar seu pleno potencial (SBGG, 2022, n.p). Afirmam ainda que existe interseccionalidade entre raça e idade e que é preciso analisar como esses marcadores sociais impactam a vida da pessoa idosa negra.

Para tanto, o etarismo precisa ser adicionado à pauta das discussões sobre os marcadores sociais da diferença, bem como sua forma perversa de opressão contra a população idosa.

Nesse mesmo sentido, a socióloga Ana Maria Goldani afirma que

> [...]a discriminação por idade e preconceito etário, no Brasil, deveria ocorrer sob a abordagem das discriminações múltiplas. Esta exige que consideremos a perspectiva da interseccionalidade, que abrange a ideia de que pessoas podem experimentar opressão e privilégio ao mesmo tempo, com base em certas características individuais e dependendo do contexto. (GOLDANI, 2010, p. 414)

Em março de 2023, em um artigo na Revista Marie Claire[3], bem como também nas mídias sociais, se falou de um caso ocorrido numa universidade do interior de São Paulo no qual algumas jovens alunas utilizaram suas redes sociais para hostilizarem uma colega de turma de 45 anos, dizendo que esta era "velha" demais para estudar e que deveria estar aposentada.

[3] Artigo "Aluna de 45 anos que sofreu etarismo na faculdade: não desistirei, quero fazer mestrado e doutorado". Publicado em revistamarieclaire.globo.com/retratos/notícias/2023/03, e acessado em 06/04/2025.

A atitude das alunas mais jovens em relação à colega foi classificada como etarismo, conceito definido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como "o preconceito, a discriminação e os estereótipos baseados na idade" (SBGG, 2022, n.p). Este conceito, também conhecido como ageísmo ou idadismo, tem sido uma prática recorrente em diversos espaços da sociedade e tem sua origem na ideia de que as pessoas mais velhas não podem realizar atividades como trabalhar, estudar, que são pessoas absolutamente frágeis e com saúde sempre debilitada.

O debate sobre o etarismo, essa velha prática de utilizar a idade na categorização e divisão entre as pessoas, gerando desvantagens, injustiças, perdas e um desgaste desnecessário entre as gerações, é um fenômeno social, ou seja, mais uma expressão de preconceito.

A escritora e feminista negra Joice Berth (2021) nos alerta que

> Em uma sociedade desigual e hierárquica como a nossa, o preconceito de idade não é apenas casual, ou seja, torna-se uma questão sistêmica, que piora as relações e o desenvolvimento humano de alguns grupos que já são fragilizados pelas estruturas sociais marcadas pelas opressões. (BERTH, 2021, n.p)

Portanto, se torna relevante uma análise sobre como a intersecção do etarismo com outros marcadores sociais tem impacto direto na vida das mulheres negras nos espaços ocupados por essas mulheres na sociedade brasileira, incluindo o espaço acadêmico.

Metodologia

Ao escolher como conceito central de minha pesquisa o etarismo, um preconceito relacionado à idade, e, ainda, levando em consideração as questões de gênero e seu impacto nas experiências de racismo, busquei ouvir e compartilhar as experiências de mulheres negras de 45 a 65 anos no ingresso tardio no espaço acadêmico.

Sistematicamente, esta pesquisa teve como propósito recuperar essas experiências de mulheres negras, baseando-se na interseccionalidade de opressões que atravessam o cotidiano dessas mulheres nos diversos espaços da sociedade. E perceber que esse propósito era possível como um projeto de pesquisa acadêmica foi ao mesmo tempo desafiador e encorajador para minha escrita. Nesse mesmo sentido, Giovana Xavier (2019, p. 16) afirma,

em seu livro *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história*, a "importância da escrita de novas histórias por sujeitos silenciados no espaço público de debates".

Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada inspirada na análise da narrativa, tendo como principal instrumento entrevistas não diretivas baseadas nas narrativas autobiográficas de quatro (04) mulheres autodeclaradas negras, que foram escolhidas com base nos seguintes critérios: de idade entre 45 e 65 anos; serem intelectuais negras[4]; serem discentes ou egressas de cursos do ensino superior (graduação, especialização ou pós-graduação) e, por fim, todas serem pertencentes ao meu grupo social, com idade e classe semelhantes à minha.

Com relação ao critério intelectuais negras, eu o escolhi após me debruçar na leitura da escritora, professora e doutora Giovana Xavier. Em *Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história* (Xavier, 2019, p. 89), ela traz dois questionamentos que considero pertinentes enquanto pesquisadora: "quem tem o direito de ser reconhecido como intelectual no Brasil? Como as intersecções de gênero, raça e classe colocam-se no espaço acadêmico e na produção científica?"

Não menos importante, para a construção dessa pesquisa, utilizei, como base teórico-conceitual, produções bibliográficas que trazem a discussão sobre o (não) lugar das mulheres negras nos diversos espaços da sociedade, em especial a Academia.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, inspirada na centralidade do sujeito, considerando as suas próprias percepções e definições acerca das opressões vivenciadas no cotidiano. Inspiração vinda através da leitura da obra maravilhosa e inquietante *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, da escritora e ativista Grada Kilomba (2019).

> A pesquisa centrada em sujeitos, como argumenta Paul Mecheril (1977, p. 33) em seu trabalho pioneiro sobre racismo cotidiano, examina as experiências, auto-percepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito [...]. Se as mulheres negras, bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidas como sujeitos, então devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos. (KILOMBA, 2019, p. 81-82)

[4] Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla. *Intelectuais Negras* (hooks, 1995, p. 468).

Logo após a escolha das entrevistadas, com base nos critérios mencionados acima, foi realizado um primeiro contato, através de suas redes sociais (Instagram), com um convite informal para participarem de minha pesquisa como entrevistadas. Após o aceite das quatro mulheres, já então participantes de minha pesquisa, lhes enviei uma carta convite via e-mail, explicando sobre a temática da pesquisa e a viabilidade de possível data e horário para a entrevista. Ressalto ainda que, na ocasião das entrevistas, foi disponibilizado para cada participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), constando a temática e os objetivos da pesquisa.

A escolha dessas ferramentas metodológicas possibilitou tanto a mim, enquanto pesquisadora, quanto às entrevistadas, enquanto sujeitos de pesquisa, um entrelaçamento de experiências, um olhar subjetivo para suas histórias de vida, bem como uma escuta qualificada, a qual se constitui uma premissa numa pesquisa qualitativa.

E, numa perspectiva epistemológica, foram feitas a validação e a sistematização das análises das narrativas autobiográficas, reivindicando o lugar de produção de conhecimento.

E é nessa perspectiva que me aproprio da declaração da escritora Conceição Evaristo, ao ser homenageada no 6º Festival Latinidades 2013: "a mulher negra deve escrever a sua história, já que ela não é contada por mais ninguém. Para a mulher negra, escrever é um ato político"[5].

Dessa forma, a dissertação está organizada em três capítulos, denominados rotas. E o objetivo da utilização desta nomenclatura foi evidenciar as trajetórias, caminhos e rumos das mulheres negras no enfrentamento ao racismo cotidiano, ocupando os espaços e alcançando seus sonhos.

Na primeira rota, apresento alguns aportes teóricos que embasam a produção dessa pesquisa. Esta rota está dividida em três seções. Na primeira seção, apresento uma discussão sobre o movimento negro, o movimento feminista e o lugar social das mulheres negras, percebendo como, ao longo da história, as mulheres negras se apropriaram dos espaços formais e informais para assegurar o fortalecimento coletivo. Na segunda seção, as discussões concentram-se nos conceitos movimento de mulheres negras, feminismo negro e interseccionalidade, trazendo para a discussão o pensamento de mulheres feministas negras e suas denúncias acerca das experiências de opressões das mulheres negras na Diáspora. Na

[5] Fonte: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2013/08/01-08-201cpara-a-mulher-negra-escrever-e-um-ato-politico201d-afirma-escritora-conceicao-evaristo-no-6o-festival-latinidades acessado em dezembro de 2024.

terceira seção, apresento uma análise interseccional entre os marcadores sociais da desigualdade raça, gênero, etarismo, pensando sobre o peso dessa intersecção na vida de mulheres negras que são atravessadas pelas opressões advindas desses marcadores.

Todas as discussões apresentadas nesta primeira rota, e suas respectivas seções, foram embasadas nas obras das autoras Patrícia Hill Collins (2019; 2022), Kimberlé Crenshaw (2002), Ângela Davis (2016), Grada Kilomba (2019), Nilma Lino Gomes (2012;2018), Renata Gonçalves (2018), Sueli Carneiro (2003), Jurema Werneck (2009), Djamila Ribeiro (2018), Sônia Beatriz dos Santos (2007), bell hooks (1995; 2015), Lélia Gonzalez (1982; 1984; 1988), Audre Lorde (2019), Joice Berth (2021;2022). Vale ressaltar que todas estas autoras trazem o feminismo negro como ferramenta de luta contra os sistemas de opressão que atravessam as vidas de mulheres negras em toda sua trajetória de vida em diversos espaços da sociedade, em especial o espaço acadêmico.

Na segunda rota, que está dividida em duas sessões, foram abordados os marcadores raça, gênero e etarismo e o acesso de mulheres negras ao Ensino Superior, tendo como base as produções e obras das intelectuais negras Angela Davis (2016), Beatriz Nascimento (2021), bell hooks (1995), Chimamanda Adichie (2019), Conceição Evaristo (2014), Débora Sirno Sntos e Luciana (2016), Djamila Ribeiro (2017; 2019), Lélia Gonzalez (1994; 2018), Nilma Lino Gomes (2012), Patrícia Hill Collins (2019), Sueli Carneiro (2003; 2020).

E por último, a terceira rota foi construída com base na metodologia de pesquisa, incluindo a escolha do campo; a análise das narrativas orais de mulheres negras entre 45 e 65 anos no espaço acadêmico com base em suas experiências de vida, bem como a minha trajetória de pesquisadora enquanto mulher, negra, periférica, com 56 anos e acadêmica. Esta rota está dividida em cinco seções. Na primeira seção, me dedico a explicar meu objetivo de pesquisa, como cheguei a estas mulheres e, ainda, todo o caminho que percorri até meu objeto de pesquisa: as experiências de mulheres negras de 45 a 65 anos no ensino superior. Na segunda seção, apresento meu relato pessoal, uma narrativa escrita, que se constituiu uma das motivações para continuação de minha pesquisa. Em seguida, apresento as três seções dedicadas à análise dos dados coletados através das entrevistas.

Rota I – Feminismo negro e interseccionalidade como Teoria Social Crítica: a natureza interligada das opressões

> Como nos atrevemos a sair de nossas peles? Como nos atrevemos revelar a carne humana escondida e sangrar vermelho como os brancos? É preciso uma enorme energia e coragem para não aquiescer, para não se render a uma definição de feminismo que ainda torna a maioria de nós invisíveis. (ANZALDUA, 2000, p. 231)
>
> .

Essa rota inicial de minha pesquisa é dedicada à análise bibliográfica sobre as temáticas feminismo negro e interseccionalidade enquanto teoria social crítica.

1.1- Movimento negro, movimento feminista e o "não" lugar social das mulheres negras

Historicamente, a escravidão no Brasil deixou uma herança profunda de desigualdade e discriminação, cujos impactos persistem até hoje. A autora e ativista brasileira Lélia Gonzalez (2020), em sua obra *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: ensaios, intervenções e diálogos*, discute o processo de escravização do povo negro e seus impactos, enfatizando que a escravidão não foi apenas uma forma de exploração econômica, mas também um processo de desumanização e violência que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que se manifestam até hoje em forma de racismo e desigualdade.

Tanto no período da escravidão como no pós-escravidão, o povo africano e seus descendentes na diáspora foram considerados inferiores e, por isso, poderiam ser tratados como objetos pelos europeus, responsáveis pelo sequestro de homens e mulheres de seus países de origem em África. Pessoas negras vivenciam um contexto de violência e são impossibilitadas de acessar direitos desde muito cedo. Uma dinâmica de exclusão que se constitui numa pesada herança do passado escravista e colonialista e que se faz presente até hoje.

Nesse sentido, a pesquisadora Renata Gonçalves (2018) afirma que a invisibilidade de negras e negros como sujeitos de direitos em vários espaços da sociedade brasileira está diretamente ligada ao processo de escravidão negra no Brasil. E a ausência de políticas no pós-escravidão, especialmente no século XX, no qual se constituiu as ciências de uma forma geral e, em especial, as ciências sociais, construiu um cenário onde a população negra ficou à margem do projeto de nação que se erguia.

> Sem políticas públicas que pudessem inserir a população recém-liberta no projeto nacional do pós-abolição, e diante de um cenário que propalava a inferioridade da população não-branca, negras e negros não tiveram acesso à cidadania plena. Era necessário agir coletivamente enquanto movimento organizado para reivindicar, do respeito como ser humano ao emprego digno. (GONÇALVES, 2018, p. 351)

Mesmo após quase quatro séculos de escravização, a abolição da escravatura, ocorrida somente em 1888, não garantiu à população negra sua plena inserção social como cidadã, que prosseguiu vivenciando a exclusão e a violência do processo de colonização. De acordo com Baggenstoss e Coelho (2021, p. 78), na lógica colonial, o modelo civilizacional do Norte Global foi alcançado baseando-se num fenômeno constituído pelo abandono dos saberes tradicionais, locais, comunitários.

E ao nominar esse fenômeno como epistemicídio, a ativista e intelectual Sueli Carneiro (2005) vem denunciando o aspecto discursivo e material da colonialidade sobre os corpos, especialmente sobre os corpos negros.

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. (CARNEIRO, 2005, p. 96)

As mudanças no cenário do pós-abolição, bem como do processo colonial caracterizado pela intensa dominação europeia, tiveram início somente após as fortes pressões dos movimentos organizados da comunidade negra em vários períodos da história.

Em *Movimento negro e Educação: ressignificando e politizando a raça,* a professora e escritora Nilma Lino Gomes (2012) traz a importância dos coletivos do movimento negro nas reivindicações políticas relacionadas à promoção da igualdade racial e no combate ao racismo no Brasil.

De acordo com a autora, tanto como discurso, quanto prática social, o Movimento Negro ressignifica e politiza a ideia de raça, questionando assim a própria história do Brasil e da população negra no país. Para além disso, traz uma interpretação da questão étnico-

racial, colocando-a como ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos devam ser tratados igualmente como sujeitos de direitos.

> Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social. (GOMES, 2012, p. 731)

Podemos afirmar que o racismo no Brasil possui suas especificidades. Os estudos sociológicos e a historiografia sobre o país revelam que a sociedade brasileira foi constituída, essencialmente, com base no sistema escravocrata, a exemplo do que lecionam autores como Clovis Moura (1983). E, como aponta o autor, esta sociedade escravocrata foi determinante para estabelecer as bases da exploração da população negra no Brasil, tendo sido o "fato histórico-social mais importante para a formação brasileira" (MOURA, 1983, p. 131) e que segue, ainda na atualidade, sendo estruturada por profundos vestígios de relações escravistas, bem como estruturas de poder herdeiras da ideologia do colonizador.

> Daí o modelo do homem ser atingido por esta alienação. Foge-se do homem concreto para o homem abstrato imposto pelo colonizador: o branco. Em outras palavras: cria-se uma subjacência racista nessas sociedades. No Brasil o ponto central contra o qual o preconceito – reflexo dessa alienação - se volta é o Negro, - o ex escravo. O preconceito de cor, ou melhor, o racismo eufemístico do brasileiro tem, assim, raízes na forma como ele foi colonizado e posteriormente dominado pelo imperialismo. Não é um fato fortuito, epifenomênico, mas faz parte desta realidade econômica, política, ideológica e cultural. (MOURA, 1983, p.131)

Nesse sentido, entendemos que existem outros fatores responsáveis pela manutenção da discriminação racial, da desigualdade social, e pelo racismo na sociedade brasileira, para além da escravidão. Segundo Sansone (2002), no Brasil, a cor escura da pele tem uma estreita associação com a classe social. E, historicamente, os afro-brasileiros têm tido uma grande representação entre as classes mais pobres, contexto onde a discriminação racial tem atuado de maneira marcante nos padrões de exclusão social.

Com base em minha pesquisa para o trabalho de Conclusão de Curso de Especialização *A raça da mulher negra na polícia militar do Rio de Janeiro* (GOMES,

2017), é possível afirmar que as opressões étnico-raciais estão presentes em diversos espaços da sociedade, abarcando também uma outra dimensão do racismo, a institucional.

Sobre essa dimensão, a ativista feminista e pesquisadora Jurema Werneck (2016) aborda o conceito de racismo institucional como um sistema de opressão que simboliza ações e políticas institucionais capazes de produzir e/ou manter a vulnerabilidade de indivíduos e grupos sociais vitimados pelo racismo, e denuncia:

> Possivelmente é a dimensão mais negligenciada do racismo, pois desloca-se da dimensão individual e instaura a dimensão estrutural, correspondendo a formas organizativas, políticas, práticas e normas que resultam em tratamentos e resultados desiguais. (WERNECK, 2016, p. 54)

Entretanto, há ainda uma dimensão do racismo, enquanto um sistema de opressão, pouco problematizada nas discussões sobre a temática racial, o racismo cotidiano. Tal dimensão é definida pela escritora Grada Kilomba (2019) como

> Todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e as Pessoas de Cor não só como "Outra/o" – a diferença contra qual o sujeito branco é medido – mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca. (KILOMBA, 2019, p. 78)

E foi neste contexto de debates sobre o racismo e suas variadas dimensões, e ainda os questionamentos sobre as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades sociais, que se reforça a importância do movimento negro enquanto movimento social relevante para a luta antirracista da população negra.

> [...] a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural. (GOMES, 2012, p. 733)

É no cenário político pós-revolução de 1930 que alguns movimentos negros tomam corpo, articulando diversas ações negras para combater as práticas racistas. E, em 1931, foi fundada em São Paulo a Frente Negra Brasileira (FNB), entidade negra que resultava do "acúmulo de experiências, em especial o proeminente Centro Cívico Palmares (1926-1929), e propunha elevar política, moral e culturalmente a comunidade negra, desenvolvendo uma

importante iniciativa educacional" (GONÇALVES, 2018, p.351), sendo extinta com o golpe de 1937 – Estado Novo, segundo a autora.

Considerando que o século XX foi marcado pela construção das ciências de uma forma geral e das ciências sociais no Brasil, as disputas pelo protagonismo no campo científico foram intensas e o debate intelectual ficou concentrado nas dinâmicas que compunham a sociedade brasileira num contexto moderno e industrial e os impactos da escravidão na sociedade brasileira.

Neste mesmo sentido, Domingues (2008) afirma que a questão educacional da população negra no Brasil era a principal bandeira dos movimentos negros; em 1954, nasce a Associação Cultural do negro, entidade composta quase que exclusivamente pela população negra mais precarizada, a qual não tinha a pauta da Educação como prioridade, sendo inserida somente em 1977, mas que também não resiste e fecha suas portas. A retomada dos debates sobre a questão se dá no final dos anos 1970 com o surgimento do Movimento Negro Unificado, que articulava a luta por democracia racial à luta de classes, tendo como pautas principais o enfrentamento à violência policial, a organização nos sindicatos e nos partidos políticos, e o acesso à educação.

É importante mencionar que o debate intelectual nas ciências sociais sobre as relações raciais não foi pautado inicialmente do ponto de vista das classes sociais. A discussão problematizando raça e classe só acontece via movimentos negros organizados – Imprensa Negra, Teatro Experimental do Negro, quilombos, irmandades religiosas, entre outros constituídos, sobretudo na segunda metade do século XX.

Nesse sentido, "a denúncia do 'mito da democracia racial'[6], como um importante elemento na luta contra o racismo, é uma das características marcantes presentes nas organizações do movimento negro criadas a partir da década de 1970", como sinalizou-nos o autor Amilcar Araújo Pereira (2012) em seu artigo "Por uma autêntica democracia racial!: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história". Aponta ainda que essa lógica de democracia racial foi uma construção na busca e um Brasil moderno e industrial, e na disputa por um horizonte científico que negasse a escravidão e as vivências e existências negras neste país. Nesse contexto, o termo *negro* ganha conotação política e passa a ser utilizado em substituição ao termo "homem de cor".

[6] O mito democracia racial, muito associado ao clássico livro de Gilberto Freyre publicado em 1933, Casa-grande & senzala, tornou-se o centro de construção da própria identidade nacional na primeira metade do século XX (PEREIRA, 2012).

Como afirma Renata Gonçalves (2018), foi

> Sob a inspiração do Movimento Panteras Negras, de lideranças como Martin Luther King e Malcom X e das lutas de libertação, o Movimento Negro Unificado passou a incentivar negras e negros brasileiros a assumirem sua condição racial, despojando o termo *negro* de sua conotação pejorativa e adotando-o oficialmente para designar todas e todos os descendentes de africanas e africanos escravizados no país. (GONÇALVES, 2018, p. 352)

E é em meio as intensas mobilizações políticas que colaboraram para a revitalização do movimento negro que surge o movimento feminista (universal), no qual mulheres começam a buscar, de forma organizada, a defesa de seus direitos. Este movimento se destacou no Brasil em meio às lutas contra a ditadura militar (1964-1985), com a proposta de afirmação da democracia na busca por igualdade de direitos e oportunidades.

No final dos anos de 1960, o movimento feminista incorporou à sua pauta questões como o acesso a métodos contraceptivos, saúde preventiva, igualdade entre homens e mulheres, proteção à mulher contra a violência doméstica, equiparação salarial, apoio em casos de assédio, entre tantos outros temas pertinentes à condição da mulher na sociedade brasileira.

Gonçalves (2018, p. 35) afirma que o cenário de intensas mobilizações políticas impulsionaram ambos os movimentos em suas pautas específicas: o movimento negro denunciava o "mito da democracia racial" e sua fictícia cordialidade; o movimento feminista denunciava o patriarcado como responsável pela condição de subalternidade imposta às mulheres na sociedade brasileira.

O movimento feminista trouxe em sua trajetória grandes conquistas que muitas vezes passam desapercebidas aos nossos olhos. Entretanto, não possuía uma abordagem interseccional em suas pautas, invisibilizando, dessa forma, a dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras: a de raça e de gênero. Segundo Davis (2016), as feministas brancas de classe média não se importavam sequer com a classe trabalhadora branca e, nesse contexto, as mulheres negras não eram incluídas nessas organizações e nem mesmo suas denúncias contra o racismo e a discriminação eram acatadas. Além disso, dentro do Movimento Negro, liderado por homens, não havia interesse em atuar na luta contra o sexismo.

E mesmo com a possibilidade de se sentirem representadas por qualquer um dos dois movimentos, ou por ambos, e já estarem inseridas em coletivos, as mulheres negras permaneciam invisibilizadas. Não se sentiam acolhidas nem pelo Movimento negro, cujo protagonismo negro era masculino, nem pelo movimento feminista, cujas pautas não incluíam uma abordagem racial. Sobre isso, Sueli Carneiro (2003) afirma que, apesar dos ganhos obtidos a partir das lutas feministas,

> O feminismo esteve, também, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica. (CARNEIRO, 2003, p. 118)

Com relação ao movimento feminista, a escritora e ativista estadunidense bell hooks (2015) também faz uma crítica, na qual as especificidades das mulheres negras foram invisibilizadas, afirmando que suas pautas não poderiam ser tratadas exclusivamente sob a rubrica do combate ao sexismo. De acordo a autora

> [...] o feminismo nos Estados Unidos não surgiu das mulheres que são mais vitimizadas pela opressão machista, das mulheres agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente – as que são impotentes para mudar sua condição de vida, [...] e sim de um grupo seleto de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida (hooks, 2015, p.194).

Em referência ao livro *A Mística feminina*, de Bettty Friedan (1963), hooks (2015) denuncia que a pauta principal do movimento feminista contemporâneo não contemplava as mulheres negras enquanto sujeitos de direitos, alegando ainda que Friedan (1963) invisibilizou "as necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, e ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres" (hooks, 2015, p. 119).

Nesse sentido, a também escritora e ativista Lélia Gonzalez (2020) denuncia o silenciamento político de mulheres negras no feminismo contemporâneo ao afirmar que "o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em são liderados por mulheres brancas de classe média" (GONZALEZ, 2020, p. 35).

Referente a esse contexto de invisibilização das mulheres negras como sujeitos de direitos, o movimento feminista teve como preceito central a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Afirmação essa que

> Sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual, etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções [...] Muitas delas não participam da resistência organizada contra os sexismo porque o sexismo não tem significado de absoluta falta de opções. (hooks, 2015, p. 197)

Entretanto, intelectuais e ativistas negras contestavam essa afirmação, o que pode ser percebido nas produções das autoras bell hooks (2015), Sueli Carneiro (2003) e Lélia Gonzalez (2020). Todas nos chamam atenção para um cenário onde a maioria das mulheres negras permaneciam silenciosas – isto ocorria tanto nos EUA quanto no Brasil.

Vale destacar que, de acordo com Carneiro e Santos (1985, p. 42), o discurso feminista sobre a opressão de gênero é estruturado pela “ideologia patriarcal, que não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra”.

É nesse cenário de discussões por lutas específicas que as mulheres negras começaram a se organizar como movimento social. Segundo Carneiro (2003), era necessário “enegrecer” a agenda feminista e introduzir a pauta das mulheres negras no movimento negro.

Historicamente, a sociedade brasileira vivenciou, e ainda vivencia, um contexto no qual as desigualdades e as discriminações raciais e de gênero se configuram em instrumentos de exclusão social, no que diz respeito à condição de homens e mulheres como sujeitos de direitos em relação à igualdade de oportunidades. No caso das mulheres, apesar dos avanços sociais, elas continuam sendo vítimas do preconceito e da discriminação que se encontram arraigados na sociedade. E esse contexto, incide sobre a mulher negra uma espécie de tripla forma de discriminação, a racial, a de gênero e a de classe (GONZALEZ, 2018). Em inúmeros segmentos da sociedade, a mulher negra enfrenta desafios específicos em razão da sua condição de raça e de gênero.

A problemática da discriminação racial na sociedade brasileira encontra profundas raízes históricas e está fortemente relacionada com os processos de exclusão que afetam os grupos sociais marginalizados por motivos socioeconômicos (GONZALEZ, 2018; CARNEIRO, 2019). E este lugar de marginalidade imposto historicamente às mulheres negras pelas estruturas de poder é o responsável pelo "não pertencimento" dessas mulheres em diversos espaços da sociedade e proporciona, ainda, uma visão específica sobre as matrizes de opressão e dominação (COLLINS, 2019).

Em *Pensamento Feminista Negro*, a autora discute o lugar social da mulher negra em diversos espaços na sociedade, trazendo uma análise da interseccionalidade entre as categorias raça, gênero e classe e uma produção de conhecimento a partir das experiências das mulheres negras, apontando os desafios e as estratégias de resistência dessas mulheres frente a esses sistemas de opressão: o racismo, o sexismo e a questão de classe (COLLINS, 2019).

Historicamente, as mulheres negras são sempre vistas no lugar de subordinação, ou no lugar ao qual lhes é negada a igualdade de direitos como sujeito político. Mulheres brancas em alguns momentos, e determinados espaços de poder, são vistas como sujeitos, e homens negros também, ainda que seja em menor escala. Mas por não serem nem brancas nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição difícil numa sociedade racista e sexista: o outro do outro (KILOMBA, 2019).

> Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. […] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o "outro" do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o "outro" do outro. (KILOMBA, 2019, p. 124)

No que tange à luta dos movimentos feministas, nem todas as pautas são semelhantes, a exemplo das pautas das feministas brancas no início dos movimentos de mulheres, que eram distintas das mulheres mães e da classe trabalhadora. E é nesse contexto que a interseccionalidade, como conceito construído pelo feminismo negro, nos ajuda a perceber as diferentes pautas e as especificidades nas construções de ser mulher, historicamente falando. Intelectuais e pensadoras negras denunciaram, e continuam denunciando ainda hoje,

a invisibilidade das mulheres negras como sujeito no feminismo universal. Somos mulheres, mas não somos únicas. Somos diversas e plurais. Ao conhecer a obra da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, (2019), aprendi sobre os perigos da história única e sobre a importância de se pensar o feminismo, bem como também os feminismos negros, a partir das subjetividades das mulheres negras e suas experiências com as diversas dimensões do racismo e suas interseções com outras formas de opressão.

1.2- O movimento de mulheres negras, feminismo negro e interseccionalidade

> Nós, mulheres negras, já nos convencemos de que temos que nos reunir, em separado, e não vamos gastar muita energia para tentar pensar como essa relação vai acontecer, ou seja, fazer com que essas coisas evoluam a um ponto tal que possamos desembocar numa luta um pouco mais próxima, um pouco mais solidária. (BAIRROS, 2008, p. 139)

Ao longo da história, as mulheres negras, utilizando dos espaços formais e informais para assegurar o fortalecimento coletivo, vêm se mobilizando na luta contra toda e qualquer forma de preconceito, violências e discriminações e se posicionando frente aos interesses das mulheres no plano internacional. Em *Nossos passos vêm de longe*! *Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo,* a médica e ativista Jurema Werneck (2009) relata que

> Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas pelas mulheres negras tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos. (WERNECK, 2009, p. 152)

Ao nos debruçarmos sobre o pensamento de mulheres feministas negras e suas denúncias acerca das experiências de opressões das mulheres negras na Diáspora, aprendemos que o Movimento de mulheres negras vem de longe, mas também se constitui num Movimento contemporâneo e atual. É fato que outras vieram antes de nós, mas ele continua a existir, pois estamos aqui presenciando e vivenciando o Movimento de mulheres negras, do qual também somos protagonistas.

E nessa mesma perspectiva, Sueli Carneiro (2003), filósofa e fundadora do Geledés Instituto da Mulher Negra, relata a relevância do movimento no cenário brasileiro.

> O Movimento de mulheres do Brasil é um dos mais respeitados do mundo e referência fundamental em certos temas do interesse das mulheres no plano internacional. É também um dos movimentos com a melhor performance dentre os movimentos sociais do país. [...], destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas de promoção de igualdade de gênero e combate à discriminação contra mulheres. (CARNEIRO, 2003, p. 117)

O início do Movimento de Mulheres Negras e, como consequência, do Feminismo negro fez com que os demais movimentos começassem a entender a importância dos recortes raciais e de gênero nas mobilizações de direitos humanos. Conforme afirma Ribeiro (2018), "o feminismo negro não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidade. Pensar feminismos negros é pensar projetos democráticos" (RIBEIRO, 2018, p. 7).

Ângela Davis (2016), intelectual e ativista negra estadunidense, destaca que as mulheres negras tiveram em seu país um papel fundamental na luta contra a escravidão, ressaltando que essa luta e, consequentemente, o fim da escravidão não teriam êxito sem a coragem e a resistência política de Harriet Tubman[7] e Soujorne Truth[8], citando-as como exemplo de mulheres negras as quais ousaram em sua época, questionaram poderes, desafiaram estereótipos, preconceitos e representações negativas, mesmo enfrentando violências, desigualdades e discriminações. Mas não podemos nos esquecer das muitas

[7] Foi uma abolicionista e ativista americana. Nascida escravizada, Tubman escapou e, subsequentemente, fez 19 missões para resgatar cerca de 300 pessoas escravizadas, incluindo familiares e amigos, usando a rede de ativistas antiescravatura conhecida como Underground Railroad.

[8] Nasceu escravizada em Nova Iorque, sob o nome de Isabella Van Wagenen, em 1797. Viveu alguns anos com uma família Quaker, onde recebeu alguma educação formal. Tornou-se uma pregadora pentecostal, ativa abolicionista e defensora dos direitos das mulheres. Em 1843 mudou seu nome para Sojourner Truth (Peregrina da Verdade). E em seu discurso *E não sou eu uma mulher?*, proferido em 1851, rompe com o silêncio e dá voz a milhares de mulheres negras por todo o mundo.

"nossas", mulheres negras amefricanas[9] que também foram exemplos de ousadia e resistência, como Esperanza Garcia[10], Luiza Mahin[11], dentre outras.

Bem como Davis (2016), Jurema Werneck (2009) também destaca a relevância do movimento de mulheres negras ao abordar sobre outras frentes de organização que surgiram da luta dessas mulheres com o fim da escravidão e do regime colonial. Segundo a autora, a "primeira associação de trabalhadoras domésticas" (década de 30); o Conselho Nacional da Mulher Negra" (1950) foram alguns dos marcos da mobilização política das mulheres negras no século XX (WERNECK, 2009, p. 159). E, mesmo tendo a percepção de que suas especificidades eram secundarizadas ou desconsideradas tanto pelo movimento negro quanto pelo movimento feminista, estas mulheres prosseguiram com o objetivo de visibilizar o protagonismo de mulheres negras, reivindicando que as questões de raça, gênero e classe fossem incorporadas às pautas desses movimentos. Essa postura podia ser entendida como "tomar posse do microfone", ou como afirmou Lélia Gonzalez

> E o risco que assumirmos aqui é o ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ 1980, p. 225)

O feminismo negro nasce como ferramenta para instrumentalizar mulheres negras na luta contra o racismo, bem como todas as outras formas de opressão. Nesse sentido, Carneiro (2003, p. 118) afirma que, "ao problematizar as limitações das pautas do movimento feminista, as mulheres negras militantes conseguiram reposicionar a luta feminista no Brasil neste novo milênio".

Historicamente, inúmeras intelectuais e ativistas negras têm se debruçado em estudos e na produção de artigos e livros sobre o feminismo negro, ou, melhor dizendo, feminismos negros. É o que a autora Sônia Beatriz dos Santos trata em seu artigo "Feminismo Negro Diaspórico*"* (2007), termo que utiliza em seus estudos para "designar os diversos

[9] De amefricanidade, palavra criada por Lélia Gonzalez que resume a complexidade e pluralidade étnica, cultural e ancestral do povo negro e indígena latino-americano.

[10] Mulher negra, escravizada, em setembro de 1770 escreveu uma carta ao governador da capitania do Piauí denunciando as violências pelas quais passava, pedindo providências. Considerada a primeira advogada do Brasil.

[11] Grande liderança feminina, de origem africana nagô, e articuladora de insurreições como a Revolta dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838).

feminismos negros existentes na Diáspora" (SANTOS, 2007, p. 11). Ao ser caracterizado como uma organização social e política, o feminismo negro diaspórico possui como elementos centrais para a sua organização as experiências de opressão das mulheres negras, as quais, de acordo com a autora, são produzidas a partir da interseccionalidade de diversos sistemas de opressão.

> Aqueles grupos cujas práticas políticas e intelectuais são produzidas e desenvolvidas por feministas e/ou ativistas afrodescendentes; e ainda, cujas práticas apresentem como característica marcante a propriedade fundadas e de serem (ou terem sido) forjadas a partir da articulação das categorias políticas de "raça", gênero, classe e sexualidade, em resposta ao sistema de dominação/opressão que tem impactado as mulheres negras e que majoritariamente se caracteriza pela interseccionalidade do racismo, sexismo, classismo e heterossexismo. (SANTOS, 2007, p. 11)

Nesse mesmo sentido, Collins (2017) afirma que o Feminismo negro já nasceu com um ímpeto interseccional, baseando-se no avanço de políticas emancipatórias conquistadas pelos movimentos sociais do século XX, bem como em suas grandes ideias, liberdade, igualdade, justiça social e democracia participativa. A autora destaca que "o feminismo negro exigia esforços contínuos para desmantelar a intersecção, as relações estruturais de poder de raça, classe, gênero, e sexualidade, que reproduziram as injustiças sociais de uma geração à outra" (COLLINS, 2017, p. 7).

A interseccionalidade, como categoria construída pelo feminismo negro, foi adotada como chave de interpretação para orientar investigações de como os padrões históricos de exploração, dominação e subordinação se estruturam e determinam diferentes e desiguais posições e relações sociais para mulheres racialmente subordinadas, em especial as mulheres negras (COLLINS, 1990; CRENSHAW, 2002). E ainda, segundo Collins (1990), contribuiu para o surgimento de novas interpretações sobre as relações sociais de dominação e resistência, revelando ações de mulheres negras, por séculos invisibilizadas por produções hegemônicas, possibilitando, assim, outras formas de saber que têm permitido aos grupos subordinados se auto definirem a partir de suas realidades próprias. Ou melhor, "a interseccionalidade não é uma ferramenta para meramente explicar ou manter a ordem social, e sim para criticá-la e fornecer o mapa do caminho para sua transformação levando a sério o conhecimento produzido pelos grupos marginalizados" (COLLINS, 2022, p. 30).

O termo “interseccionalidade” foi incluído nos estudos feministas e de gênero nos anos de 1990, sendo citado em inúmeras produções acadêmicas, e sua origem é atribuída à intelectual afro-americana Kimberlé Crenshaw.

No “Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, Crenshaw (2002, p. 177) denuncia os “múltiplos sistemas de subordinação, descritos de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou a dupla ou tripla discriminação”. E define interseccionalidade como uma conceituação metafórica

> [...] do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

No Brasil, a crítica a esses sistemas de opressão e ao papel da mulher negra na sociedade racista e sexista vem sendo discutida por intelectuais e ativistas negras brasileiras desde a década de 1980, a exemplo das autoras Lélia Gonzalez (1988) e Beatriz Nascimento (1979), que não trabalharam com o termo interseccionalidade em si, mas com muitas premissas que o antecederam, já denunciando, na época, essas estruturas de poder e a natureza interligada de opressões. Segundo Gonzalez (1988),

> Para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias – a conscientização da opressão ocorre, antes de qualquer coisa, pelo racial. Exploração de classe e discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a uma etnia subordinada. (GONZALEZ, 1988, p. 18)

Em *Uma história feita por mãos negras*, Ratts (2021, p. 13) relata que, “desde os primeiros textos publicados, Beatriz Nascimento elege o tema da mulher negra e a trama entre raça, classe e sexo como relevante (antes de o termo “gênero” tornar-se corrente nos estudos e no ativismo feminista)”; bem como no artigo “A mulher negra no mercado de trabalho”, no qual Beatriz Nascimento (1976), apesar de não usar o termo

interseccionalidade, faz a correlação entre raça, sexo e classe, assim como entre discriminação racial, dominação sexual e hierarquia racial, em seus estudos sobre desigualdades raciais, que estavam iniciando no país (RATTS, 2021).

Em sua discussão sobre as experiências de opressão de mulheres negras em seu cotidiano, Cardoso (2018) também nos apresenta a força das reflexões que tomam a interseccionalidade enquanto uma ferramenta epistemológica e metodológica, afirmando que

> A interseccionalidade é com certeza uma grande contribuição do feminismo negro para a realização de pesquisas feministas, pois permite o exame minucioso das realidades sociais, expondo os processos que criam vulnerabilidades e exclusões às mulheres negras em situações específicas, e a compreensão de que a opressão é experimentada a partir de um lugar configurado pela forma como gênero, raça, classe e sexualidade se entrecruzam, em diferentes pontos. (CARDOSO, 2018, p. 321)

Vale destacar que a organização de um movimento social com uma agenda de discussão específica sobre a condição das mulheres negras também provocou inúmeras tensões, sendo a maior delas a acusação de que as ativistas estariam fragmentando tanto o feminismo como o movimento negro e, nesse cenário, através de seu Boletim, o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) rebateu as críticas.

> Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo sob a ótica do homem, tanto negro quanto branco, ou da mulher branca. O sentido da expressão ‘criar nossos próprios referenciais’ é que queremos estar lado a lado com as (os) nossas (os) companheiras (os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades. Enfim, queremos uma posição de igualdade nessa luta. (BOLETIM ENMN, 1988, p. 2)

Nos Estados Unidos, o Coletivo Combahee River (1974-1980) viveu situação semelhante, tendo registradas em seu manifesto de fundação as reivindicações de suas ativistas negras, que afirmaram um compromisso ativo na luta contra a opressão racial, sexual, heterossexual e de classe. Em *Uma declaração feminista negra (A Black Feminist Statement),* o Coletivo

> Propunha que os sistemas separados de opressão, como eram tratados, fossem interconectados. Porque racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, coletivamente, moldavam a experiência de mulher negra, a libertação das mulheres exigia uma resposta que abarcasse os múltiplos sistemas de opressão. (COLLINS, 2017, p. 9)

Das manifestações de ambos os Coletivos citados acima, percebemos o intercruzamento das relações de raça, gênero e classe. E dessas mesmas manifestações, emerge um "pensamento feminista negro", nos termos de Patrícia Hill Collins (2016). Segundo a autora, o pensamento feminista negro resulta de ideias produzidas por mulheres negras, a partir de um ponto de vista de e para mulheres negras. E destaca que "é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras" (COLLINS, 2016, p. 101). É um referencial teórico-metodológico que não se limita às experiências das afro-americanas, pois também pode abarcar diferentes contextos nos quais o capitalismo, a opressão patriarcal e o racismo insistem em invisibilizar as mulheres negras. E é deste pensamento intelectual negro que surge o status de "outsider within" ou (forasteiras de dentro), que é a tradução livre de Outsider Within, termo original mobilizado por Patricia Hill Collins (2016). O termo designa o lugar de fronteira que mulheres negras ocupam em espaços de grupos dominantes. A presença nesses espaços delineia o olhar de nós mulheres negras sobre dinâmicas de poder e opressões interseccionais, adquirindo um olhar sensível aos fenômenos sociais e cotidianos o qual, afirma a autora, tem proporcionado uma visão de mundo bastante diferente do status quo (COLLINS, 2016).

Em *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro* (2016, p. 99), Patrícia Hill Collins argumenta que "por muito tempo mulheres negras têm ocupado posições marginais em ambientes acadêmicos".

> Uma visão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero [...] Apesar dos obstáculos que podem confrontar as ousiders within, essas pessoas podem se beneficiar desse status. (COLLINS, 2016, p. 100)

De acordo com Collins (2016), mulheres negras se encontram como "outsiders within" dentro de determinadas configurações na sociedade. São forasteiras de dentro ou

estrangeiras de dentro. Tal afirmação nos mobiliza a pensar o (não) lugar das mulheres negras, ou um lugar de (não) pertencimento dentro de determinada organização.

Ainda sobre o lugar de marginalidade ao qual são expostas as mulheres negras, bell hooks (2020), relembrando sua infância na pequena cidade de Kentucky, descreve sobre o ponto de vista único que o status de 'outsider within' pode gerar: "Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos" (hooks, 2000, p. 7).

Em inúmeros lugares da sociedade, a natureza interligada das opressões, constituída pelos marcadores sociais da diferença, insiste em invisibilizar as mulheres negras, aumentando a desigualdade de oportunidades e, consequentemente, de direitos. E um desses lugares é justamente a área da Educação. Nilma Lino Gomes (2003) destaca que, entre as diversas ações do movimento negro nos anos 1990, "a demanda por ações afirmativas já se fazia presente como proposição para a educação superior e o mercado de trabalho" (GOMES, 2012, p. 739). Entretanto, as mulheres negras permaneciam invisíveis, tanto frente às pautas do movimento negro com seu protagonismo masculino, quanto frente às pautas do movimento feminista, cuja agenda não correspondia às suas demandas.

Por isso, a perspectiva inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que o acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias a partir da erradicação das múltiplas opressões que se interseccionavam, para as pessoas que aspiravam à construção de uma sociedade mais justa, se constituído num projeto de justiça social, que trata sobre a sobrevivência de nós mulheres negras (COLLINS, 2019).

É importante destacar que o pensamento feminista negro, como resultado de ideias produzidas por e para mulheres negras, nos permite "acessar pensamentos e teorias insurgentes, ampliando horizontes epistemológicos que foram limitados por preconceitos e discriminações" (SANTOS; DIAS, 2019, p. 18).

Enquanto mestranda e pesquisadora dos estudos sobre raça, gênero e sexualidade, entendo que estudar uma bibliografia produzida por mulheres negras me permite refletir, como em um espelho, minhas potências e possibilidades, ou seja, me permite uma conexão com as que vieram antes de mim. O estudo de intelectuais negras na academia tem sido relevante para "enegrecer" pontos importantes e pertinentes ao meu tema de pesquisa. E

estudar o feminismo negro permite a nós mulheres negras problematizar as estruturas de poder e dominação que por séculos têm nos empurrado para os lugares de subalternidade.

É nesse sentido que hooks (2019), em suas obras, toma a sua própria trajetória acadêmica para compreender e explicar as especificidades das mulheres negras em espaços de produção de conhecimento. “Enquanto essas opiniões racistas e machistas raras vezes são afirmadas diretamente, a mensagem era transmitida por meio de várias humilhações direcionadas aos estudantes para envergonhá-los e quebrar seu espírito” (hooks, 2019, p. 128).

Sendo assim, intelectuais feministas negras vêm se apropriando do conceito de escrevivência, de Conceição Evaristo (2007, p. 21), ou uma escrita de nós, que “não pode ser lida como história para “ninar os da Casa Grande”, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos”.

Eis aí a urgência de mulheres negras na academia, ocupando lugares, emitindo e ecoando suas vozes negras e vozes mulheres[12] em sala de aula; seja como bibliografia principal e/ou complementar para os estudos; seja como referências em monografias, dissertações, teses, artigos e outras produções; ou ainda como docentes e discentes, de programas de graduação, especialização e pós-graduação *stricto sensu*.

Bem sabemos por qual motivo tentam nos impedir de ingressar no espaço acadêmico, bem como fazem de tudo para não permanecermos: o conhecimento liberta! E esse movimento encontra eco nas reflexões de bell hooks (1995, p. 465), quando diz que “a decisão de homens e mulheres negras de trilhar, conscientemente um caminho intelectual, foi sempre uma opção excepcional e difícil”. E nessa perspectiva, há um destaque para a relevância da representação para a constituição e fortalecimento das identidades negras.

Em *Dispositivo de racialidade*: *a construção do outro como não-ser como fundamento do ser*, livro baseado em sua tese de doutorado, Sueli Carneiro (2023) trata as representações como essenciais para entendermos a importância de mais intelectuais negras e negros na academia, atuando de maneira autônoma e emancipatória. A autora utiliza o conceito de “representação” para tratar sobre como a identidade negra é construída e desconstruída através de um dispositivo racial que a coloca como “não-ser” em relação a um “ser” hegemônico, branco. Segundo a autora,

[12] Uma referência ao poema de Conceição Evaristo “Vozes-Mulheres”. In Poemas da recordação e outros movimentos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p. 24-25.

> Este dispositivo funda uma *ontologia da diferença* ao promover uma divisão entre o Eu e o Outro, na qual o Eu se afirma a partir da negação e da inferiorização do Outro, [..] e também produz uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será sua representação. (CARNEIRO, 2023, p. 31)

E é como uma mulher, negra, acadêmica e pesquisadora, atravessada pelas múltiplas formas de opressão ao longo de mais de meio século, que entendo que os enfrentamentos nesse processo de luta tão doloroso para nós, povo negro, e, em especial, nós mulheres negras se constituem em nos aquilombarmos, priorizando o cuidado de nossas mentes e nossos corpos, tanto o pessoal quanto com as "nossas". E ainda, não menos importante, nos cercarmos do afeto, nos alimentarmos de afeto e, assim, devolver a raiva e o desassossego do mundo para o mundo. E prosseguir... temos muito a fazer!

1.3- Uma análise interseccional entre os marcadores sociais da desigualdade raça, gênero e etarismo

> O sistema pode até me transformar em empregada mas não pode me fazer raciocinar como criada. Enquanto mulheres convencionais lutam contra o machismo as negras duelam para vencer o machismo, o preconceito e o racismo. Lutam para reverter o processo de aniquilação que encarcera afrodescendentes em cubículos na prisão. Mulheres Negras. (YAZALÚ, 2012)

Em seu livro *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*, Collins (2022) afirma que um cenário político e intelectual mais amplo influencia a teorização da interseccionalidade muito mais que as teorias sociais acadêmicas. De acordo com a autora:

> Gênero, raça, etnia, nacionalidade, capacidade e idade não são apenas categorias destinadas a tornar a interseccionalidade mais compreensível para a pesquisa acadêmica. [...], esses termos também se referem a tradições de conhecimento resistente importantes de povos subordinados que se opõem às desigualdades e injustiças sociais que vivenciam. (COLLINS, 2022, p. 23)

Sobre suas experiências de opressão, sobretudo aquelas produzidas a partir da interseccionalidade do racismo, do sexismo e do etarismo, a escritora mineira Conceição

Evaristo, 78 anos, em sua entrevista ao programa Trilha de Letras[13], no canal TV Brasil, à também escritora Eliana Alves, atribui o não reconhecimento e/ou reconhecimento tardio da mulher negra como escritora e intelectual ao fato de que "se as pessoas não veem a mulher negra como um sujeito com lugar de fala, que fala, que pensa, que dirá verão essa mesma mulher negra com capacidade de escrita, a ponto de ser uma intelectual".

Entretanto, como vimos anteriormente, a natureza interligada das opressões impostas a grupos subordinados e minorizados na sociedade brasileira é um problema já denunciado pelas pensadoras e ativistas feministas negras Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento em suas produções, desde a década de 1980.

Nesse contexto, pensar raça e gênero a partir das perspectivas das mulheres negras é pensar num corpo que teve sua subjetividade atravessada pelas opressões advindas desses marcadores, por quase 400 anos de escravização e colonização, cujas consequências são vivenciadas até os dias de hoje.

Estudar a trajetória da mulher negra no Brasil é narrar uma história de sacrifício, pobreza, violação de direitos e de várias formas de desvantagens em relação às outras formas de discriminação contra a mulher, ressaltando ainda que é sempre sobre a mulher negra que recai todo o peso da hereditariedade colonial (NEVES, 2008), na qual o sistema patriarcal apoia-se solidamente na prática que herdou do sistema escravista, como afirma Vainfas (2010).

Em comum, tanto a mulher branca como a mulher negra enfrentam dilemas relacionados à questão de gênero na sociedade. Mas os obstáculos que envolvem as mulheres negras são bem mais complexos, pois, além da questão de gênero, existem fenômenos específicos ligados à questão racial, tais como o preconceito e a discriminação racial, bem como a estigmatização e a vulnerabilidade, entre outros.

Nesse contexto, vale destacar que, de acordo com hooks (2019), a sistemática da desvalorização da "mulheridade" negra não foi simples consequência do ódio racial, foi um método calculado de controle social. Em sua obra *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo* (hooks, 2019), a autora define o conceito mulheridade como uma construção social e cultural, e não apenas biológica, enfatizando a importância de reconhecer a mulheridade negra como uma forma específica de resistência e afirmação,

[13] https://tvbrasil.ebc.com.br/trilha-de-letras/2023/11/conceicao-evaristo-e-convidada-do-programa-trilha-de-letras, exibido em 15/11/2023. Acesso em 20/08/2024.

que desafia as normas de beleza e comportamento impostas pelo patriarcado e pelo racismo, e afirma que

> Uma vez que mulheres negras são iludidas e imaginam que temos um poder que, na realidade, não temos, a possibilidade de nos organizarmos coletivamente para lutar contra a opressão sexista e machista é reduzida [...] Sem dúvida, o falso sentimento de poder que mulheres negras são levadas a ter nos faz pensar que não precisamos de ativismos sociais, como um movimento de mulheres que nos libertaria da opressão sexista. A triste ironia é, obviamente, que mulheres negras são, com frequência, mais vitimadas pelo próprio sexismo que nos recusamos a identificar coletivamente como força opressora (hooks, 2019, p. 137).

Portanto, diante dos enfrentamentos vivenciados por mulheres negras em diferentes contextos na sociedade brasileira, torna-se necessária uma análise interseccional entre os múltiplos marcadores sociais da diferença que atravessam a vida destas mulheres ao longo de toda a sua trajetória, nos mais diversos espaços, desde o seu nascimento. Sobre a efetividade dessa análise, Santos (2007) trata que

> A literatura produzida no campo político e acadêmico por feministas afrodescendentes tem enfatizado a centralidade da intersecção de "raça", gênero, classe, e sexualidade não só no que se refere à compreensão do status marginalizado e das drásticas condições de vida a que as mulheres negras se encontram sujeitas, mas também no que diz respeito à elaboração de estratégias sociais e políticas que transformem tais circunstâncias. (SANTOS 2007, p. 12)

No artigo "O etarismo e as mulheres na América Latina: desafios e perspectivas", Isabele Maria Campos Cheahab (2022) afirma:

> As mulheres longevas seguem sendo submetidas a toda sorte de preconceito, em razão da sua idade, prejudicando, dentre outros aspectos: inserção e/ou permanência junto ao seio social; promoção, defesa e reconhecimento dos seus direitos humanos e senso de autoaceitação (CHEAHAB, 2022, n. p).

A palavra-conceito etarismo é uma adaptação do inglês *ageism*, cujo significado é idadismo. O conceito foi criado em 1969 pelo médico psiquiatra Roberth Neil Butler, que, na ocasião, chefiava o Comitê Consultivo sobre Envelhecimento do Distrito de Columbia (EUA), e se refere ao preconceito etário, ou à discriminação contra idosos. Sendo,

basicamente, uma repulsa à velhice e ao processo de envelhecimento, o etarismo se manifesta "através de práticas discriminatórias contra idosos nas relações sociais em si, sobretudo no âmbito familiar, e em práticas e políticas institucionais que perpetuam estereótipos sobre pessoas idosas, todos eles ligados a incapacidade, degeneração ou degradação física e mental" (BERTH, 2021, n. p).

Em "Diferentes expressões do preconceito: o estudo comparativo entre racismo, sexismo, homofobia e idadismo", os autores Vitória de Oliveira e João Gabriel Modesto (2020) discorrem sobre as três formas existentes do etarismo.

> A primeira diz respeito a aspectos pessoais, dimensão em que o indivíduo cria crenças e sentimentos individuais sobre o envelhecimento. A segunda modalidade é a cultural, em que foram criados culturalmente estereótipos negativos para as pessoas idosas. Já a terceira se refere a aspectos estruturais, em que há uma conjuntura econômica que prejudica pessoas em idade avançada, como, por exemplo, dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, baixos salários ou acessos escassos aos cuidados de saúde. (OLIVEIRA; MODESTO, 2020, p. 13)

Muito embora seja pouco problematizado, o preconceito etário, ou etarismo, se constitui num marcador social da diferença, haja vista que, numa sociedade desigual e hierárquica como a nossa, infelizmente isso não é apenas casual, ou seja, torna-se uma questão sistêmica, que piora as relações e o desenvolvimento humano de alguns grupos que já são fragilizados pelas estruturas sociais marcadas pelas opressões. É bem provável que muitos de nós já tenhamos presenciado situações onde a idade foi motivo de piadas, a maioria até certo ponto inocentes ou despretensiosas. Até por isso, muitos acham estranho que isso seja algo que ganhe contornos mais complexos e deva ser problematizado numa perspectiva interseccional. Talvez seja esse o motivo da ausência desse conceito em uma discussão tão importante e intimamente ligada tanto à questão racial e de classe quanto de gênero, resultando na falta total de proposições.

Entretanto, como afirma Joice Berth em seu artigo "Etarismo: uma conversa que começa pelo racismo" (2021, n. p), "todas, absolutamente todas as discussões sobre etarismo devem passar pelo racismo, tendo em vista que foi a partir dele que se pôde observar a ocorrência dessa prática de aprofundamento das opressões de raça e, posteriormente, de gênero". Segundo a autora, a despeito da correlação entre as diferentes formas de preconceito e a natureza interligada das múltiplas formas de opressão a que são submetidos alguns grupos

subalternizados na sociedade brasileira, em particular as mulheres negras, "o etarismo foi observado, principalmente, em relação às pessoas negras e pobres em processo de envelhecimento, cujos estereótipos negativos que carregavam se somavam uma suposta invalidez, que se agravaria com o avançar da idade" (BERTH, 2021, n. p.). E nos faz uma alerta sobre a redução e o esvaziamento referente à discussão.

> Desconfiem de discussões sobre etarismo que não o situa como um instrumento de opressão e que não tenham uma abordagem interseccional e decolonial (reparem como as mulheres norte-americanas e europeias em processo de envelhecimento, brancas, esguias e ricas, são as que estão sendo estampadas como símbolo de luta contra o etarismo. Mas são as não brancas, latinas e não ocidentais as que mais sofrem com a violência na meia e na terceira idade). (BERTH, 2021, n. p.)

Berth (2021, n.p.) segue afirmando "que os danos que a velhice causa na vida de pessoas brancas é infinitamente menor do que os danos que causa na vida de pessoas racializadas[14], até porque a vivência das desigualdades é cumulativa e crescente". A autora mostra toda sua indignação diante do esvaziamento da discussão sobre etarismo a partir de uma perspectiva interseccional em seu outro artigo, "O curioso caso da discussão sobre etarismo que exclui o racismo" (BERTH, 2022, n. p.). Nele, denuncia o "peso da racialidade, como um agravante para o abandono e a repulsa da sociedade para com os mais velhos", e nos alerta: "não podemos e nem devemos tratar do etarismo, excluindo sua nascente que é o racismo" (BERTH, 2022, n. p.).

Não teremos a solução para o etarismo enquanto estivermos suprimindo a discussão sobre o racismo como centro de todas as opressões que estruturam a sociedade. Nesse sentido, precisamos aprender com Audre Lorde (2019), intelectual e feminista negra que, em *Não existe hierarquia de opressão,* relata:

> Por estar em todos esses grupos, aprendi que a opressão e a intolerância com o diferente existem em diversas formas, tamanhos, cores e sexualidades; e que, dentre aqueles de nós que têm o mesmo objetivo de libertação e de um futuro possível para as nossas crianças, não pode existir hierarquia de opressão. (LORDE, 2019, p. 243)

[14] O termo *racializadas* é usado para destacar pessoas de cor ou não-brancas que, aliadas a outros marcadores sociais da diferença como classe, territórios, entre outros, por exemplo, as colocam em relações de assimetria de poder. (LIMA, 2018).

Ainda problematizando sobre a perspectiva interseccional dos marcadores sociais da diferença, Lorde (2019), no ensaio “Idade, raça, classe e sexo: as mulheres negras redefinindo a diferença”, afirma que

> Em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não a necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado. Nessa sociedade, esse grupo é formado por pessoas negras e do Terceiro Mundo, pela classe trabalhadora, pelos idosos e pelas mulheres. (LORDE, 2019, p. 143)

E segue denunciando o “conflito de gerações” como uma ferramenta social importante de qualquer sociedade repressora, ao declarar que

> Se os membros mais jovens de uma comunidade veem os mais velhos como desprezíveis ou suspeitos ou dispensáveis, eles nunca poderão dar as mãos e examinar a memória viva da comunidade, nem fazer a pergunta mais importante: ‘Por quê?’. Isso provoca uma amnésia histórica que nos mantém trabalhando na invenção da roda toda vez que precisamos ir ao mercado comprar pão. (LORDE, 2019, p. 147).

A discussão sobre o etarismo, ou preconceito etário, tem sido invisibilizada. E as questões de raça, gênero e classe, quando relacionadas à pessoa idosa, estão fora de um debate mais profundo sobre interseccionalidade. Entretanto, de acordo com Berth (2022, n. p.), “são essas questões que impactam a velhice consumada de mulheres negras”. E, numa crítica ao tratamento dado a problema etarismo em nossa sociedade, nos faz o alerta:

> Estamos tratando o etarismo como uma reafirmação silenciosa do privilégio social da pessoa branca, da mulher branca. Enquanto mulheres brancas lamentam serem retiradas do 'trono da beleza' por conta de rugas e cabelos brancos, amplamente discutidos nas rodas de conversa sobre etarismo, as mulheres negras, com a velhice precoce sendo consumada pela idade avançada, experimentam o agravamento do abandono e da rejeição que caracteriza sua jornada desde o nascimento. (BERTH, 2022, n. p.)

Ao me deparar com esta afirmação, minha memória foi revisitada e me reportei à trajetória de uma menina, preta, pobre e periférica, que, aos 11 anos, já cuidava da casa e do irmão mais novo. Antes de ir para escola, que ficava a uma quadra de sua casa, a menina

tinha o “dever” de deixar a casa arrumada e o jantar adiantado... e, quando ocorria um intervalo de tempo entre uma aula e outra, o chamado “tempo vago”, a menina corria em casa para olhar o pequeno e acabar de preparar o jantar, enquanto seus colegas de turma permaneciam desfrutando o sempre aguardado “tempo vago”, jogando queimado ou brincando de pique bandeira na quadra da escola. Essa menina era eu!

E, diante da afirmação da escritora, feminista negra e ativista Joice Berth (2022), vemos a relevância de identificar e analisar os marcadores da diferença que atravessam o cotidiano de mulheres negras em toda sua trajetória de vida.

> Para as mulheres negras a velhice é precoce. Pois, nos coloca à margem do ideal de feminilidade, que é essencialmente pautado pela juventude como característica principal da aceitação. À margem do ideal de feminilidade que se estabeleceu ao longo da história, somos velhas desde a infância [...] ou, seja, a mulher negra sofre com o preconceito, o abandono e a opressão da idade avançada mesmo quando ainda é jovem. (BERTH, 2022, n. p.)

E muito embora a luta por igualdade de direitos, bem como o reconhecimento de grupos subalternizados como sujeitos políticos venham ganhando força e visibilidade, a desigualdade continua sendo o fio condutor das relações sociais na sociedade brasileira. E, apesar das importantes conquistas, o caminho a ser percorrido na luta por igualdade de direitos ainda é longo!

E como bem pontuou Audre Lorde (1984), ícone do pensamento feminista negro:

> Certamente existem diferenças muito reais entre nós, com relação a raça, idade e sexo. No entanto, não são essas diferenças que estão nos separando. É, antes, nossa recusa em reconhecê-las e analisar as distorções que resultam de as confundirmos e os efeitos dessas distorções sobre comportamentos e expectativas humanas. (LORDE, 1984, p. 144).

Hoje, entendo o quão alto é o preço da maturidade para as mulheres negras, seja qual for o (não) lugar que elas ocupem. E nessa perspectiva, Lorde (2019, p. 146) nos confronta ao afirmar que “conforme agimos, para criar uma sociedade na qual todas possamos florescer, o etarismo é outra distorção de relacionamento que interfere sem que nos demos conta”.

Por isso proponho seguirmos, buscando o aquilombamento em meio às rotas de mulheres negras, intelectuais, ativistas, feministas, sujeitos de direitos, protagonistas de suas e de nossas histórias.

E é assim que inicio a próxima rota, com uma abordagem bibliográfica dos marcadores gênero, raça, e idade e o acesso das mulheres negras ao Ensino Superior.

Rota II – Raça, gênero, etarismo e formação superior: mulheres negras e as desigualdades dentro das desigualdades

Eu não estou indo embora.
Vou ficar aqui.
E resistir ao fogo.
SOJOURNER TRUTH (1851)

2.1 – Mulheres negras e etarismo: onde e como se encontram nossas mais velhas no contexto brasileiro?

Como abordei na rota anterior, a história das mulheres negras no Brasil é marcada pela discriminação, opressão e invisibilidade, herança dos processos de escravização e colonização. Em suas vivências e experiências, essas mulheres foram e continuam sendo atravessadas por sistemas de opressão que se retroalimentam, se renovam e se reproduzem em todos os espaços da sociedade brasileira, até os dias de hoje. Essa afirmação encontra respaldo na fala das autoras Débora Sirno Santos e Luciana de Oliveira Dias (2019) ao analisarem a condição da mulher negra no Brasil.

> Ser mulher negra no Brasil é ser objeto de múltiplas discriminações que se interseccionam, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo coloca as mulheres negras no baixo nível de opressão. As mulheres negras estão na base de uma estrutura hierarquizada e opressora, localizando-se abaixo do homem negro, da mulher branca e do homem branco e experimentando em seu próprio corpo, cruzamentos de perversos eixos de discriminação (SANTOS; DIAS, 2019, p. 14).

Nesse sentido, Davis (2016) afirma que o sistema escravista classificava negros e negras como objetos de tal forma que a força das mulheres não era vista menor do que a força dos homens para o trabalho. As mulheres trabalhavam igual aos homens exercendo suas atividades em péssimas condições. De certo modo, as mulheres negras escravizadas atuavam como trabalhadoras de jornada completa para os patrões ou proprietários, enquanto suas esposas exerciam as funções de mãe e ama de casa.

> Vale repetir: as mulheres negras eram iguais aos a seus companheiros na opressão que sofriam; eram socialmente iguais a eles no interior da comunidade escrava; e resistiam à escravidão como o mesmo ardor que eles. Essa era uma das grandes ironias do sistema escravagista: por meio

> da submissão das mulheres à exploração mais cruel possível, exploração esta que não fazia distinção de sexo, criavam-se as bases sobre as quais as mulheres negras não apenas afirmavam sua condição de igualdade em suas relações sociais, como também expressavam essa igualdade em atos de resistência (DAVIS, 2016, p. 35-36).

A problemática das mulheres negras não estava relacionada apenas ao trabalho forçado, pois sofriam de modos distintos, como a exploração sexual e a reprodução da maternidade para atender aos interesses de seus patrões. No caso dos abusos sexuais, Saffioti (2005) afirma que as mulheres eram

> Objetos da satisfação dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também enquanto grupo, envolve prestação de serviços sexuais aos seus dominadores (SAFFIOTI, 2005, p. 42).

Essas mulheres lutaram contra a opressão, a violação e os castigos, bem como o trabalho árduo ao qual eram submetidas. Sobre as lutas em prol da liberdade, Davis (2005) comenta que essas mulheres transmitiram aos seus descendentes um legado de trabalho duro, perseverança e confiança, um legado de tenacidade, resistência e persistência e igualdade. Em suma, era um legado que estabelecia modelos para uma nova feminilidade. No Brasil Colonial, norteado por uma cultura patriarcal, conservadora e centrada na economia colonial originária de um sistema de dominação escravocrata, mantinham-se as mulheres negras numa posição submissa, marginalizada e inferior.

Segundo bell hooks (1995), os corpos femininos negros são representados de duas formas: pelo estereótipo da mãe preta e pelas representações de seus corpos como selvagens, sexuais e desqualificadas. Desta forma, a mulher negra intelectual não tem espaço nem no imaginário social.

> A socialização sexista inicial que ensina às negras e na verdade a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (hooks, 1995, p. 471)

Nesta dinâmica, podemos afirmar que as mulheres negras foram educadas a servir e reforçar o modelo da “mãe preta”, onde as tarefas domésticas sempre vieram em primeiro

lugar. Durante a infância, não havia tempo nem espaço para o pensar intelectual. Àquelas a quem foi ensinado a valorizar o trabalho braçal, pensar pode se tornar um peso e uma atividade frustrante. Assim, estereótipos sexistas e racistas conduzem a sociedade a ver a mulher negra sempre em condições de sujeição e objetificação sexual, representações que marcam a vida de muitas mulheres desde a infância. Nesse sentido, a autora, ativista e feminista negra Beatriz Nascimento (2021) corrobora com a discussão, afirmando que "a mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão" (NASCIMENTO, 2021, p. 58).

Sobre a dinâmica de romper com os estereótipos, algo recorrente na trajetória da mulher negra no Brasil, a autora e ativista Lélia Gonzalez em seu artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (1984) nos aponta caminhos para discutir alguns pontos importantes sobre as vivências das mulheres negras no Brasil.

> Cumé que a gente fica? [...] Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinado um monte de coisa pro crioléu da platéia, que nem repararam que se que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discurseira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga... Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida,

> ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora ta queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que "preto quando não caga na entrada, caga na saída. (GONZALEZ, 1984, p. 223)

E essa dinâmica recorrente na trajetória dessas mulheres está intimamente ligada às categorias colonizadoras destinadas às mulheres negras: a "mulata" e a doméstica, esta que também incluiria a noção de mãe preta, denominações ligadas à hipersexualização e à servidão (GONZALEZ, 1984). Esses estereótipos (de)limitam as possibilidades de valorização intelectual das mulheres negras.

Lélia Gonzalez segue afirmando que os estereótipos impostos às mulheres negras nos processos da escravidão e pós-abolição se perpetuam até hoje, se constituindo a causa do apagamento do povo negro e, em especial, das mulheres negras.

Vale mencionar que esse processo de apagamento das mulheres negras também pode ser visto na organização dos movimentos feministas. Como vimos anteriormente, na busca das mulheres por direito ao espaço no trabalho, a mulher negra não foi incluída, haja vista que ela sempre esteve à frente do trabalho, portanto nem a luta feminista contemplava todas as classes nem gêneros.

E sobre essa ausência ou sub-representação da mulher negra no movimento feminista, Gonzalez (2018) afirma que

> [...] as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe que, no seu próprio discurso, estão presentes mecanismos da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial (GONZALEZ, 2018, p. 47-48).

Historicamente, negras e negros lidam com um projeto de apagamento e aniquilação de suas identidades e da própria existência, e isso contribui para uma inversão de pensamento, para que nossa história, enquanto sujeitos negros, seja mantida longe da intelectualidade e, repetidamente, ficamos com a versão de uma história única. Como aponta Ribeiro (2019. p. 33): "É danoso que, numa sociedade, as pessoas não conheçam a história dos povos que a construíram". Nesse mesmo sentido, a autora Chimamanda Adichie também contribui com essa ideia ao afirmar: "como eu só tinha lido livros nos quais os personagens eram estrangeiros, tinha ficado convencida de que os livros, por sua natureza, precisavam

ter estrangeiros e ser sobre coisas com as quais eu não podia me identificar." (Adichie, 2019, p. 13).

Ambas as autoras tratam a questão da representatividade, afirmando que, quando nossa história é negada, temos um (não) lugar que as pessoas negras (não) ocupam. Nesse sentido, Ribeiro (2017) nos afirma que o lugar social que determinados grupos ocupam restringe ou amplia as suas possibilidades, e que os pontos de partida são "as condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania" (RIBEIRO, 2017, p. 35).

Em se tratando especificamente de mulheres negras, o território ocupado se diferencia daquele o qual ocupam as mulheres brancas, homens brancos e negros, uma vez que as mulheres negras têm oportunidades menores de acesso a determinados lugares, devido à exclusão social, de gênero e de raça a que estão submetidas. Tanto Adichie (2019) quanto Ribeiro (2017), em suas pesquisas sobre o (não) lugar social das mulheres negras, dialogam com Gonzalez (2018, p. 41) quanto à afirmação que "de um lado está o aspecto principal, o da produção dos lugares de classe e, de outro lado, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares", ou seja, o lugar destinado às pessoas negras não é o lugar fixado às pessoas brancas.

Em toda a sua trajetória, em diversos espaços na sociedade, a mulher negra possui o desafio cotidiano de desvincular todos os estereótipos e imagens que foram construídos a respeito dela, a partir do racismo e sexismo enquanto sistemas de opressão que as atravessam enquanto sujeitos.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA, 2013),

> O racismo e o sexismo são ideologias geradoras de violência e estão presentes no cotidiano de todos (as) os (as) brasileiros (as): nas relações familiares, profissionais, acadêmicas e nas instituições, o que permite afirmar serem dimensões que estimulam a atual estrutura desigual, ora simbólica, ora explícita, mas não menos perversa da sociedade brasileira (IPEA, 2013, p. 9).

Em sua publicação *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil* (IPEA, 2013), temos acesso ao breve perfil das mulheres negras no país. Alguns dados inseridos nesse perfil dão conta das especificidades nas vivências de mulheres negras em relação a outros segmentos da população brasileira, com destaque para uma tendência que diz muito sobre a trajetória dessas mulheres ao longo dos últimos anos.

> [...]de crescimento do número de famílias que se declaram ser chefiadas por mulheres (FCM). Mais recente, porém, é a constatação de que o aumento na proporção de mulheres como chefes é maior nas famílias chefiadas por mulheres negras. Enquanto a maioria das FCMs era chefiada por mulheres brancas em 1995 (54,4%), em 2009, a maioria torna-se chefiada por mulheres negras (51,1%). Em termos absolutos, a dianteira das mulheres negras como chefes de família se dá a partir de 2007 (IPEA, 2013, p. 26).

Diante disso, torna-se relevante entender como, mesmo atravessadas pelo debate interseccional, elas resistem, existem e abrem passagem para outras mulheres virem tecendo suas histórias, (re)criando territórios em sua caminhada e rompendo com os estereótipos já fixados.

A discussão sobre o (não) lugar social dessas mulheres enquanto sujeitos de direitos nos diversos espaços da sociedade tem sido pauta da luta por igualdade racial e de gênero dos movimentos sociais, em especial o Feminismo Negro. E, como já citado anteriormente nesta pesquisa, a perspectiva racial de gênero está intimamente vinculada à natureza dos objetos de luta das ONGs de mulheres negras e se estabelece com a emergência e o desenvolvimento desse movimento no Brasil.

Por isso, Carneiro (2003) afirma que

> Pensar a contribuição do feminismo negro na luta antirracista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Esse pensamento orquestrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. E tem sido a partir desta mudança de paradigma que o movimento de mulheres negras tem conseguido visibilidade e alcançado mudanças importantes na questão dos direitos e de uma construção mais positiva sobre ser mulher e ser negra. Sendo necessário, cada vez mais, pensar em ações que valorizem seu papel e as permita, ocupar espaços que lhes foram historicamente negados (CARNEIRO, 2003, p. 129).

E é neste cenário de resistência que as mulheres negras no Brasil seguem suas trajetórias, em diferentes contextos, com a maioria ainda encontrando-se em áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica. Elas são protagonistas na luta contra o racismo e a desigualdade, tanto no âmbito familiar quanto no político. Muitas estão envolvidas em movimentos sociais e organizações que defendem os direitos das mulheres negras. Além

disso, muitas se dedicam ao trabalho de cuidado, seja em casa ou em serviços de saúde e educação.

Diante desse contexto de luta, as mulheres negras têm muito a ensinar sobre resistência, pois nasceram, cresceram, socializaram, se (re)inventaram e seguem vencendo as barreiras da dominação e opressão em uma sociedade racista, machista e sexista. Como afirma Santos (2019):

> É nesse contexto que, muitas delas foram precursoras do que se entende hoje por feminismo. Veja-se, por exemplo, Dandara, Tereza de Benguela, Luíza Mahin, Maria Felipa, entre outras, que foram lideranças de 242 escravizadas em lutas por libertação. Na pós-abolição, destacam-se Laudelina Campos Melo, Tia Ciata, Mãe Menininha do Gantois, entre outras. As mulheres negras fomentaram os ideais de liberdade e direitos, dando apoio, garantindo cuidado dos filhos e da casa, para que mulheres brancas, de classe média, pudessem lutar e disputar posições no mundo do trabalho (SANTOS, 2019, p. 499).

Ao longo de décadas, mesmo que expostas à dinâmica de exploração impulsionada pelo racismo e todos outros sistemas de opressão que estão interligados a ele, mulheres negras deixaram de ser coadjuvantes e tornaram-se protagonistas na produção científica sobre a própria população e na organização política de resistência à violência sistêmica à qual estão expostas, resistiram ao tempo, e mesmo eles combinando de nos matar, nós combinamos de não morrer[15].

Alimentadas pelos marcadores sociais raça, gênero e classe, a invisibilidade e a objetificação enfrentadas por mulheres negras expõem essas mulheres a uma situação de opressão, especialmente levando em consideração que "o racismo, o ceticismo e a exclusão social a que as mulheres negras estão submetidas se potencializam e se retroalimentam para mantê-las numa situação de asfixia social" (CARNEIRO, 2020, p. 281). Entretanto, numa interligação de opressões, vemos outro marcador social presente na trajetória de mulheres negras, a idade.

A rejeição da sociedade aos traços de envelhecimento tem sido uma pauta bastante discutida pelas mulheres, sujeitos que se constituem as maiores vítimas desse preconceito de idade, que alguns chamam de etarismo, outros de idadismo, e outros ageísmo. Seja qual for o nome dado a esse preconceito, a sua ação tem sido mais nociva na vida das mulheres

[15] Uma referência ao Conto "Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer" da autora Conceição Evaristo (2015), que está inscrito em sua obra *Olhos d'água*.

negras, haja vista que, em toda interseccionalidade, a raça vem primeiro, como já visto anteriormente nesta pesquisa.

Desde cedo, a mulher negra tem sua juventude roubada quando é preterida no colégio, quando fica responsável pelo cuidado dos irmãos, quando precisa se lançar no mercado informal de trabalho para colaborar no sustento da família e, via de regra, para esta mulher, não resta outra opção, se não a de amadurecer. A escritora e ativista Joice Berth nos afirma que

> Para as mulheres negras a velhice é sempre precoce. À margem do ideal de feminilidade que se estabeleceu ao longo da história, somos velhas desde a infância [...]. É fato que mulheres brancas sofrem com críticas opressivas e cobranças sobre o descolamento entre juventude e beleza. Mas isso não apenas tem sido contornado, como tem se colocado como uma vantagem. Já para as mulheres negras a velhice é sempre precoce: somos velhas desde a infância, simplesmente porque sempre ficamos à margem da ideologia de feminilidade que se estabeleceu ao longo da história e que definia um conjunto de atributos, como não trabalhar fora do ambiente doméstico, ter uma aparência frágil, que denota pouca força física, e um comportamento que não confronta homens. Imagine que as mulheres negras, ativas trabalhadoras braçais do período escravista e sexualmente usurpadas, podiam se dar ao luxo de atender a esse estereótipo? E isso envolvia a juventude e seus sinais, estrategicamente reprimidos nas meninas negras, para justificar a exploração de seus corpos, tanto para o trabalho quanto para o sexo (BERTH, 2021, n.p).

Quando a mulher negra sobrevive à infância e à juventude, perpassa a vida adulta, a qual, na maioria das vezes, é uma vida dedicada ao cuidado dos filhos, seus e dos outros, os sinais do envelhecimento começam a aparecer, a necessidade do autocuidado fica para trás, bem como sua autoestima, ou ainda uma vida amorosa. Suas vaidades, suas sabedorias e seus afetos são apagados, sua subjetividade invisibilizada, sua identidade questionada e posta constantemente à prova, sendo provocada a permanentemente recitar suas dores e sofrimentos, e não seus prazeres, alegrias e conquistas, tudo isso em favor do estereótipo de submissão presente numa sociedade racista, sexista e etarista como a nossa.

Tal afirmação sobre o etarismo como um sistema de opressão interligado ao racismo e sexismo é embasada no que diz o artigo “Etarismo e machismo: desafios da mulher negra brasileira”, da Fundação Palmares (2023).

> O etarismo negro é mais uma face de violência social que, conjugado com o sexismo e o racismo latentes, transvestidos de ancestralidade contemplativa, visa condenar a mulher negra idosa a um não lugar. Se unindo aos conceitos acima, etarismo significa o preconceito em razão da idade, e se desenvolve de maneira transversal, portanto na perspectiva de gênero, raça e classe social (FUNDAÇÃO PALMARES, 2023, n.p.).

Os resquícios do processo de escravização, infelizmente, permanecem impondo efeitos danosos. Desse modo, observando o significado do marcador da diferença gênero, neste século, ser mulher é estar em posição de subalternidade, o que, agregado à cor da pele, confere a marca de inferioridade, deixando-a muito mais vulnerável. Nesse contexto, se faz necessário nos debruçarmos em estudos e pesquisas sobre as mulheres negras e suas demandas e especificidades, acrescentando a categoria idade, considerando esse recorte, por exemplo, no que diz respeito ao mercado de trabalho e à Educação enquanto política pública, em especial o Ensino Superior.

É importante dizer que mulheres negras acima dos 50 anos trazem em suas trajetórias de vida reflexões sobre sua passagem pelo mundo, com o potencial de mostrar o outro lado desse sujeito, que teve sua identidade silenciada por uma sociedade racista, machista e etarista, mas que resiste e se reconstrói diariamente.

Esta afirmação conversa com a obra de Conceição Evaristo (2011, p. 54), que nos mostra, com a personagem Saíba[16] (EVARISTO, 2014), como o envelhecimento da mulher negra se reveste num tipo especial de sabedoria e de saberes sobre resistir e sobreviver, e que suas histórias não são para serem lidas como "histórias para 'ninar os da casa-grande', e sim para incomodá-los em seus sonos injustos".

Nesse sentido, como bem afirma Sueli Carneiro (2023), todo dispositivo de poder produz sua própria resistência. Desse modo, mesmo com todo sofrimento e opressão vividos pelas mulheres negras brasileiras ao longo de suas vidas e da história da população negra, que remonta mais de quatro séculos, elas também têm produzido suas próprias formas de resistência. Logo, falar apenas do sofrimento produzido pelo racismo, questões de gênero e etarismo, embora necessário, não é suficiente para explicar as experiências da mulher negra e suas subjetividades. A arte de se reconstruir é dominada com muita eficiência pelas mulheres negras, e são ainda mais eficientes quando estas amadurecem física e

[16] Personagem do livro *Olhos d'água* da escritora Conceição Evaristo, publicado em 2014.

emocionalmente. São essas mulheres que ensinam às novas gerações a arte de sobreviver, ensinam às mulheres negras mais jovens a arte da resistência e a luta pela sobrevivência.

Baseadas nas falas de Sueli Carneiro e Conceição Evaristo, podemos afirmar que mulheres negras acima dos 50 anos carregam, em sua trajetória de vida, saberes e experiências valiosas, e por isso são relevantes para a formação e a trajetória não só das estudantes negras, bem como das estudantes não negras no ensino superior. A participação das mais velhas pode contribuir para a construção de uma educação mais inclusiva e para o empoderamento das mulheres negras.

Vale a pena reforçar que essas mulheres, apesar de não conseguirem apagar de suas trajetórias as experiências das desigualdades sofridas e percursos tumultuosos de dor, mantêm a sabedoria e ancestralidade negras como ferramentas que possibilitam manterem-nas vivas. E, longe de assumirem posicionamentos de vítimas passivas, atuam na vanguarda das lutas contra a opressão e a iniquidade do racismo interseccional construído ao longo das suas vidas, se mantendo ativas nos processos de resistência, resiliência e protagonismo na luta contra racismo brasileiro.

Envelhecer, a despeito de todas as tentativas de nos apagar desde os primeiros anos de vida, é uma virtude da nossa força e resistência. Para a autora Sueli Carneiro (2023), essa virada de chave tem sua origem alavancada pelo pensamento feminista negro e a crescente luta pela transformação dessa sociedade num lugar onde a igualdade de direitos nos garantam o direito a uma cidadania plena, caracterizando, assim, uma verdadeira democracia.

A criação e a implantação de políticas públicas que contemplem as demandas da população negra brasileira, e em específico das mulheres negras, bem como suas subjetividades, enquanto sujeitos de direitos, constituem-se potentes ferramentas na luta contra o preconceito e toda forma de discriminação, resquícios de uma herança escravocrata e colonizadora. Entretanto, ainda há um longo caminho a percorrer nessa luta, onde a igualdade racial por vezes se torna uma utopia.

E em se tratando de políticas públicas para a população negra, em especial as mulheres negras, a Educação foi e ainda é uma das políticas de mais difícil acesso, principalmente a Superior. E, somente após muitas lutas, principalmente dos movimentos sociais, a educação superior tem se transformado em espaço de inserção, sobretudo por meio de políticas afirmativas. Entretanto, negras e negros ainda se constituem minoria expressiva no Ensino Superior no Brasil, em especial as mulheres negras.

Portanto, enquanto uma pesquisadora negra, entendo ser necessário falar da caminhada das mulheres negras e de sua luta incansável pela Educação e sobre os desafios para a entrada, bem como para a permanência dessas mulheres no ensino superior.

2.2 – Entre caminhos, travessias e ensino superior: a constante e incansável luta de mulheres negras pela Educação

A trajetória de mulheres negras na luta pela Educação, enquanto direito fundamental, é marcada por enfrentamentos históricos e sociais que remontam ao período escravocrata. Suas lutas enfrentadas diferem consideravelmente das enfrentadas por mulheres brancas, especialmente no contexto brasileiro. Beatriz Nascimento (2021) afirma que

> Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade atribuiu-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. [...]. Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada essencialmente reprodutora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo. [...]. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (NASCIMENTO, 2021, p. 55-56).

O acesso à educação e empregos dignos foi historicamente negado a essas mulheres, que muitas vezes eram ignoradas e subjugadas a trabalhos domésticos e de servidão. É nesse cenário sócio-político que o Movimento Antiescravagista e a luta das mulheres por direitos avançavam. Enquanto as mulheres brancas avançavam no mercado de trabalho, as mulheres negras continuavam marginalizadas, limitadas a empregos mal remunerados e sem perspectivas de ascensão social. A partir dessa inserção das mulheres brancas no mercado de trabalho, que se iniciou nas fábricas, se iniciou também um acúmulo de atividades. Segundo Davis (2016)

> A partir dessa relação começaram o movimento de luta para abdicar seus direitos enquanto mulher. O abolicionismo, por sua vez, conferia a elas a oportunidade de iniciar um protesto implícito contra o caráter opressivo de seu papel no lar. (DAVIS, 2016, p. 56)

Para a população negra, a educação constituía-se numa ferramenta para o fortalecimento de uma consciência coletiva e para a construção de uma resistência articulada contra o sistema de opressão racial.

> De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade (DAVIS, 2016, p. 118).

A população negra se constitui a maioria da população brasileira. Entretanto, o racismo estrutural sobrevive e reproduz um estado de coisas histórica e politicamente fundamentadas em privilégios de raça, de gênero, classe, idade e muitos outros. E como bem afirma Santos e Dias (2019),

> Em uma sociedade patriarcal, como a brasileira, esse racismo estrutural é refinado e tornado ainda mais complexo, apresentando camadas e camadas de opressão a sujeitos que são alocados cada vez mais embaixo em uma hierarquia social. As mulheres negras são, desde essa perspectiva, situadas na base inferior de uma estrutura destituidora de poder. (SANTOS; DIAS, 2019, p. 17)

É nesse contexto que a resistência das mulheres negras ao sistema de opressão racial se manifestou em diferentes formas e estratégias ao longo da história, desde movimentos de alfabetização comunitária até a criação de espaços de educação informal.

Nesse mesmo sentido, as autoras Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (1994) problematizam o histórico distanciamento das pessoas negras do processo educacional. Quando são inseridas na educação formal, essas pessoas vivenciam situações de racismo, solidão e isolamento. Consequentemente, quando presentes no interior do campo universitário, os corpos negros são ausentados, emudecidos e invisibilizados, sobretudo na docência universitária e, principalmente, no corpo docente da pós-graduação. bell hooks (1995) toma a sua própria trajetória acadêmica para compreender e explicar as singularidades das mulheres negras em espaços de produção de conhecimento, e problematiza:

> A opção de escrever num estilo tradicional acadêmico pode levar ao isolamento. E mesmo que escrevamos pelas linhas do estilo acadêmico aceito, não há nenhuma garantia de que vão respeitar nosso trabalho. (hooks, 1995, p. 472)

Diante disso, pode-se afirmar que ser negro, e em particular mulher negra, no Brasil é estar submetido a diversas formas de preconceitos e desigualdades nos diversos setores da sociedade, sobretudo no educacional. Todavia, a superação de um cenário de invisibilidade nos espaços de poder tem se tornado uma bandeira de luta da população negra, em especial as mulheres negras.

E é nesse contexto que Nilma Lino Gomes (2012) nos apresenta como o movimento negro, enquanto ator social, pode interrogar a própria história do Brasil, a partir da concepção de raça.

> Ao politizar a raça, esse movimento social desvela a sua construção no contexto das relações de poder, rompendo com visões distorcidas, negativas e naturalizadas sobre os negros, sua história, cultura, práticas e conhecimentos; retira a população negra do lugar da suposta inferioridade racial pregada pelo racismo e interpreta afirmativamente a raça como construção social; coloca em xeque o mito da democracia racial. (GOMES, 2012, p. 731).

Dessa maneira, no que diz respeito ao acesso aos direitos constitucionais pela população negra ao longo da história, os movimentos sociais não só foram indispensáveis, como também foram vozes que ecoaram para a construção de políticas públicas. Gomes (2012) declara que

> A educação é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação. (GOMES, 2012, p. 735)

Todavia, apesar das lutas e das conquistas do movimento negro no que tange às políticas públicas, como via de acesso aos direitos da população negra, em particular a política educacional, a política pública de educação brasileira possui um longo caminho de desigualdades raciais e sociais, resquícios do período colonial e escravagista do país. E, mesmo sendo uma fala dos representantes governamentais a famosa “a educação é para

todos", essa política pública, em especial a educação superior, não é pensada ou formulada para a população que historicamente foi colonizada e subalternizada.

O estudo "Informação Demográfica e Socioeconômica n. 41" do IBGE (Brasil, 2019) mostra dados estatísticos do agravamento dos níveis de desigualdade brasileira quando se acrescenta a variável raça/cor aos indicadores de vulnerabilidade social e econômica. O documento revela que

> Há uma discrepância na realidade social entre brancos (43,1%) e negros (55,8%), na qual a população negra, mesmo sendo a maioria em números, porém, o acesso dela aos direitos básicos é inversamente proporcional. Em relação ao mercado de trabalho, embora a população negra represente a maior parte da força de trabalho no país (54,9%), entretanto também ocupa a primeira posição no ranking da população desocupada ou subutilizada (média de 65%). Ainda que haja uma divisão por grau de instrução, a proporcionalidade se mantém. (IBGE, 2019)

Em se tratando da trajetória de escolarização de pessoas negras, em relação ao ensino superior, os desafios permanecem e se tornam ainda maiores.

Em 2016, uma publicação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre Instituições de Ensino Superior públicas e privadas do Brasil constatou que, de um total de 383.683 docentes destas instituições, apenas 1,34% declararam-se negras ou negros. O censo da Educação Superior de 2016 revela que as mulheres pretas com doutorado somam 0,4% do corpo docente na pós-graduação em todo país.

Desse modo, mulheres negras dificilmente são docentes e, quando chegam a romper as barreiras raciais, com frequência são lembradas de que estão fora do lugar[17]. Um fenômeno que dialoga com a reflexão de Ribeiro (2018):

> As mulheres negras no ensino superior, justamente a partir de sua condição de outsider, acabam por impulsionar e transformar a própria forma de produzir conhecimento científico. É neste particular que "cada vez mais se torna necessário o aporte teórico e prático que o feminismo negro traz para pensarmos um novo marco civilizatório. (RIBEIRO, 2018, p. 127)

[17] Em 2017, o jornal Em.com.br publicou um episódio de racismo sofrido por uma professora de Belo Horizonte, que relatou que, enquanto caminhava pela rua, foi abordada por uma senhora que perguntou se ela fazia faxinas. Prontamente, ela respondeu: "Não! Sou professora". E indagou (constatando): "A senhora só perguntou se eu faço faxina porque carrego a pele escura" (LOPES, 2017).

O espaço acadêmico se constitui um cenário onde as subjetividades negras são colocadas em xeque, uma vez que passamos por processos de reflexão e até mesmo de questionamentos ao ocuparmos este espaço. E o conhecimento partir da trajetória de luta e enfrentamento de mulheres negras que se debruçaram na construção de uma epistemologia negra fez dessas mulheres figuras relevantes para que tantas outras estudantes negras tivessem acesso a uma educação antirracista perpassada pelas questões de raça, classe e gênero, bem como na construção do conhecimento científico.

E a construção de uma epistemologia negra vem dialogando com a reflexão de Patrícia Hill Collins (2019) sobre o ensino superior e os meios de comunicação como espaços cada vez mais relevantes para atividade intelectual feminista negra: "nesses novos espaços, o pensamento feminista negro vem ganhando visibilidade, ainda que curiosamente, continue subjugado, mas de uma maneira diferente" (COLLINS, 2019, p. 402).

Nesse contexto de visibilidade que o pensamento feminista negro vem alcançando, escritoras, ativistas e intelectuais negras têm ocupado o cenário mundial na luta contra o racismo e todas as outras formas de discriminação. Um exemplo desse avanço foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul, como um marco na luta contra o racismo e outras formas de discriminação. Foi na ocasião da Conferência que o Brasil reconheceu internacionalmente que o racismo institucional existe no país e comprometeu-se com a implantação de políticas de ações afirmativas na Educação e no trabalho.

Na ocasião da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), as intelectuais brasileiras Luiza Bairros, Nilma Bentes e Sueli Carneiro compuseram um Dossiê contendo seus depoimentos acerca do evento. Nesses depoimentos, constituídos de três artigos, com os respectivos relatos sobre a relevância da participação das mulheres na Conferência, observamos o impacto que o estudo sobre as relações étnico-raciais causa na luta antirracista, pois "a sólida presença das ativistas em todo o processo, [...] materializou a visibilidade crescente das mulheres e do poder feminino na transformação do planeta" (BAIRROS, 2002, p. 169).

Em um movimento interno para entender de que forma o racismo, enquanto construção histórica, tem influenciado o mundo, a conferência de Durban reconheceu o ativismo das mulheres negras como relevantes para a retomada do debate sobre

interseccionalidade entre sexo e raça. E isso ampliou a possibilidade de análise dos variados entrecruzamentos das discriminações raciais e de gênero, visibilizados pela Conferência.

A ativista Luiza Bairros (2002) destaca a importância dos movimentos sociais antirracistas e suas atividades preparatórias regionais para o avanço no processo da Conferência. E finaliza, sinalizando o desafio enfrentado pelas mulheres negras na construção de uma prática feminista que denuncie a discriminação interseccional sofrida por elas, afirmando que: "A batalha de Durban continua" (BAIRROS, 2002, p. 170).

Nesse mesmo sentido, em seu artigo "A Batalha de Durban", Carneiro (2002) traz o registro das principais atividades de organização do movimento negro para a Conferência, destacando a articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban. Segundo a autora,

> [...] ao longo dos anos 1990, as várias Conferências deram visibilidade a temas essenciais, tais como direitos humanos, meio ambiente, direitos reprodutivos, gênero e pobreza, entre outros. Espera-se que o mesmo aconteça em relação ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância no Brasil e no mundo. Por isso, a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas foi motivo de grandes expectativas e esperanças para o Movimento Negro do Brasil e para o conjunto da população negra. (CARNEIRO, 2002, p. 209)

A autora afirma ainda que as mulheres negras são um show à parte, quando enfatiza o "crescente protagonismo das mulheres negras no combate ao racismo e à discriminação racial, tanto no plano nacional, como no internacional" (CARNEIRO, 2002, p. 210). E destaca que essa articulação

> [...] é composta por mais de uma dezena de organizações de mulheres negras do país e coordenada pelo Criola, organização de mulheres negras do Rio de Janeiro, pelo Geledés/Instituto da Mulher Negra, de São Paulo, e pelo Maria Mulher, do Rio Grande do Sul (CARNEIRO, 2002, p. 210).

Para a autora, as parcerias entre mulheres negras e outras organizações feministas potencializaram a problemática específica das mulheres negras no contexto de Durban. Parceria que "consistiu em mais uma contribuição das mulheres brasileiras à Conferência,

para ampliar a visibilidade da problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira" (CARNEIRO, 2002, p. 211). E são essas iniciativas que, segundo a autora, sinalizam o avanço na luta antirracista e antissexista.

Entretanto, apesar dos avanços, a problemática étnico-racial no plano internacional se intensificou, tornando quase impossível de se alcançar um consenso mínimo entre as nações para enfrentá-la, com o alerta "para a permanência de conflitos de interesses e de profundas contradições entre as nações que subscreveram a Declaração e o Plano de Ação da Conferência, o que faz de Durban mais uma etapa de uma luta que ainda não se completou" (BAIRROS, 2002, p. 170).

Já em "Durban-Brasil-Durban: um marco na luta contra o racismo", a escritora e ativista Nilma Bentes (2002) discorre sobre a existência de múltiplas maneiras de ser africana/o e a felicidade que se constitui a herança da ancestralidade africana, registrando que "ir a Durban parecia mais um sonho que uma possibilidade real" (BENTES, 2002, p. 230). De acordo com a autora, o cenário de Durban era diferente de muitas outras conferências que tiveram temas bem definidos – ecologia, mulher e outros –, pois o campo temático era de largo espectro.

Entretanto, o tempo mostrou o contrário. O combate ao racismo não seria a temática central da Conferência. Como afirma a autora:

> A desistência do governo brasileiro em sediar a conferência preparatória regional da América Latina acendeu um sinal de alerta para o movimento negro. Essa decisão, além de reduzir drasticamente as possibilidades de que milhares de negros brasileiros pudessem participar dessa conferência preparatória, sinalizava também que o Governo Federal não estava disposto a dar o tratamento que o tamanho e a complexidade da questão exigem (BENTES, 2002, p. 230).

A autora aponta ainda que alguns problemas impediram que Durban tivesse o resultado sonhado para ser de fato uma Conferência Mundial contra o Racismo. Entretanto, reconhece que "as Conferências Mundiais da ONU se assemelham às estatísticas brasileiras: são precárias, mas é melhor tê-las como referência do que não dispor de referência alguma" (BENTES, 2002, p. 230).

Entretanto a autora nos encoraja e faz questão de afirmar:

> Nós, do movimento negro de hoje, cientes de que tudo que fizemos ainda será muito pouco diante da magnitude da nossa causa, temos mais do que nunca, de continuar fazendo cada qual a sua parte, de preferência sem brigas, conscientes de que o trabalho será no mínimo triplicado[...]. E, uma vez que na morte teremos toda a eternidade para descansar, então, mãos à obra. (BENTES, 2002, p. 236).

O ativismo das mulheres negras em sua constante e incansável luta por educação ganha destaque na III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em Durban. A retomada do debate sobre interseccionalidade; a efetiva participação dos movimentos sociais antirracistas em atividades preparatórias regionais para o avanço no processo da Conferência; a articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras Pró-Durban; e as parcerias entre mulheres negras e outras organizações feministas potencializaram a problemática específica das mulheres negras no contexto de Durban e foram de grande relevância para a luta antirracista e antissexista.

Bentes (2002) afirma que todos esses elementos fizeram da Conferência de Durban um marco na luta contra o racismo. A essa afirmação, Carneiro (2002) acrescenta que necessitamos cada vez mais de ferramentas e aportes teóricos que nos auxiliem na construção de uma educação igualitária. Por hora, fiquemos com otimismo de Bentes (2002, p. 236): "[...] tudo que fizemos é muito pouco diante da magnitude da nossa causa". Então, prossigamos na luta... mãos à obra!

Na rota a seguir, eu explico a metodologia de minha pesquisa, a abordagem utilizada, bem como a escolha da coleta e da análise dos dados.

Rota III – Histórias de vida e experiências: uma análise das narrativas de mulheres negras sobre o ingresso tardio no espaço acadêmico

> O que levaria determinadas mulheres, nascidas e criadas em ambientes não letrados, e quando muito, semialfabetizados, a romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita?
> Tento responder. Talvez estas mulheres (como eu) tenham percebido que se o ato de ler oferece a apreensão do mundo, o de escrever ultrapassa os limites de uma percepção da vida. Escrever pressupõe um dinamismo próprio do sujeito da escrita, proporcionando-lhe a sua autoinscrição no interior do mundo (EVARISTO, 2020, p. 53).

3.1- Construindo o caminho metodológico até os sujeitos de minha pesquisa

Nesta rota, que considero o coração de minha pesquisa, me dedico a analisar as narrativas autobiográficas a partir de entrevistas realizadas com mulheres negras, com idade de 45 a 65 anos, acerca de suas experiências no ensino superior, com recorte nas intersecções entre racismo, sexismo e etarismo, e, ainda, compartilhar meu relato pessoal, através de uma narrativa escrita, entendendo que, enquanto mulher, negra e pós-graduanda aos 56 anos, minha narrativa autobiográfica dialoga com a narrativa autobiográfica dessas mulheres.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, inspirada na centralidade do sujeito, considerando as suas próprias percepções e definições acerca das opressões vivenciadas no cotidiano. E, com o objetivo de conhecer as narrativas dessas mulheres sobre o ingresso tardio no espaço acadêmico, a partir dos relatos de suas experiências nesse espaço social, escolhi como metodologia de pesquisa a análise da narrativa, tendo como referencial a maravilhosa e inquietante obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano*, da escritora e ativista Grada Kilomba (2019), na qual toda a minha metodologia de pesquisa foi baseada.

> A pesquisa centrada em sujeitos, como argumenta Paul Mecheril (1977, p. 33) em seu trabalho pioneiro sobre racismo cotidiano, examina as experiências, auto-percepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito [...]. Se as mulheres negras, bem como outros grupos marginalizados, têm o direito capital, em todos os sentidos do termo, de ser reconhecidas como sujeitos, então devemos ter esse direito reconhecido dentro de processos de pesquisa e de discursos acadêmicos (KILOMBA, 2019, p. 81-82).

Desse modo, divido-a em quatro seções. Na primeira seção, me dedico a explicar meu objetivo de pesquisa, como cheguei a essas mulheres e, ainda, todo o caminho que percorri até meu objeto de pesquisa: as experiências de mulheres negras de 45 a 65 anos no ensino superior. Na segunda seção, apresento meu relato pessoal, uma narrativa escrita, que foi uma das motivações para continuação de minha pesquisa. Em seguida, apresento as três seções dedicadas à análise dos dados coletados através das entrevistas orais.

Parafraseando Kilomba (2019), metodologicamente, minha pesquisa busca entender, reconstruir e recuperar experiências de mulheres negras com o racismo cotidiano e sua intersecção com o sexismo e o etarismo no contexto do ensino superior. Para tanto, planejei uma abordagem metodológica que consistia em: 1) um primeiro contato informal sobre o possível interesse em participar de minha pesquisa com as quatro mulheres negras que escolhi; 2) um convite formal explicando a temática da pesquisa e a definição da possível data para a realização da entrevista com as quatro mulheres.

As entrevistadas

A escolha das entrevistadas foi baseada nos seguintes critérios: serem mulheres negras com idade acima de 45, serem intelectuais negras e, ainda, serem todas pertencentes ao meu grupo social, com idade e classe social semelhantes à minha. Minha decisão dialoga com a afirmação de Kilomba (2019, p. 83): “a escolha na pesquisa de mulheres negras de idade e classe semelhantes às minhas torna possível gerar conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias entre pesquisadora e pesquisada”. Portanto, a proximidade com as entrevistadas se construiu com base nas semelhanças de nossas histórias e experiências do nosso cotidiano enquanto mulheres negras.

Desse modo, logo após a escolha das entrevistadas, com base nos critérios mencionados acima, dei início à primeira etapa metodológica: realizei um primeiro contato, através de suas redes sociais Instagram (Anexo I), com um convite informal me apresentando e relatando o objetivo do contato (o aceite em participar de minha pesquisa de mestrado, como entrevistada). Após o aceite das quatro, já então participantes de minha pesquisa, coloquei em ação a segunda etapa. Enviei uma carta convite via e-mail (Anexo II) para as quatro mulheres, explicando sobre a temática da pesquisa, a viabilidade de possível data e

horário para a entrevista, e ainda sobre a finalidade da entrevista e possível gravação da nossa conversa.

Durante esse processo de aproximação com minhas escolhidas, dois fatores contribuíram para uma demora considerável para nossos encontros acontecerem. O primeiro foi a demora no retorno das mulheres para o agendamento das entrevistas, fato que diz muito sobre o cotidiano de mulheres negras, que iniciaram seus estudos tardiamente considerando suas múltiplas funções, como a maternidade, afazeres de casa, rotina de estudos, trabalho e tantas outras, fator este que impossibilitou uma das participantes de concretizar o encontro. Consequentemente, a pesquisa foi realizada com apenas três mulheres. Aceitar que minha pesquisa iria ficar sem uma das contribuições e experiências acerca do racismo cotidiano e suas intersecções foi um pouco frustrante, pois as quatro participantes escolhidas eram igualmente relevantes para o contexto de minha pesquisa, considerando suas trajetórias de vida. Entretanto, foi necessário compreender o tanto de atravessamentos que essas mulheres enfrentaram e ainda enfrentam para alcançar o lugar que elas ocupam hoje.

Já o segundo fator está relacionado ao recorte de idade da pesquisa – acima de 45 anos –, o qual foi questionado por estar abaixo da média de idade das três participantes da pesquisa. O recorte foi mantido por estar ligado a uma reflexão sobre a trajetória de formação delas, não necessariamente relacionado à idade atual das participantes.

Felizmente, ambos os fatores foram superados e, após um novo contato com as entrevistadas (via WhatsApp), conseguimos ajustar nossas agendas e os três encontros foram agendados para o mês de maio de 2025. Cada entrevistada escolheu o dia, a hora e lugar que melhor se encaixava entre seus compromissos. E assim pudemos dar seguimento a esta etapa de minha pesquisa.

Para o melhor entendimento sobre o perfil das mulheres entrevistadas, vejo a importância de especificar que todas são autodeclaradas negras, com idade entre 65 e 71 (até o momento da geração dos dados da pesquisa). Por isso foi feita a tabela abaixo sinalizando o perfil das entrevistadas:

Quadro 1: Perfil das entrevistadas

IDENTIFICAÇÃO	IDADE	TERRITÓRIO DE ORIGEM[18]	TITULAÇÃO ACADÊMICA
Bell	71	Vaz Lobo-RJ	Doutorado
Carolina	66	Parque Proletário da Gávea	Mestrado
Lélia	69	Madureira	Doutorado

Fonte: Elaboração da pesquisadora

Apesar de todas as entrevistadas não se oporem ao fato de serem nomeadas na pesquisa, decidi pela escolha dos pseudônimos, por se constituir uma prática comum de proteção da identidade das participantes, e ainda uma garantia de proteção à privacidade, além de facilitar a condução da pesquisa de forma ética. A inspiração para a escolha dos pseudônimos veio durante a entrevista com cada uma das participantes. Os nomes escolhidos se referem a três mulheres negras que eu gostaria muito de ter conhecido. E acredito que, não coincidentemente, esses nomes foram citados várias vezes pelas mulheres negras que tive o prazer de entrevistar.

Os nomes escolhidos foram bell (em homenagem à escritora, teórica feminista e ativista antirracista estadunidense bell hooks), Carolina (em homenagem à escritora, compositora e poeta Carolina Maria de Jesus) e Lélia (em homenagem à intelectual, ativista, professora e antropóloga brasileira).

As entrevistas

Para realizar esta etapa da pesquisa, utilizei entrevistas não diretivas baseadas em narrativas autobiográficas com 3 mulheres negras, autodeclaradas idosas (idade acima dos 65 anos), e que recordam suas histórias pessoais dentro de estruturas racistas, através de narrativas de suas experiências de vida, dentro e fora do espaço acadêmico.

Na escolha dessa ferramenta metodológica, também tive como referencial teórico a pesquisa desenvolvida por Kilomba (2019):

[18] Categoria relevante na coleta dos dados de pesquisa, considerando que, em suas narrativas, todas as entrevistadas relataram serem oriundas da periferia, onde cresceram e passaram parte de sua infância. Não necessariamente o território onde residem hoje.

> A abordagem da *narrativa biográfica* permite não apenas aprender sobre as experiências atuais de racismo dos entrevistados, mas também que as entrevistadas criem uma *gestalt* sobre a realidade do racismo em suas vidas. Possibilitando a reconstrução da experiência negra dentro do racismo. (KILOMBA, 2019, p. 85)

Ainda dialogando com a autora, a escolha por uma entrevista não diretiva possibilitou tanto a mim, enquanto pesquisadora, quanto às entrevistadas, enquanto sujeitos de pesquisa, um entrelaçamento de experiências, um olhar subjetivo para suas histórias de vida, bem como uma escuta qualificada, a qual se constitui uma premissa numa pesquisa qualitativa. "Nesse sentido, as/os entrevistadas/os têm a chance de falar livremente sobre suas experiências com o racismo e fazer associações livres entre tais experiências e outras questões que elas /eles acreditem ser relevantes para as suas experiências com o racismo" (KILOMBA, 2019, p. 86).

O cronograma das entrevistas foi baseado num roteiro semiestruturado (Anexo III), com o objetivo de otimizar os encontros e evitar possíveis desvios na condução dos objetivos da pesquisa. Isso possibilitou uma entrevista por entrevistada, com a duração de duas a duas horas e meia cada uma. As entrevistas foram todas presenciais: bell, no dia 9 de maio de 2025 em sua residência; Carolina, no dia 15 de maio de 2025 em sua residência; e Lélia, no dia 16 de maio de 2025 na área gourmet do Sesc Tijuca.

Antes do início de cada entrevista, expliquei sobre a possível utilização do gravador, mediante a autorização da entrevistada, com finalidade única para a pesquisa de mestrado. E externei novamente o prazer em tê-las como participantes de minha pesquisa. Ressalto ainda que, na ocasião das entrevistas, foi disponibilizado para cada entrevistada o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo IV), constando a temática e os objetivos da pesquisa.

Análises

Minha expectativa com a escolha da análise de narrativa como ferramenta de pesquisa foi para não perder o objetivo geral deste estudo: olhar para essas narrativas pessoais e conhecer, através das experiências dessas mulheres, como as intersecções entre raça, gênero e idade aparecem em seus relatos. E, na medida em que as entrevistas as estimulavam a resgatar suas trajetórias e a pensar na complexidade e nas ambiguidades desse

lugar, foi possível conectar as semelhanças, o que havia em comum nas narrativas compartilhadas sobre suas trajetórias de vida e suas experiências acerca do racismo cotidiano e suas intersecções com o sexismo e o etarismo nos espaços de poder, em especial o ensino superior.

Ao transcrever e examinar cada entrevista, decidi por fazer a análise dos dados de cada trajetória em separado, selecionar e organizar os tópicos centrais que apareceram nos relatos das entrevistadas, e correlacioná-los com fragmentos de suas narrativas autobiográficas, compondo assim eixos temáticos. A decisão por esse método de análise possibilitou uma melhor compreensão das experiências individuais e coletivas de mulheres negras com o racismo e suas intersecções em seus cotidianos, novamente inspirada em Kilomba (2019), que afirma "que é válido olhar para experiências individuais e para relatos subjetivos acerca do racismo cotidiano para que compreendamos a memória histórica e coletiva" (KILOMBA, 2019, p. 91).

Minha decisão sobre quais dados eram relevantes para a composição desta rota, a qual considero o coração deste trabalho, deu-se baseada tanto em minha proposta de pesquisa, já mencionada acima, quanto no diálogo das narrativas dessas mulheres com todo o referencial teórico utilizado na construção desta pesquisa.

De acordo com o que informei no início desta rota, a seção a seguir é dedicada à minha narrativa pessoal escrita, utilizada como preâmbulo para a análise das narrativas, haja vista que meu relato pessoal dialoga com as narrativas autobiográficas dessas mulheres, as quais entrevistei para a produção de conhecimento de minha pesquisa.

3.2- Minha trajetória preta

> A discriminação racial nos alcança nos lugares e momentos mais improváveis e, por mais que tenhamos criado uma espécie de couraça para segurar essa violência, descobrimos nossa fragilidade e que nunca estamos preparados. (SANTOS, 2008, p. 52)

Falar de trajetórias de vida é um desafio surpreendente e inquietante, pois um retorno ao passado, ao já vivido, nos faz reviver lembranças que despertam em nós sentimentos bons e ruins. Entretanto, esse exercício de resgatar a memória do passado, do vivido, nos permite organizar as experiências vivenciadas ao longo da caminhada, e compreender que sempre é possível recalcularmos a rota.

Ao longo de minha vivência enquanto mulher preta, percebi que minha cor e minha negritude sempre chegavam primeiro, percepção que me acompanhava mesmo sem o entendimento da questão racial. Eram constantes os questionamentos em relação ao meu cabelo, meus penteados e minhas roupas, tudo sempre classificado como exótico, extravagante e até estranho. Entretanto, tais questionamentos nunca eram direcionados às mulheres brancas, pois, segundo os "críticos de plantão", minhas companheiras não negras sempre estavam com o cabelo "arrumado", suas roupas eram ditas "normais" e o jeito como se vestiam era "o padrão".

O "ser negra" sempre me colocava num lugar inferior ante as discriminações sofridas pelas mulheres brancas ao meu redor. Frequentemente, eu era questionada sobre qual lugar eu deveria ocupar em determinado espaço. Lembro-me de uma determinada festa de réveillon com um público de mais de 100 pessoas, em que os únicos negros éramos eu e três amigos, e ter sido interpelada por um garçom questionando onde estava minha bandeja.

Essa questão também é abordada por Collins (2019), quando a autora traz a discussão sobre o "lugar social" das mulheres negras, evidenciando sua produção intelectual em diversas posições e, ainda, a expressão do conhecimento e da política dessas mulheres.

Venho de uma família pequena, éramos apenas minha mãe, meu pai e meu irmão mais novo. Minha mãe, Irenice da Andrade Gomes, uma mulher negra, nascida em Itaperuna, interior do Estado do Rio de Janeiro, veio para a cidade do Rio de Janeiro ainda na adolescência, para trabalhar como doméstica, e que só conseguiu iniciar e completar o Ensino fundamental aos 28 anos. Meu pai, João Manoel Gomes Paes, um homem negro, nascido em Campos, Norte Fluminense, veio para a cidade do Rio de Janeiro também na adolescência para trabalhar, e sua escolaridade não alcançou a quarta série primária. Ambos trabalharam muito para criar a mim e meu irmão com o melhor que eles podiam nos dar.

Nasci em 1968, na favela da Maré, hoje chamada Complexo da Maré, e sou onze anos mais velha que meu irmão. Durante toda minha infância, passei a maior parte do tempo sozinha. Ainda na adolescência, meu pai saiu de casa e nos deixou apenas com dívidas. Desde então, minha mãe teve que conduzir sua própria vida, pagar as contas e sustentar os filhos sozinha.

Ainda na infância, nos mudamos para o Engenho da Rainha, Zona Norte do Rio de Janeiro. Minha escolarização, enquanto uma menina preta da periferia, se deu em escolas públicas. E sempre tive um gosto especial pelos livros, pelas histórias que ouvia. Estudar era

meu maior prazer. Na verdade, o único. Mas, como para boa parte das meninas pretas e pobres no contexto brasileiro, a escola pública não era um lugar muito confortável. Minhas relações sociais nos primeiros anos do ensino fundamental foram traumáticas. Era uma tortura todos os dias, apelidos por conta da minha cor, do meu cabelo, do meu estrabismo – pois já usava óculos desde muito nova – enfim, do meu corpo preto. As relações com os colegas em sala de aula por conta de minha cor se tornaram mais cruéis ainda no ensino médio. Mas eu gostava de estudar, então resistia a todas as perversidades que ouvia das/os colegas brancas/os e, a cada final de aula, eu agradecia a Deus por ter conseguido sobreviver à tortura/aula daquele dia.

Ainda na adolescência, realizei vários cursos, muitos. Só de relações humanas no Sesc[19], fiz uns quatro. Como não tinha amigos e os colegas de escola me discriminavam, estudar, conhecer coisas novas, ampliar meus horizontes, era meu universo particular. Era vida para mim. E ainda é!

Bem, hoje sei que os sonhos de uma menina preta e periférica, na maioria das vezes, são interrompidos pela cruel realidade: as opressões decorrentes da interseccionalidade de marcadores sociais da diferença. O racismo, o sexismo e o classismo seguem afirmando isso. Entretanto, o gosto pelos livros e pelo conhecimento me levava a outros lugares, mesmo que fossem só nos meus sonhos. E eram nesses momentos que, com frequência, eu ouvia dos que me cercavam as frases recorrentes: "você sonha demais"; "ponha-se no seu lugar, né".

Aos 22 anos, com formação técnica em patologia clínica, porém desempregada, e mãe solo de uma menina linda de apenas 4 meses, entendi que um concurso público seria, na minha situação, uma "dádiva". E, em 13 de março de 1991, ingressei na primeira turma de Cabo Especialista do quadro de saúde da polícia militar do Rio de Janeiro. Na época, não pensava em ser policial militar, pois, desde muito jovem, minha militância no Partido dos Trabalhadores e em outros movimentos sociais me direcionavam para um outro universo muito diferente do militarismo. Entretanto, motivada pela questão financeira e a estabilidade de um emprego público, me agarrei a esta oportunidade.

Minha caminhada prosseguiu, não como nos meus sonhos, mas seguiu. Com um emprego público, possuía estabilidade e podia prover o meu sustento e de minha filha, uma "dádiva", naquela circunstância, para uma jovem negra, pobre e mãe solo.

[19] Serviço Social do Comércio – uma instituição privada sem fins lucrativos, criada por empresários do Comércio, que oferece serviços de educação, cultura, saúde, lazer e assistência.

Todavia, as responsabilidades de mãe, e única provedora do sustento de minha família, e, ainda, os inúmeros desafios da carreira policial para uma mulher preta, não conseguiram reprimir o desejo de estar na sala de aula, aprendendo, lendo, envolta em livros e cadernos, ainda pulsava em mim. E apesar das circunstâncias adversas e das barreiras institucionais, continuei realizando cursos técnicos que me mantinham no chão da sala de aula, e que também agregavam à minha profissão.

Paralelamente, percebia que sempre estava em "dívida" com a instituição. Por mais que eu fosse uma profissional capacitada, nunca era o suficiente, eu não tinha o "perfil" para estar naquele lugar, era o que eu sempre ouvia. E por mais qualificações profissionais que possuísse, estava sempre em débito com a instituição e, segundo os companheiros de trabalho, eu deveria me sentir privilegiada por ter conseguido ocupar aquele espaço. Me sentia toda errada, em "dívida" mesmo. Afinal, o erro só podia estar em mim. Na verdade, eu não dispunha de tempo, nem ferramentas para buscar onde estava o erro. Tinha um emprego para preservar e uma filha para sustentar. E paralelo a isso, um sonho: ingressar numa universidade pública, ser assistente social e, quem sabe, todas as discriminações cessariam.

Aos 43 anos, ingressei na faculdade de serviço social. Não em uma universidade pública, pois não dispunha de tempo para realizar um curso preparatório, nem mesmo estudar em casa sozinha. Todavia, assim como o reverendo batista Martin Luther King[20] (1963), apesar das dificuldades e frustrações do momento, eu ainda tinha um sonho! E resolvi então realizá-lo numa faculdade particular, afinal, eu tinha um emprego, minha filha já havia se formado e também tinha seu emprego público. Mas eu tinha um sonho!

O curioso é que as mesmas afirmações que permearam a minha infância continuavam permeando a minha vida adulta: "pra que isso?" "Isso não é lugar para você!". E mais uma foi acrescentada: "você já tem um emprego público, fazer faculdade para quê? Se cansar à toa". Apesar de não contar com nenhum incentivo na minha caminhada, em 2015 eu consegui concluir minha formação e, como primeira colocada das três turmas de Serviço Social da UNISUAM[21], fui premiada com uma bolsa integral no curso de especialização em Serviço Social e Sócio Jurídico na própria instituição (ah, eu flertei com essa pós-graduação *latu sensu* durante quatro anos). E contrariando a muitos, muitos dos superiores que diziam

[20] Liderança e referência da resistência pacífica contra o racismo que, em 28 de agosto de 1963 na capital estadunidense Washington, proferiu seu discurso histórico "Eu tenho um sonho".
[21] Centro Universitário Augusto Motta.

“você não vai conseguir”, passei a exercer a minha mais nova profissão dentro da instituição: assistente social, sonho realizado. Mais um!

E foi justamente no contexto da graduação que minha trajetória passou a ser atravessada por outro preconceito: o etário. Ingressei no ensino superior após 20 anos do término do ensino médio. Era a mais velha da turma e tinha muita insegurança de não saber como me portar, pois me achava “burra” – não tinha a menor aptidão com informática – e, ainda, me sentia incapaz de conseguir produzir um texto acadêmico. Mas o amor pelo conhecimento me levava além. Logo na primeira prova do primeiro semestre, obtive a maior nota da turma, 9.5, onde a segunda maior nota foi 4.0. Aí começaram meus problemas. “Como você conseguiu tirar essa nota? Logo você? Será que você é tão inteligente assim? Como pode ser isso”, essas eram as falas dos meus colegas de turma.

Mal sabiam as minhas companheiras de turma (maioria esmagadora de mulheres brancas e jovens) que, por me achar incapaz frente a todas elas, quase 20 anos mais jovens, eu não fazia outra coisa a não ser trabalhar e estudar. Virava a noite estudando, porque trabalhava o dia inteiro. Não tinha finais de semana nem vida social. Meu objetivo não era ser a melhor, era ser assistente social. Só isso.

E apesar de o início da vida acadêmica não ter sido fácil para mim enquanto mulher negra, aos 47 anos, o ápice da discriminação veio quando, na colação de grau, o reitor anunciou a premiação da aluna número um da faculdade de Serviço Social das três unidades da UNISUAM: eu. Foi bem tenso. Primeiro porque eu não estava acreditando; segundo, porque foi um bochicho enorme. A pergunta era uma só: “como assim, ela é a melhor graduanda das três unidades?”. E com direito a “cara de espanto” do diretor de ensino na hora que falou meu nome e viu que a melhor aluna era uma mulher preta de 47 anos. Foi um dia inesquecível!

É bem verdade que os enfrentamentos em meu cotidiano profissional na instituição não melhoraram em nada, mesmo após a Graduação. Eu continuava sendo exposta a inúmeras formas de discriminação e preconceito racial, situações de preterição e diferenciação para além do grau hierárquico. Mas, de alguma forma, o desejo pelo conhecimento me salvou!

E mesmo em meio a tantos enfrentamentos, episódios de racismo, assédio moral e sexual em meu cotidiano institucional, ao longo de quase 30 anos de serviço militar, o sonho ainda persistia! E, em 2016, aos 47 anos, contrariando as leis dos brancos e poderosos,

ingressei numa universidade pública. Paralelo a isso, profissionalmente eu estava quase realizada, pois, juntamente com outras duas assistentes sociais, criamos o projeto Rede de Mulheres Policiais, com o objetivo de acolher as demandas de mulheres policiais vítimas das inúmeras formas de opressão dentro e fora da instituição, através de nossas escutas nos atendimentos individuais e em grupo. E nesse mesmo ano, acontecia o que mudaria toda a minha subjetividade: tornei-me negra![22] Eu só consegui identificar que todas as opressões vivenciadas ao longo de minha trajetória aconteciam única e exclusivamente por conta da minha cor.

Todavia, foi na Academia que comecei a estudar sobre o racismo enquanto um sistema de opressão, e só então passei a ressignificar as opressões que sofri anteriormente. Ser uma mulher preta, sempre me conduzia para fora dos lugares onde diziam que eu não poderia estar. Mas ser uma mulher negra era um posicionamento político, que só alcancei ao conhecer a minha história, a história do meu povo.

E, somente após esse encontro com minha subjetividade, consegui romper com o silêncio ensurdecedor que gritava dentro de mim a cada episódio de racismo sofrido. Motivada por uma raiva dilacerante misturada a uma coragem nunca antes sentida, me apropriei da fala de Audre Lorde[23] e reagi. Há exatos 28 anos de serviço militar, vivenciando dentro da Instituição o racismo e o sexismo mascarados de "hierarquia e disciplina", eu reagi e realizei minha primeira denúncia de racismo aos meus superiores brancos, sendo este o episódio de racismo cotidiano mais recente, ocorrido em 2018. Bem, nenhuma providência foi tomada, a não ser uma advertência por denúncia infundada, bem como um aviso: "você está no lucro. Poderia ficar presa por calúnia e difamação de um superior hierárquico".

Apesar do desfecho odioso, ali eu me descobri, me pertenci. Aprendi que toda a minha trajetória de lutas e enfrentamentos tinha uma causa. Descobri que, mesmo sem ter noção do que era, a minha negritude incomodava, literalmente. Na verdade, eu não era culpada por não possuir o "perfil" tão cobrado pela Instituição, eu era negra e mulher. Minha subjetividade estava sendo gritada aos ouvidos dos meus opressores, mesmo após tantos anos de opressão. Eu consegui. Decididamente, o desejo pelo conhecimento me libertou.

Nesse sentido, Neusa Santos Souza (1990) retrata com propriedade a problemática do auto-reconhecimento da identidade negra:

[22] Referência à obra *Tornar-se negro ou As vissicitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*, da psiquiatra, psicanalista e escritora brasileira Neuza Santos Souza (1990).
[23] Referência ao texto *Os usos da raiva: as mulheres negras reagem ao racismo* (Audre Lorde, 1984).

> Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades. (SOUZA, 1990, p. 17-18)

Em toda minha trajetória, os desafios e enfrentamentos sempre foram permeados pelas falas: "busque o seu lugar..."; "a Universidade é muito difícil."; "Você não vai conseguir entrar, e mesmo se entrar, não conseguirá ficar."; "Pra que insistir nisso, coloque-se no seu lugar."; "você não tem mais idade pra isso.", e tantas outras tantas.

E foi através da análise das narrativas de mulheres negras sobre suas experiências de opressão, realizada na pesquisa da Especialização, que percebi a importância do registro dessas vivências. Tanto para as participantes, por partilharem suas experiências, quanto para a pesquisadora, eu, que escutava e escrevia, e me (re)via. Me (re)escrevia. Escrita de um corpo, de uma história, que não era a minha. Mas que também era minha. Por vezes, era a história de uma que, por vezes, era a história de todas.

Escrever o trabalho de conclusão de curso "A raça da mulher negra na polícia militar do Rio de Janeiro" foi mais que um grande desafio, tornou-se um divisor de águas em minha vida: uma mulher, negra e policial militar produzia um trabalho, fruto de uma pesquisa com outras mulheres negras policiais militares, e narrava seus enfrentamentos no cotidiano profissional na polícia militar do Rio de Janeiro. O resultado foi um trabalho premiado. E, para além da premiação em 2018 – Prêmio de Excelência na modalidade Prêmio UFF de Monografias, categoria Ciências Sociais e Humanas –, a pesquisa me possibilitou produzir vários artigos, os quais pude apresentar em simpósios, congressos e mesas, destes uma publicação nos anais do "VI Simpósio Internacional LAVITS assimetrias e (in)visibilidades: vigilância, gênero e raça" (2019).

Meu objetivo em fazer conhecidas por todos as histórias de dores, lutas, desafios, experiências e vivências atravessadas pelo racismo e suas múltiplas expressões conversa tanto com o conceito nanorracismo:

> Forma narcótica do preconceito de cor que se expressa nos gestos aparentemente inóquos do dia a dia, [...], um obscuro desejo de estigmatizar e, acima de tudo, de agredir, de ferir e humilhar, de profanar aquele que não consideramos com sendo dos nossos. (MBEMBE, 2020, p. 98-99)

Como também com o sexismo mascarado, apontado por Lélia Gonzalez (1980), corporificado na cobrança do perfil militar da Instituição, parte integrante de uma sociedade onde esses sistemas de opressão são estruturais e estruturantes das relações sociais. E alcançar meu objetivo de pesquisa era bem maior que o meu cansaço de quase de 30 anos de história de um cotidiano de opressão por conta tão somente da minha condição de mulher negra. Se fazia urgente compartilhar experiências de mulheres negras que se tornaram protagonistas de suas histórias dentro da instituição escolhida para exercerem suas profissões, para além dos inúmeros episódios de racismo cotidiano[24]. E essa realidade é descrita como "não apenas a (re) encenação de um passado colonial, mas também como uma realidade traumática, que tem sido negligenciada" (KILOMBA, 2019, p. 29).

Psicólogas, assistentes sociais, enfermeiras, fisioterapeutas, secretárias, almoxarifes e tantas outras mulheres negras que não possuíam o dito perfil dessas profissões, fato que era diariamente bombardeado a cada ação em nosso cotidiano institucional, se sentiam acolhidas pelo simples fato de poderem contar suas histórias. A mancha indelével[25], descrita pelo intelectual e ativista Edson Cardoso (2022) e que pode ser traduzida também como um defeito de cor[26], conceito que dá nome ao romance da escritora Ana Maria Gonçalves (2006), fez dessas mulheres no passado e continua a fazer no presente pessoas inferiores, subalternizando-as em suas subjetividades cotidianamente.

No pensamento da caserna[27], por dentro dos muros institucionais, essas mulheres negras são pessoas que alcançaram o privilégio de ocuparem tal espaço, mas não possuíam a capacidade para estarem ali, não possuíam o perfil para estar na instituição, pois além de mulheres, eram negras. E paralelo a essa realidade vivenciada todos os dias, do lado de fora da caserna, essas mesmas mulheres também não são contempladas em suas pautas enquanto mulheres negras, em suas demandas enquanto sujeitos de direitos, pertencentes a um grupo minorizado, no interior de uma sociedade racista e sexista. Para a sociedade civil, elas são apenas, e tão somente, policiais militares, ou seja, agentes do braço repressor do Estado.

---

[24] Conceito cunhado por Grada Kilomba, artista interdisciplinar e escritora, em sua obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (2019).

[25] Termo utilizado por José Bonifácio na nossa primeira Constituinte (1822/1823), em referência a cor da pele negra dos escravizados, definindo-a como um estigma, uma marca ultrajante. Esse evento é denunciado em *Nada os trará de volta: escritos sobre racismo e luta política,* de Edson Cardoso (2022).

[26] Defeito de cor foi o nome de uma lei brasileira do século XIX que obrigava pessoas negras a pedirem dispensa para assumir cargos públicos, militares ou eclesiásticos.

[27] Edifício ou alojamento para a moradia de soldados, dentro de um quartel, um forte.

Mas, ao escrever sobre essas mulheres, escrevi sobre mim. Me (re)encontrei; me escrevi. Descobri, enfim, que minhas vivências eram também as de minhas irmãs. É bem verdade que pouca coisa mudou, tanto para mim que já saí da instituição, quanto para as companheiras que permanecem lá até os dias atuais. Entretanto, prosseguir é preciso!

Ter construído uma trajetória de enfrentamentos e superação; ser realizada profissionalmente, conquistando espaços que nunca pensei conquistar; ter uma trajetória acadêmica – pequena, porém com um trabalho premiado e publicado – não mudou minha condição – continuo sendo mulher e negra. Nada nos deixa imune às opressões do sistema racista, sexista, classista, capacitista e etarista de uma sociedade onde o capitalismo se constitui máquina de moer corpos negros. O conhecimento e o pertencimento apenas te trazem uma instrumentalização maior para enfrentar estas múltiplas opressões.

Por isso, ainda escrevo...

> Escrevo para registrar o que os outros apagam quando falo, para reescrever as histórias mal escritas sobre mim, sobre você [...]. Escreverei sobre o não dito, sem me importar com o suspiro de ultraje do censor e da audiência. Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever (ANZALDÚA, 2000, p. 232).

Alguns textos compartilhei em seminários e eventos; outros publiquei em anais. Outros estão guardados, quem sabe, para próximos compartilhamentos; alguns engavetados, e outros, muitos outros, guardo comigo, escrito em minha própria carne. O certo é que, a partir de minha escrita, por tantas vezes sofrida e incompreendida, essas mulheres negras e suas subjetividades foram conhecidas para além da farda e da instituição a que pertencem. E seu protagonismo negro pode não ser visibilizado, ainda. Mas está escrito. E por isso já me considero vitoriosa!

Já ficou bem escurecido[28] no meu relato-vivência que estudar é vida para mim. E foi por isso que, no ano de 2020, aos 51 anos, decidi continuar... e iniciei a caminhada rumo ao mestrado!

E assim, após me reerguer do vento chamado aposentadoria, já livre das amarras institucionais, acreditei ser este o espaço onde eu teria êxito no compartilhamento das histórias e das narrativas dessas mulheres negras, objetivando analisar as possíveis

[28] Referência ao conceito *esclarecer,* considerado como uma manifestação do racismo linguístico. Livro *Racismo linguístico*, Gabriel Nascimento (2019).

motivações e perspectivas para o ingresso e permanência de policiais militares negras na polícia militar do Rio de Janeiro. Mas, ao longo de seis processos seletivos para o mestrado, em múltiplos programas de pós-graduação de variadas instituições, descobri que este campo – a instituição militar – não interessava à boa parte da academia, mesmo sendo o objeto de pesquisa "as múltiplas opressões sofridas por mulheres negras nestes espaços". E depois de muitos aconselhamentos, entendi que era preciso buscar em mim um outro campo, outras possibilidades de ingressar no meu "sonho" mestrado. E elas existiam, afinal mulheres negras estão em todos os espaços, resistem e (re)existem, constroem sua caminhada. São protagonistas de suas próprias histórias.

E construindo aquela que decidi ser a última tentativa – a sétima – do meu "sonho" mestrado, escrevi um novo projeto de pesquisa, me reencontrei com novas possibilidades. Não que eu tenha desistido da primeira, somente mudei a rota, mas com o mesmo objetivo primeiro: "substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história"[29] (XAVIER, 2019). E essa mudança também foi um encontro potencializador com minhas inquietações e, ainda, mola propulsora para as minhas experiências. Encontrei o PPRER, e me encontrei no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, programa onde conheci negras e negros sendo a maioria dos discentes, algo impensável em outro programa de pós-graduação.

Enfim, como pesquisadora e mestranda, visualizei no PPRER a possiblidade de construção e de partilha de minha pesquisa. Assim como afirmam Ratts (2021) e hooks (2019), o "espaço acadêmico" se constitui, sim, em espaço de disputas de poder e, consequentemente, em espaços de desafios e enfrentamentos para a comunidade negra. Desafios estes que se potencializam quando os sujeitos que ocupam esses espaços são mulheres negras. E diante desse cenário, se faz relevante a construção de uma epistemologia feminista negra, não com o objetivo de negar ou aniquilar outros saberes e epistemologias, mas sim como ferramenta para alcançar uma mudança de mentalidade dentro de uma academia hegemonicamente branca e machista.

E ainda com o desejo de continuar minha pesquisa sobre as experiências vividas por mulheres negras nos diversos espaços da sociedade, escolhi outro campo para ouvir as narrativas dessas mulheres: a universidade. Foi quando então comecei a busca por bibliografias e autoras para dar prosseguimento à minha pesquisa.

[29] Referência ao título do livro de Giovana Xavier (2019).

Nesta busca, conheci a escritora e poeta mineira Conceição Evaristo, e logo me encantei por Conceição. Sua escrita era tão familiar, tão próxima e tão presente no meu cotidiano de mulher negra. Eu ainda não havia tido contato com uma escrita tão potente e ao mesmo tempo tão atual sobre o cotidiano, as conquistas e os desafios de mulheres negras em uma sociedade ainda marcada pela discriminação racial, de gênero e etária.

A cada relato e entrevista da autora que eu assistia nas mídias, me identificava com sua história e buscava conhecer suas obras literárias, bem como um pouco mais da história dessa mulher negra que, mesmo escrevendo desde muito nova, concluiu sua graduação aos 43 anos, se tornou mestre aos 50 anos, e somente aos 57 anos ganha projeção como escritora, e, não se limitando à sua idade, continua a caminhada acadêmica se tornando doutora aos 65 anos. Sua trajetória acadêmica, bem como sua história de vida, também serviu de inspiração e motivação na escolha do meu tema de pesquisa: as experiências e histórias de vida de mulheres negras acima de 45 anos no Ensino Superior, a partir das narrativas dessas mulheres sobre o ingresso tardio no contexto acadêmico.

Alguns fatos ocorridos durante a minha caminhada no PPRER se constituíram entraves para a realização e concretização da minha pesquisa. Fatos que me levaram a reavaliar a continuação e a possível desistência em prosseguir nesta rota: o meu sonho "Mestrado". E decidi interromper a caminhada e mudar de rota.

Entretanto, em meio a este processo que denominei "noite profunda da alma", me veio à lembrança o início de tudo, e era lindo: eu tinha um sonho. Mas a dor da caminhada do processo me fez esquecer disso. Mas entendi que era preciso alimentar a alegria e organizar a raiva.

E logo me veio à lembrança umas das músicas que permearam toda a minha existência. Ao me apropriar da poesia em forma de música do cantor e compositor Ivan Lins "Começar de novo, e contar comigo, vai valer a pena ter amanhecido"[30], fui invadida por uma esperança do tamanho da minha felicidade ao entrar no Cefet/RJ pela primeira vez, como mestranda, após sete processos seletivos sem êxito. Penso que Ivan Lins descreveu toda essa minha trajetória muito bem, mesmo ele não sabendo disso. Às vezes viajo em meus pensamentos, e acredito, de verdade, que Ivan Lins sabe um pouco da minha história, sabe que eu tenho um sonho. É, eu tenho um sonho.

[30] Música /letra "Começar de novo", Ivan Lins (1979), escrita para o seriado Malu Mulher (Rede Globo, 1979).

“Ter me rebelado, ter me debatido, ter me machucado, ter sobrevivido, ter virado a mesa, ter me conhecido” (Ivan Lins, 1979) foi, ao mesmo tempo, um corte profundo em minha carne, e o início de um novo tempo, pois “apesar dos castigos, estamos crescidos, estamos atentos, estamos mais vivos, pra nos socorrer, pra nos socorrer” (Ivan Lins, 1979).

E assim, embalada por essa conversa com Ivan Lins e revigorada pelo desejo enorme de encerrar esse ciclo e concluir meu mestrado, decidi recalcular a rota, começar de novo e contar comigo. Desta vez, trazendo comigo a reflexão de bell hooks (2019):

> Somente o ato e a prática de amar a negritude nos permitirá ir além e abraçar o mundo sem a amargura destrutiva e a raiva coletiva corrente. Abraçar uns aos outros apesar das diferenças, além do conflito, em meio à mudança, é um ato de resistência. (hooks, 2019, n.p.)

Esta é uma parte de minha história de vida, de lutas, de conflitos, mas também de vitórias. Possivelmente algumas experiências em minha trajetória se cruzam com as trajetórias das entrevistadas, assim como algumas vivências devem nos separar. E por esse motivo, decidi compartilhar alguns fragmentos de minha história pessoal, pois me vejo como sujeito e considero minhas experiências objeto desta pesquisa. Assim, compartilho nas páginas a seguir, as trajetórias de bell, Carolina e Lélia, trazendo fragmentos de suas narrativas autobiográficas.

3.3 – Conhecendo a trajetória de bell – ensinando a transgredir

O (não) lugar social da mulher negra

O lugar da mulher negra foi e ainda é demarcado pela subalternização e pela realização de atividades manuais representadas fortemente pelos serviços domésticos, de limpeza e conservação. Grande parte são serventes, cozinheiras e lavadeiras/passadeiras, cuidadoras de idosos e auxiliares de serviços gerais, ocupando “lugares de baixa remuneração, nenhum reconhecimento e que exigem pouca escolaridade” (SANTOS; DIAS, 2019, p. 16).

bell, com seus 71 anos, doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), se autodeclara mulher negra, bisneta de um casal escravizado, neta e filha de empregadas domésticas, relata que, durante sua infância, as condições eram de uma

pobreza extrema. E apesar de ser cercada de amor, vivia em um lugar onde os efeitos das desigualdades de raça e classe, a dor e o sofrimento se expressavam com força, o que perdurou na adolescência e ainda na fase adulta.

> Venho de um berço extremamente pobre, sou neta de um casal de escravizados, minha bisavó Antônia e meu bisavô Geraldo, não os conheci, eu venho de uma história, um núcleo de mulheres negras, um núcleo de muita pobreza, de muita dificuldade, mas que acima de tudo, essas mulheres tinham uma garra muito grande. Nasci no bairro de Vaz Lobo. Nasci num casarão de propriedade da minha avó materna, que no meu entendimento recente, era um quilombo, abrigava todo mundo, e onde comia um, comiam todos. Mas tudo era dividido, a lógica da partilha. Vovó foi extremamente sofrida, viúva aos 37 anos, foi empregada doméstica porque naquela altura, o destino das mulheres negras no pós abolição era a casa de família, como se dizia na época. Meu avô foi, um policial militar, foi assassinado no Pátio do Palácio (vovó contava essa história sempre), juntamente com outros colegas negros, por fazerem parte do Movimento Integralista, na época da Ditadura de Getúlio (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).

A seguir, bell, no relato sobre sua trajetória familiar, retrata um histórico de exploração e de marginalização do povo negro intimamente ligado ao processo de escravização, onde os filhos de mulheres negras escravizadas também eram propriedades dos seus senhores.

> Vovô comprou esse terreno em Vaz Lobo, e era enorme, e com um casarão enorme, mas um mês depois, ele morreu. E vovó ficou viúva aos 37 anos, com quatro filhos, todos com idade entre oito e doze anos. E a minha mãe era a terceira filha. Mas vovó dizia: pelo menos temos um teto. E então partiu para o emprego de doméstica numa mansão. Naquela época, as patroas permitiam que as suas empregadas, apelido “escravas”, acessassem a casa com os seus filhos. Então a história da vovó era essa, ela foi trabalhar, me lembro até que ela dizia, na General Roca, na Tijuca. Era uma mansão, ela foi empregada doméstica da casa, e os quatro filhos, cada um deles tinha a sua atividade também. Mas o salário, quando vinha, era um só. Um filho era jardineiro, uma filha era copeira, a outra filha foi babá dos netos da dona da casa, e o outro fazia serviços externos porque ele falava muito bem, era fluente, então desde muito jovem ele foi impulsionado pelo sistema a fazer essas atividades. Então vovó trabalhou como empregada doméstica como os quatro filhos também trabalhadores. Então era esse sistema pós abolição que as pessoas pretas precisavam se inserir e se submeter para sobreviver (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).

Dialogando com Collins (2019) e Santos e Dias (2019) sobre o lugar social da mulher negra, Nascimento (2021) afirma que

> A "herança escravocrata" sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria da transformação, [...]. Podemos acrescentar, no entanto, que a essas sobrevivências ou esses resíduos do escravagismo se superpõe os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante (NASCIMENTO, 2021, p.58).

Mulheres negras, base, referência, provedoras, mães, trabalhadoras: "ela era tudo"

> Eu nasci neste casarão. Filha de um pai que me deu muito pouco, em todos os sentidos, eu entendo hoje que ele deu o máximo que ele podia, porque ele também era fruto de todo um sistema opressor, e nunca questionei, depois que entendi a minha função no mundo. Mas fato é, que se eu estou onde eu estou hoje, eu devo a minha avó Francisca, e a minha mãe Antônia. Essas foram as maiores referências na minha vida. Tinha a minha tia também, a outra irmã da mamãe, que morava por ali. E esse casarão abrigou todo mundo, um quilombo na verdade. Todo mundo da família que tinha dificuldades, que não eram poucos, vovó abrigava no casarão. Uma infância de muita pobreza, não passei fome, mas tudo era muito controlado. Tudo tinha que ser dividido pra todo mundo. Esse era o lema da minha avó. E eu fui criada dentro dessa lógica, da partilha, hoje entendo que o Casarão era um quilombo. Mas, em meio a toda a pobreza e dificuldades, eu fui muito amada por essas mulheres. A minha referência eram essas mulheres, em tudo. Paro hoje pra pensar, e lembro que todas as mulheres da minha família se casaram com homens frágeis, meu pai, meus tios. Quem segurou a base foram as mulheres. Minha mãe trabalhou muito, era empregada doméstica, faxineira, lavadeira, **ela era tudo**. E ela dizia assim: a minha filha vai estudar, ela vai ser doutora. Nas décadas de 1960/1970, eu ouvia minha mãe falando isso (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025, **grifo meu**).

Através do aprendizado mútuo, mulheres negras têm se organizado no enfrentamento aos inúmeros desafios impostos pelos variados sistemas de opressão na sociedade decorrentes do racismo, onde

> As mulheres negras resistem, seja compartilhando pequenos momentos de amor umas com as outras na vida cotidiana, seja cultivando comunidades nas quais a vida de nossos filhos, de nossos entes queridos e nossa própria vida importam, seja, ainda, criticando as políticas públicas que nos negam acesso a segurança, educação, moradia, emprego e saúde (COLLINS, 2019, p.12).

No trecho acima, bell retrata uma condição que atravessa o cotidiano de maioria das mulheres negras, a chefia feminina. De acordo com o Boletim 8 de março, divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos (Dieese, 2023)[31], 50,8% dos lares brasileiros são chefiados por mulheres, sendo que 56,5% desse total são liderados por mulheres negras.

O fenômeno crescente de Família chefiadas por mulheres (FCM) tem ativado o protagonismo feminino negro no âmbito da construção de novas formas de se perceber a instituição familiar. O fato de mulheres protagonizarem a chefia familiar e serem o próprio sustento delas, de forma geral e mais específica no caso de mulheres negras, opõe-se à noção de famílias desestruturadas estabelecida pela lógica do patriarcado. Esse é o ponto central que nos proporciona caminhar, inclusive do ponto de vista do etarismo, pois o que sabemos, ao menos do ponto de vista do senso comum, é que muitas dessas famílias são chefiadas por avós, assim como na história no relato de bell. Por isso a importância de futuros estudos sobre raça e gênero considerarem a categoria etarismo como parte do processo, na construção e viabilização de uma democracia efetiva. Há que se reconhecer a importância da interseccionalidade, introduzindo o etarismo, como parte de um sistema de opressão que se retrolimenta, o racismo.

Enfrentando a lógica racista do não pertencimento: só então entendi que era preta

> Minha infância foi assim, a adolescência não foi diferente, eu cresci como uma princesinha da casa, mesmo sendo muito pobre, eu era muito querida. Eu só comecei a entender que eu era preta, que haviam diferenças, e desigualdades na quando eu saí do primário, minha adolescência. Quando inicio o ginásio (hoje ensino fundamental) num colégio Particular chamado Republicano em Vaz Lobo, onde minha mãe conseguiu uma bolsa. [...]. Só ali comecei a ver as desigualdades, e a diferença social começou a me atravessar. Foi um choque pra mim, aquilo começou a mexer comigo, porque que um era tão pobre. Fui uma adolescente muito triste e depressiva. Tenho algumas frustrações até hoje, sempre quis uma bicicleta, e minha mãe não podia comprar. Eu via as casas lindas...eu tenho problema com casa até hoje, porque o casarão de Vaz lobo era velho, caindo aos pedaços casa pra morar. Quando chovia, não tínhamos casa pra morar porque chovia dentro. E todas aquelas diferenças começaram a me impactar. E foi a partir daí que essa diferença social começou a me atravessar. E eu achava estranho, não entendia porque tinha muita gente que não tinha um pão, e outras que tinham tanta coisa, viajam. E com isso

[31] Pesquisa realizada pelo Dieese no 3º trimestre de 2022, e divulgada em 06 de março de 2023. https://www.cut.org.br/noticias/mulheres-chefiam-50-8-dos-lares-mas-ganham-menos-e-sofrem-mais-com-desemprego-7bd4 Acesso em 24/06/2025.

> tudo eu fui uma adolescente muito triste e depressiva. Pensava o por que as pessoas tinham muito, e eu tinha tão pouco (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).

O relato acima nos mostra que, para as mulheres negras, o processo do auto pertencimento está intimamente ligado ao resgate de sua história. O que implica em revisitar suas memórias e experiências, em busca do reconhecimento de suas subjetividades e potencialidades, que, por vezes, muitas vezes, são invisibilizadas em suas rotas. Invisibilidade que relega essas mulheres ao lugar de subalternidade.

E este lugar de subalternidade imposto historicamente às mulheres negras pelas estruturas de poder é o responsável pelo não pertencimento dessas mulheres em diversos espaços da sociedade. E, nesta perspectiva, Collins (2019, p.13) afirma que "temos muito a aprender umas com as outras no que diz respeito à maneira como os sistemas interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade se informam mutuamente em nossas respectivas configurações nacionais".

A luta de nossas mais velhas são nosso espelho: "ela disse, minha filha vai ser doutora".

> A mamãe cozinhava muito bem, e vovó também, assim como todas as mulheres da família, elas eram um espetáculo na cozinha. Lembro que ela acordava às 03h30 para fazer pastéis para um vizinho, funcionário público na época, porque às 07h ele tinha que levar para revender no trabalho dele. Só depois dali é que ela se organizava para ir para trabalhar como doméstica. Essa era a luta, E eu tenho uma lembrança forte de um rolo de pastel grande de madeira, ele tinha um desse. Ela abria a massa com uma força, e dizia: minha filha vai estudar, minha filha vai ser doutora. E ia colocando essa força nesse pensamento. E ela trabalhou muito pra que eu esteja hoje onde eu estou (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).

> Quando terminei o ginásio, mamãe estava muito doente. E ela disse, agora você vai ter que trabalhar pra seguirmos dando conta das coisas. Eu posso te ajudar, mas não consigo mais trabalhar tanto como doméstica. Então fui estudar á noite, fazendo o 2º grau e o técnico em contabilidade. Quando eu vou pra turma da noite, já com um outro olhar para as diferenças, aos 20 anos, a minha meta era ter um emprego e mudar minha realidade. Não queria namorar nem casar (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).

Nesse sentido, em *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo,* Werneck (2009) afirma que

> É possível visibilizar, no interior dessas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras recorreram, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto) identificação ou de identidade e de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas - as mulheres negras – intensas como toda diversidade (WERNECK, 2009, p. 153).

bell, assim como a maioria das mulheres negras, tem se inspirado na caminhada de mulheres negras que, com seu exemplo de luta e resistência, prepararam o caminho para elas. Muitas deixaram seus legados em nossas histórias e, mesmo que invisibilizadas como sujeitos de direitos, foram essas mulheres negras que possibilitaram que outras mulheres negras pudessem se tornar advogadas, psicólogas, assistentes sociais, sociólogas, escritoras, professoras, universitárias e ocupassem, mesmo que de maneira ainda não satisfatória, o lugar que lhes tem sido negado pela sociedade racista e sexista.

> E aos 23 anos minha realidade começa a mudar. Ingressei na faculdade de serviço social, na Unisuam. Fui a primeira da família (entre homens e mulheres) a ingressar no ensino superior. Já com um emprego público, no hospital universitário, minha trajetória começa a se delinear. A minha luta e a de minha mãe, abrindo massa de pastel com rolo de madeira, o sonho de minha mãe começa a ser possível (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).
>
> Me graduei em serviço social em julho de 1980. E em setembro do mesmo ano, a universidade abriu um concurso interno, com apenas duas vagas para serviço social. Passei em segundo lugar, e em setembro de 1981 eu saio do quadro técnico administrativo para o serviço social do Hospital Universitário, e atribuo essa conquista à minha determinação, disponibilidade e inclinação ao conhecimento (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

O racismo cotidiano e sua violência sutil

> À época, década de 1980, a Universidade era, e continua sendo branca. Em todos os seus segmentos, docentes, discentes e técnicos administrativos. Algumas situações que enfrentei como Assistente Social envolvendo colegas brancas e negras, só hoje percebo que estavam ligadas questão racial. Mas a gente não discutia racismo, estávamos em plena ditadura militar. Éramos 90 milhões de brasileiros todos iguais (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).
>
> Minha chefe branca me olhava de lado [...], mas a minha força impactava ela. E trabalhei em vários setores com homens brancos, sendo eu a única mulher preta. Mas nunca questionei o porquê de ser a única mulher negra

> a ocupar aquele lugar. Porque não se falava em questão racial naquele espaço (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).
>
> Na verdade, só vim ter essa percepção e uma crítica racial há dez anos atrás, quando decidi entrar no doutorado. Eu sempre quis crescer, e passei por alguns pedaços por conta dessa inclinação. Então eu atribuía algumas situações à inveja, ou possivelmente não gostarem de mim (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Estes relatos trazidos por bell nos remontam a uma problemática denunciada por Kilomba (2019), o racismo não falado:

> Por muitos anos, o racismo nem foi visto nem refletido como um problema teórico e prático significante nos discursos acadêmicos, resultando em um déficit teórico muito sério (Weib, 1998). Por um lado, esse déficit enfatiza a pouca importância que tem sido dada ao fenômeno do racismo. E por outro lado, revela o desrespeito em relação àqueles que experenciam o racismo. (KILOMBA, 2019, p. 71)

Mulheres negras vivenciam um contexto de violência e são impossibilitadas de acessar direitos muito cedo, uma dinâmica de exclusão que se constitui numa pesada herança do passado escravista e colonialista. E o desejo de migrar deste contexto de violência tem levado essas mulheres a não questionarem as experiências de discriminação e preconceito racial que vêm sofrendo em seu cotidiano.

Entretanto, essa dinâmica de exclusão, uma dimensão do racismo, a qual Kilomba (2019) denomina racismo cotidiano, ainda é pouco problematizada nas discussões sobre a temática racial. A autora afirma que

> Essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é "ataque único" ou um "evento discreto", mas sim uma constelação de experiências de vida", uma "exposição constante ao perigo, um "padrão contínuo de abuso" que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família. (KILOMBA, 2019, p. 80).

O lugar, fora do lugar, aqui não é o seu lugar

> Os meus professores, todos homens brancos me colocaram o apelido, que achei carinhoso. Eu era para eles a Globeleza. Eu me sentia até lisonjeada. A Globeleza é linda, então sou linda também. Essa era a representatividade que cabia naquela época, eu me sentia importante. Hoje, consigo fazer uma crítica daquela situação ao qual fui exposta: aqueles homens brancos, ao verem uma jovem negra discutindo em pé de igualdade...então era muito mais fácil por parte dessas pessoas brancas deslocar aquela profissional

> que estava despontando, para o lugar da sexualidade. A mulher preta, sambista, bonitinha, é a Globeleza. Esse é o lugar dela, não o lugar de uma profissional tão competente quantos eles. Hoje mudou um pouco. As mulheres negras problematizam esse lugar imposto a elas. (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Sobre este relato acima, em seu livro *Quem tem medo do feminismo negro?*, Ribeiro (2018) nos traz uma afirmação pertinente a essa prática racista tão comum que atravessa o cotidiano das mulheres negras.

> A mulher negra exposta como Globeleza segue, inclusive, um padrão de seleção estética próxima ao feito pelos senhores de engenho ao escolher as mulheres escravizadas perto de si. As consideradas "bonitas" eram escolhidas para trabalhar na casa-grande. Da mesma forma, eram selecionadas as futuras vítimas de assédio, intimidação e estupro. [...]. Luiza Bairros tem uma frase muito interessante que explicita muito bem o lugar que a sociedade confere à mulher negra: "Nós carregamos a marca". Não importa onde estejamos, a marca é a exotização dos nossos corpos e a subalternização. (RIBEIRO, 2018, p. 141)

Ao analisar minha trajetória enquanto mulher negra, me aproprio do pensamento feminista negro, em especial à problemática em torno do lugar social das mulheres negras, e afirmo o duplo sentido deste "lugar" que problematizo em minha pesquisa: o lugar social que a mulher negra está buscando, bem como o lugar social que sempre irão negá-la.

Um lugar que tem sido negado às mulheres negras é o lugar do conhecimento. E isso é bem explicitado no relato que bell nos traz a seguir.

> "Lugar onde preto manda é assim mesmo", foi a frase que ouvi de um usuário ao lhe dar o parecer do Serviço Social, em unanimidade com a equipe multidisciplinar do setor da enfermaria. Ele não aceitou a resolução de uma equipe era composta vários negros e um indígena. Todos acharam que era uma ofensa, mas não passou disso. Na época isso não era crime ainda (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Trago Kilomba (2019) para essa reflexão sobre conhecimento enquanto um lugar de poder, o qual tem sido negado às mulheres negras, onde a autora afirma com propriedade que

> Esse exercício nos permite visualizar e compreender como conceitos de conhecimento, erudição e ciência estão intrinsicamente ligados ao poder e a autoridade racial. Qual conhecimento está sendo reconhecido como tal? E qual conhecimento não o é? Qual o conhecimento tem feito parte das

> grandes agendas acadêmicas? E qual conhecimento não? De quem é esse conhecimento? Quem é reconhecida/o como alguém que possui conhecimento? E quem não o é? Quem pode ensinar conhecimento? E quem não pode? Quem está no centro? E quem permanece fora, nas margens? (KILOMBA, 2019, p. 50).

Raça e gênero conectados em nosso cotidiano

> Sempre gostei de desafios, e um deles foi o ingresso num projeto para recepcionar os residentes, coordenado pela clínica médica, só com médicos, homens, brancos. Numa determinada reunião, que ocorreu num auditório com uma mesa enorme, e cento e vinte lugares, fizeram a seguinte distribuição: os sextonistas (residentes) todos brancos e ricos, de um lado, e a equipe multidisciplinar responsável pela reunião, composta por quatro mulheres, duas brancas e duas negras, sendo eu uma delas (Entrevista realizada com bell, realizada em 09 de maio de 2025.

Neste relato, identificamos um fenômeno que Kilomba (2019) denomina racismo genderizado.

> Esse encontro revela como a "raça" e gênero são inseparáveis. "Raça" não pode ser separada de gênero, nem gênero pode ser separado de "raça". A experiência envolve ambos porque construções racistas baseiam-se em papéis de gênero e vice-versa, e o gênero tem um impacto na construção de "raça e na experiência do racismo. (KILOMBA, 2019, p. 94)

O episódio também retrata uma dinâmica própria de um sistema patriarcal**,** machista e sexista, conectando-se intimamente ao racismo, o qual Collins (2019), em *Pensamento Feminista Negro*, sobre o lugar social da mulher negra em diversos espaços na sociedade, aborda uma análise da interseccionalidade entre as categorias raça, gênero e classe e uma produção de conhecimento a partir das experiências das mulheres negras, apontando os desafios e as estratégias de resistência dessas mulheres frente a esses sistemas de opressão: o racismo, o sexismo e a questão de classe.

Mestrado: um ingresso tardio, um sonho adiado

> No mesmo ano em que terminar minha graduação, em 1980, a Universidade abriu um concurso interno com duas vagas para o quadro de serviço social do Hospital Universitário, onde eu já era funcionária

estatutária do quadro técnico administrativo. E assim, em 1981 eu já integrava o quadro permanente de Assistentes sociais da UFRJ. E comecei a investir na minha profissão, onde cheguei à coordenadora da Residência Multidisciplinar. A chefe me mandava para os cursos de especialização, as outras colegas não queriam fazer, e eu ia. Entendo que H. U. atuava em duas frentes: saúde e educação. Por isso me dedicava à qualificação profissional. Ao todo foram quatro Especializações. Enfim, eu não parei de estudar. Mas eu tinha um desejo íntimo, um sonho, fazer o mestrado (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Mas, em 1982 eu conheci algo que ainda não tinha vivido: o amor. Ao conhecer o pai dos meus filhos, me encantei. Ele me apresentou algo que nunca pude exercitar por estar envolvida com minha profissão e querer crescer, mudar a realidade, minha e da minha mãe. Eu sempre estudei para melhorar de vida. Nunca tive vida social, não tinha tempo (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Ele foi um parceiro. Até 1988 quando nasce minha filha Cami. Pensei, eu escolhi ser mãe, eu tenho que me dedicar a essa criança. E com a maternidade, aos 34 anos, veio o gosto pelas coisas de casa, cozinhar, e tudo que eu não me interessava na época da graduação. Em 1981 nasce o filo Dani. E quando voltei de licença maternidade, minha chefe me enviou para outra especialização por conta de uma demanda de trabalho do serviço social no CTI da Unidade. Eu fui fazer a Especialização para atender a demanda do chefe do CTI, mas ainda existia um sonho lá no fundo do coração (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

A essa altura eu era mãe de dois filhos. Eu sempre quis ser boa mãe, olhar trabalho de dever de casa, o cuidado intensivo. Essa era minha característica. E achava que não ia dar conta, casamento, filhos, mãe. E aí fui adiando meu sonho. Em 2010, fui indicada para outra Especialização, desta vez para atender à demanda de implantação da Residência Multidisciplinar. Fui mais uma vez, atendendo ao chamado da qualificação profissional. Nesse contexto, minha realidade já era mais tranquila e meus filhos já adultos (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Resolvi resgatar meu sonho de mestrado, e fui à luta. Porém, eu não a mesma jovem da Graduação, minha rotina havia mudado completamente. Aos 57 anos realizo a minha primeira tentativa, a qual não passei. Foi frustrante, achei que estava velha, e como já tinha tempo para me aposentar, pensei: isso não é para mim, vou desistir. Hoje penso que essa trajetória de abrir mão dos seus sonhos pra cuidar dos filhos, da casa, da família é comum à mulher negra. Ela é a mulher que cuida de tudo e de todos, sempre foi assim (Entrevista com bell, realizada em 9 de mais de 2025).

Minha filha, que estava fazendo Graduação em serviço social na época me disse: você é poderosa mãe, vai conseguir, eu vou te ajudar. E ela me ajudou, muito. Passei o ano de 2012 inteiro me preparando, eu tinha a bagagem, mas não tinha a linguagem acadêmica. E finalmente, em 2013 consegui ingressar no mestrado. Foi uma loucura, mas encarei. Pouco depois que entrei, em setembro de 2013, minha mãe foi diagnosticada com Alzhaimer. Foi difícil, sobretudo a escrita da dissertação, pois precisei pedir prazo. Os desafios aumentaram, o dinheiro começou a acabar. Mas eu consegui. Terminei meu mestrado, com uma defesa linda, sobre o

> Projeto pedagógico das Residências Multidisciplinares, em março de 2017 (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

A caminhada de bell até realizar seu sonho nos mostra o quanto os processos que envolvem a questão do pertencimento da mulher negra enquanto sujeito de direito nos espaços de poder está atrelada aos sistemas escravista e colonial. bell entendia que precisava trabalhar, estudar, se qualificar e se superar para mudar sua realidade e a de sua mãe. Não mediu esforços e realizou quatro especializações, tão somente para atender às demandas de sua chefe, dos setores onde trabalhava, do atendimento aos pacientes, do ensino aos residentes, do mundo. Entretanto, ela não hesitou em adiar seu sonho, ou mesmo desistir temporariamente, para servir aos outros, filhos, marido, casa, família.

No meu ponto de vista, a questão do ingresso tardio de mulheres negras na vida acadêmica perpassa pela dinâmica do cuidado, como fardo das mulheres, especialmente das mulheres negras. A naturalização dessa dinâmica é uma temática problematizada pela autora Rachel Gouveia (2020) no artigo "Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial", afirmando que o cuidado se constitui uma herança do sistema escravista e patriarcal, que historicamente vem definindo e impondo limites à vida e as escolhas de mulheres negras.

> Na divisão social e sexual do trabalho, no modo de produção capitalista, ficou a cargo das mulheres a atribuição e a responsabilidade de realizar e executar o trabalho do cuidado A distribuição das tarefas é determinada a partir do gênero e se aprofunda com a raça e a classe, promovendo a naturalização de supostas habilidades como parte componente de determinado sexo biológico definindo, inclusive, com relação a comportamentos [...] No caso das mulheres negras, a intersecção entre gênero, raça e classe vai levá-las a permanecer na execução do trabalho doméstico e de cuidados, não só como uma relação de extensão da esfera reprodutiva, mas estabelecida e demarcada pela colonialidade (GOUVEIA, 2020, p. 118).

Desse modo, há uma necessidade de ressignificar o trabalho de cuidado, de forma que todos os sujeitos sejam responsáveis por isso, não apenas as mulheres negras, que socialmente são vistas como vocacionadas ao cuidado dos outros. Nesse sentido, a discussão sobre o trabalho atravessa a própria trajetória de bell, ao acionar as memórias de sua avó e mãe, onde vemos reforçado o estereótipo da 'servidora do lar' cujas atividades se resumem em lavar, limpar, passar, cozinhar, olhar, cuidar dos doentes, crianças, velhos e de outras mulheres. A necessidade de descentralizar o protagonismo feminino negro em relação ao trabalho de cuidado precisa estar na pauta das lutas antirracista e antisexista. Afinal, se existe

um adiamento no ingresso de mulheres negras no espaço acadêmico, isso se deve ao fato de essas mulheres terem sido invisibilizadas como sujeitos de direitos desde o início de suas trajetórias.

"Para as mulheres negras, ocupar o espaço acadêmico é um processo complexo de desestabilização do imaginário de nascidas para servir" (XAVIER, 2019, p. 89). Essa afirmação nos ajuda a refletir sobre o quanto há de culpa sobre os ombros das mulheres negras ao escolherem viver seus próprios sonhos.

O Doutorado: chegou a minha vez de romper com a lógica racista da academia

> Logo que terminei o mestrado pensei: agora chega, vou parar de estudar, tá na hora de viver. Vou me aposentar. Mas, recebi uma proposta da minha orientadora para fazer o doutorado, continuando com minha pesquisa de mestrado. Eu aceitei a proposta, com a condição do projeto fazer um link com a questão racial. Ela perguntou: por quê? Eu respondi com três perguntas. Você sabe que de vinte e três alunos negros que tivemos, eu só identifiquei duas assistentes sociais negras na Residência, em 2017? Cadê os nossos estudantes negros? O serviço social, é uma profissão, na qual a grande maioria dos alunos é de classes populares, de origem social baixa, pretos e pardos, e porquê esses alunos não estão acessando a pós-graduação? (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).
>
> E aí foi isso. Entre tapas e beijos, entre altos e baixos, em 2018 ingresso no doutorado. E, em 2024, mesmo com alguns embates por conta da temática racial inserida em meu projeto de doutorado, somando-se a uma pandemia no meio da rota, eu consigo defender minha tese: "A Formação social racial de Assistentes Sociais multiprofissionais na UFRJ (Entrevista com bell, realizada em 09 de maio de 2025).
>
> E aí com essa conclusão, eu brindo, emocionada. A UFRJ ainda é branca, nos seus três segmentos, docentes, técnicos e estudantes. Mas hoje ela está mais diversa, tá começando a mudar (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Analisando este relato de bell, vemos o quanto falar da questão racial, e todos os sistemas de opressão que derivam dela, se constitui um desconforto por parte das instituições brasileiras, e o espaço acadêmico está inserido nessa dinâmica. O embate estabelecido com sua orientadora, ao decidir racializar a discussão em sua tese de doutorado, expõe ainda mais as camadas dessa situação que se extrai do processo de escravização e que nos chega até esse relato hoje. Por isso a necessidade de nos apropriarmos do feminismo negro como aporte para realizar essa discussão em camadas, e com o recorte interseccional.

Nesse contexto, vale refletir sobre o que Collins (2019) trata como “validação do conhecimento e relações de poder”:

> Em geral, acadêmicos, editores e outros especialistas representam interesses e processos de atribuição de credibilidade específicos, e suas reivindicações de conhecimento devem satisfazer os critérios políticos e epistemológicos dos contextos em que se encontram. Como esse empreendimento é controlado por homens brancos de elite, os processos de validação de conhecimento refletem os interesses desse grupo. (COLLINS, 2019, p. 404)

Ao me debruçar nos estudos sobre o (não) lugar social de mulheres negras nos diversos espaços da sociedade, especialmente a Academia, vejo a importância, a discussão sobre conceito “outsiders within” ou “forasteiras de dentro”, cunhado pela autora Patrícia Hill Collins. Ao delinear o lugar social de mulheres negras, mesmo na margem de um lugar que elas construíram para elas em espaços que lhes são hostis, tais como o espaço acadêmico, essas mulheres conseguem transpor, realizando seus projetos e inovações que fazem com que elas construam segurança e amparo nesses lugares hostis para elas do ponto de vista étnico-racial e de gênero. E isso só pôde ser construído com protagonismo feminino negro. Por isso, a relevância de mulheres negras pautando os debates sobre racismo, sexismo e tantos outros sistemas de opressão correlatos à luz do feminismo negro. Se as mulheres negras continuarem ocupando situações de vulnerabilidade e sendo excluídas dos espaços de luta política e do protagonismo intelectual, dificilmente poderão pautar seus temas e demandas, por isso a presença mulheres negras ocupando espaços de poder, embora não seja o projeto principal, é o nosso projeto na busca por uma verdadeira democracia racial.

Minha idade nunca foi um impedimento para nada. Já para elas!

> Minha idade nunca foi um dificultador na minha caminhada, nunca foi um impedimento. A minha cabeça fervilha, cheia de ideias. Quero continuar a escrever artigos, mesmo aposentada. Mas isso não é bem aceito por alguns de meus familiares, geralmente mulheres e amigas minhas, todas da mesma faixa etária que a minha. Constantemente recebo críticas, tipo: “ah amiga, você é maluca, estudando até essa idade”, “eu, heim prima, que maluquice estudar, não tem mais idade pra isso”. Essa questão de estudar é um tabu, um problema para as mulheres mais velhas que estão fora da Academia, ou fora do mercado de trabalho (Entrevista de bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Esse relato traduz o quanto mulheres negras têm sido atravessadas, em toda sua existência, pela questão do não pertencimento nos espaços de poder, em particular o espaço acadêmico. O estereótipo da servidora do lar vem sendo problematizado pelo pensamento feminista negro, no qual ativistas e intelectuais denunciam, em suas pesquisas, o quanto os processos escravista e colonial, enquanto sistemas de dominação e opressão, são responsáveis pelos sentimentos de inferioridade, inadequação e invalidação que acompanham a trajetória de mulheres negras. E quando esta mulher perpassa a vida adulta e supera os cinquenta anos, a questão do não pertencimento ganha um novo recorte, a idade.

Nesse sentido, Joice Berth (2021) nos deixa um alerta

> Em uma sociedade desigual e hierárquica como a nossa, o preconceito de idade não é apenas casual, ou seja, torna-se uma questão sistêmica, que piora as relações e o desenvolvimento humano de alguns grupos que já são fragilizados pelas estruturas sociais marcadas pelas opressões (BERTH, 2021, n.p).

Portanto, essa interconexão de opressões, o etarismo, somado ao racismo e ao sexismo, precisa ser problematizada, haja vista que as pouquíssimas produções sobre a discriminação etária – etarismo – não dão conta dos inúmeros atravessamentos impostos às mulheres negras mais velhas numa sociedade numa sociedade desigual e hierárquica como a nossa.

Nesse sentido, torna-se relevante a reflexão de Berth (2021) em seu artigo “Etarismo: essa conversa começa pelo racismo”:

> Todas, absolutamente todas as discussões sobre etarismo devem passar pelo racismo, tendo em vista que foi a partir dele que se pôde observar a ocorrência dessa prática de aprofundamento das opressões de raça e, posteriormente, de gênero [...]. É fato que mulheres brancas sofrem com críticas opressivas e cobranças sobre o descolamento entre juventude e beleza. Mas isso não apenas tem sido contornado, como tem se colocado como uma vantagem. Já para as mulheres negras a velhice é sempre precoce: somos velhas desde a infância, simplesmente porque sempre ficamos à margem da ideologia de feminilidade que se estabeleceu ao longo da história e que definia um conjunto de atributos, como não trabalhar fora do ambiente doméstico, ter uma aparência frágil, que denota pouca força física, e um comportamento que não confronta homens. Outro sinal preocupante de esvaziamento dessa discussão tão importante e intimamente ligada à questão racial e de classe, tanto quanto de gênero, é a falta total de proposições. (BERTH, 2021, n.p.)

Ensinando a transgredir – o legado de bell hooks[32]

> Para mim, é uma honra compartilhar a minha história. É uma responsabilidade social, e histórica nossa, mulheres negras que conseguimos ter acesso ao ensino superior de qualidade. A gente precisa socializar nossas histórias para as mais novas (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).
>
> Acho que trilhei o caminho certo, e tive o compromisso, a responsabilidade a gratidão àquelas mulheres negras da minha família, e todas as outras que vieram antes, e lutaram muito pra que eu pudesse estar aqui hoje, nesse mundo florido, eu sou uma flor. E devo muito aos meus ancestrais (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).
>
> Eu tenho muita produção, desde 1995. Eu sou encantada pelo conhecimento, e estou aberta a contribuir para que outras se encantem também. Foi uma luta em todos os sentidos, mas, trago sempre comigo uma fala de Guimarães Rosa "Quem elegeu a busca, não pode se recusar à travessia" (Entrevista com bell, realizada em 9 de maio de 2025).

Aprendi com bell hooks (2013, p. 23) "que a sala de aula continua sendo o espaço que oferece as possibilidades mais radicais na academia". O emocionado relato de bell me faz pensar o quão difícil é chegar aonde almejamos. Porém traçar a rota e não desistir da caminhada é o principal combustível para mudar o destino que outros traçaram para nós. E me faz dialogar com Xavier (2019, p. 147) sobre "como sentimos diariamente na pele, a coisa certa, que consiste em viabilizar espaços mais acolhedores, democráticos e paritários, segue em disputa".

3.4 – Conhecendo a trajetória de Carolina

Memórias de uma remoção

> Tem acontecido muita coisa em minha vida, e isso me dá uma percepção da minha caminhada, minha jornada, do lugar em que estou agora. Lugar esse que nunca imaginei na minha vida que eu estivesse. (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Carolina, com seus 66 anos, pedagoga, aposentada, escritora e Mestra em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca –

[32] Referência à obra de bell hooks *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*, citada por bell em sua entrevista, realizada em 09 de maio de 2025.

Cefet/RJ, se autodeclara mulher negra, de pele clara, caçula de três irmãos (ambos negros retintos), relata uma infância de extrema pobreza. Mas apesar das inúmeras dificuldades, considerava-se rica, pois sua mãe e sua tia eram referências de amor e cuidado em sua infância. O encantamento com o saber e o conhecimento foi um diferencial em sua trajetória.

> Nasci em uma comunidade chamada Parque Proletário da Gávea, onde morei até os 11 anos. Ali vivi uma experiência de remoção – ser removida é sair de um lugar para o outro sem você desejar, meus vizinhos também foram. Eles queriam embelezar a cidade. Nós, minha família e meus vizinhos, fomos vítimas da política eugenista[33] (limpeza). Éramos pretos e pobres, e isso não dialogava com o Baixo Gávea – região onde fica a PUC e o Shopping da Gávea. Fomos removidos pra Cascadura, outros para a Cidade de Deus. E aí começa uma nova versão da minha história: deixei de ser uma menina favelada para ser uma menina do pombal (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Tristeza! Porque estávamos mais preocupados em não morrer, em sobreviver. Essa é a realidade do negro: não morrer de fome; não morrer de bala perdida; não virar estatística; sobreviver. Se trabalhava muito, minha trabalhou a vida inteira na casa dos outros. Eu odeio brechó, porque eu posso comprar minha roupa hoje. Não gosto de usar roupa usada, porque usei muita roupa usada das patroas de minha mãe. Eram roupas que eu não escolhi. É como a remoção, que eu também não escolhi (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> O Planetário, ano passado, por duas vezes tentou me acalentar. Porque soube da minha história. No dia 8 de março de 2024, participei de um evento com um auditório cheio, onde contei a história que ninguém sabia, a invisibilidade da história, que ali eu nasci e cresci até os onze anos. E em novembro de 2024, fizeram uma homenagem pra mim, me deram um prêmio. Eu não fui – estava numa ação literária. Eles quiseram me acalentar, choro ao lembrar, porque o Planetário é a arquitetura da demolição pra mim. Eles contaram essa mentira pra gente, disseram que era por causa do Planetário. Não. A remoção foi por conta do projeto eugenista pra tirar a gente dali, me mandar pra Deus me livre (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Os relatos anteriores nos mostram o quanto a sociedade brasileira vivenciou, e ainda vivencia, um contexto no qual as desigualdades e as discriminações raciais e de gênero se constituem uma pesada herança do passado escravista e colonialista, que se faz presente até os dias atuais. Vivemos num cenário onde pessoas negras são impossibilitadas de acessar direitos desde muito cedo. Uma dinâmica que é baseada em profundas raízes históricas e que

[33] Referência ao Movimento eugenista no Brasil, como uma forma de "higiene social" implantado no país pelo médico e sanitarista Renato Kehl (1889-1974), o qual tinha o objetivo de favorecer o predomínio da raça branca no país. https://www.geledes.org.br/eugenia-no-brasil-movimento-tao-absurdo-que-e-dificil-acreditar/ acessado em 27/062025.

está intimamente relacionada aos processos de exclusão que afetam os grupos sociais marginalizados por motivos socioeconômicos (GONZALEZ, 2018; CARNEIRO, 2019).

A violência de uma experiência de remoção, à qual Carolina, sua família e todas as outras famílias foram submetidas, nos remonta à travessia do Atlântico, onde africanas e africanos foram traficados para o Brasil. Nossos ancestrais "foram removidos de um lugar para outro, sem desejar", enfatizando que a escravidão não foi apenas uma forma de exploração econômica, mas também um processo de desumanização e violência que deixou marcas profundas na sociedade brasileira, que se manifestam até hoje em formas de racismo e desigualdade.

"Um desejo de aprender e compartilhar"

> Minha mãe contava muitas histórias pra mim. E essas histórias iam povoando a minha cabeça, a minha vida, a minha mente, e me estimulava na compreensão de mundo. Falei com minha mãe que queria ser professora, eu já tinha essa coisa da partilha. Minha casa não tinha livros, mas, eu entendia a força dos livros como armazenador das palavras ditas em voz alta, desde cedo. Entrei na escola aos 7 anos, e rapidamente aprendi a ler e a escrever, eu tinha um fascínio pela escola (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Me tornei professora, fiz um concurso público para a Prefeitura e as coisas foram melhorando, os irmãos crescendo, e colocando as coisas dentro de casa. Mas antes de ser professora, trabalhei de vendedora, e de manicure, a gente se virava. Mas, o meu objetivo e o da minha família era que nós estudássemos. Foi muito conquistante me tornar professora. Morava em Cascadura e ia para o Carmela Dutra (Vaz Lobo) a pé, eu não tinha dinheiro de passagem. Porém, tinha o entendimento que eu não podia sofrer com a condição. Eu tinha que mudar a condição. E mudar a condição, implicava alguns perrengues, um deles era caminhar pra chegar à escola, e retornar pra casa (Entrevista com Carolina, realizada em 15/de maio de 2025).
>
> Me tornei professora alfabetizadora, porque eu queria trazer esse encantamento com as palavras que aprendi na minha casa. Eu contava as histórias com os livros da biblioteca. Mas isso era década de1980, e não tinha o recorte racial, por isso contei histórias que eu não contaria hoje, mediante ao letramento racial, aos saberes que a gente acessa. Aí eu entendi que eu poderia inventar uma história pra contar para as minhas crianças, e inventei. Foi meu primeiro livro, mas só consegui publicar em 1995, pois não conhecia ninguém que tivesse esse apego intelectual (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Mas já estava indo longe demais, eu já era concursada. Eu já era uma escritora, sempre escrevi, porque assim, poderia colocar os meus

> pensamentos no papel (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Numa análise sobre os relatos acima, trago para a reflexão a afirmação de Collins (2019), a qual afirma que, numa produção de conhecimento a partir das experiências de mulheres negras, ocorrem desafios que necessitam de estratégias de resistência dessas mulheres frente a esses sistemas de opressão, se propondo a apresentá-las como agentes de conhecimento de nossa própria vida.

E nesse sentido, Kilomba (2019) corrobora com Collins (2019) ao afirmar que

> Escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais tornando-se a /o escritora/ escritor "validada/o" e "legitimada/o" e, ao reinventar-se a si mesma/o, nomeia uma realidade que fora nomeada erroneamente ou sequer fora nomeada. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Em diversos espaços da sociedade, incluindo o acadêmico, somos o objeto, e não o sujeito das histórias. A experiência vivenciada por Carolina é retratada por Kilomba (2019). No capítulo "Tornando-se sujeito", a autora problematiza a questão da objetificação do corpo negro, em especial das mulheres, em suas trajetórias de vida, e ilustra "o ato da escrita como um ato de tornar-se" (KILOMBA, 2019, p. 28). Em um diálogo com hooks (1989), a autora afirma que

> bell hooks usa estes conceitos de "*sujeito*" e "*objeto*" argumentando que sujeitos são aqueles que "tem o direito de definir suas próprias realidades, estabelecer suas próprias identidades, de nomear suas histórias" (hooks, 1989, p.42). Como objetos, no entanto, nossa realidade é definida por outros, nossas identidades são criadas por outros e nossa história designada somente de maneiras que definem nossa relação com aqueles que são sujeitos" (hooks, 1989, p. 42). Essa passagem de *objeto* a *sujeito* é o que marca a escrita como um ato político. (KILOMBA, 2019, p. 28)

Porque eu escrevia!?

> Fui criada na coisa da coletividade, da musicalidade, oralidade e da criatividade. Me reconhecia como alguém que tinha muita facilidade com a escrita. Eu consegui colocar meus sentimentos no papel, e isso foi muito terapêutico para eu entender meu entorno, aquele pai frágil – ele tinha Parkinson, aquela mãe maravilhosa, que gerenciava tudo, a estrutura familiar, aquela casa que eu não gostava[...]. Eu precisava entender, aquelas pessoas, aqueles atravessamentos. Eu lia bastante, leio Freud desde

> os 14 anos. A coisa do entendimento da existência, sempre me marcou e esse compromisso com a existência (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Eu sempre fui conselheira da minha mãe, das minhas tias, dos meus irmãos. Isso tudo me deu material para eu escrever, pra eu questionar, pra ver as pedras no caminho, e não me curvar. Aí resolvi, não só contar histórias para os meus alunos, mas também inventar histórias, virar escritora. Fui fazer vários cursos, cursos de leitura, e conheci muita gente, até que publiquei meu primeiro livro em 1995. Ainda não tinha um letramento racial, mas tinha uma consciência negra de ser (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Mas quando publiquei o meu primeiro livro fui questionada sobre isso. A pessoa preta precisa estar nesse lugar? Tipo, que o negro se mantenha dentro do seu espaço de subalternidade, e que o branco se mantenha no seu espaço de privilégios. Então, quando você faz um deslocamento da pessoa que sobe, que foi o que aconteceu comigo com a criação do primeiro livro, se pensa, poxa ela virou escritora, mas ele tem que falar de preto! As pessoas insistiam, e diziam que era meu pai. Então, o meu primeiro livro me deu um estalo, eu precisava me aprofundar mais. Eu precisava entender mais, havia algo que estava ali, mas não era falado (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Minha percepção racial me leva para um lugar de falar dessa percepção para aqueles que percebem. Mas isso foi um processo. Porque havia uma fala, um pensamento, de os negros escravizados eram conformados com a sua situação. Isso é um a grande mentira. Até os sonhos e as aspirações eram limitadas (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

A experiência de Carolina e de tantas outras escritoras negras em relação às suas produções, sejam científicas ou não, me faz refletir no quanto a nossa escrita tem sido deslegitimada por boa parte da Academia. Dois desses processos de deslegitimação de nossa escrita me incomodam muito. No primeiro, pessoas brancas podem falar de todo e qualquer assunto em suas produções, enquanto nós, pessoas negras, temos que falar somente de nós, e somos cobradas por isso, quase sempre. Exemplos disso são os convites para as mesas e debates nos dias 13 de maio e 20 de novembro. Já a outra dinâmica, tão racista e perversa quanto a primeira, se traduz na afirmação: ‘para quê falar sobre o negro, ou sobre a questão racial’ se você pode falar sobre qualquer outro assunto?

E é por isso que precisamos nos aprofundar teórica e metodologicamente nas diversas formas pelas quais o racismo se manifesta no cotidiano das mulheres negras, em especial na Academia.

A Interseccionalidade é uma constante - sou negra, mulher e pobre

> Tenho inveja das militantes. Eu não tinha essa pauta preta ainda. Eu me reconhecia, mas não era algo que protagonizava as minhas ideias. Era naturalizado o lugar que eu estava, então não precisava me afirmar em lugar nenhum. No Carmela Dutra onde eu estudava, só tinha preto, e onde eu morava só tinha pobre, e uma paleta de cores, mas todos pobres. Então não tinha muito o que questionar. Não havia um movimento negro, ou outro movimento social, naquela realidade, tentando levantar a vida das pessoas através do conhecimento, que despertasse o anseio pelo conhecimento daquelas pessoas, incluindo eu (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Em 1992 fui trabalhar numa escola, branca e rica, minha amiga até, dizia "não fale que você é negra". Ela falava pra me proteger, eu era orientadora educacional dela, e não era de bom tom eu ser uma mulher negra dentro da equipe de gestão, sempre fui da gestão. Mas, é essa negritude que sempre fiz questão de protagonizar para os meus alunos (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Meu ingresso no Ensino Superior foi um sofrimento, um processo longo, por inúmeras questões, incluindo um filho de colo. Foram seis tentativas, para uma universidade pública, sendo a primeira em 1979, e a última em 1984. Entretanto, foram 10 anos para conseguir dar conta de terminar a graduação, o que só aconteceu numa faculdade particular, em 1988. Eu trabalhava de manhã para ganhar uma bolsa para pagar a mensalidade da graduação; à tarde trabalhava numa escola particular da Zona Sul, muito boa, e muito rica; à noite estudava na faculdade Santa Úrsula. Tudo isso me abriu a cabeça, me deu um lugar existencial. E eu estava com muito conflito na escola, eu era discriminada porque era pobre, e não era branca. Eu sofria muito, era silenciada por uma professora, a qual eu era auxiliar dela, e isso tinha um valor menor. Mas eu estava buscando meu futuro, porque eu ajudava na minha casa. E isso era o mais importante (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Então eu descobri, no começo do ano de 1984, que existia um processo seletivo, no qual poderia transferir minha graduação de uma faculdade particular para uma universidade pública, isso iria resolver minha vida. Então paguei o boleto no Banerj, e fui fazer a inscrição para a prova. Ao entrar, me direcionei ao balcão e expliquei sobre o processo, apresentando meu boleto pago. O rapaz olhou para mim e disse "porque você não veio aqui antes de pagar", só tem três vagas e são mais de oitenta pessoas, você não vai conseguir", " se viesse antes, não teria gastado seu dinheirinho". O descrédito dele ao me olhar, olhar minha roupa simples, meu cabelo crespo, cheio, minha pele não branca, enfim! (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Os desafios enfrentados por Carolina em sua trajetória educacional, especialmente no Ensino Superior, se constituem barreiras no acesso de mulheres negras no espaço acadêmico.

Como eu disse anteriormente, são diversas as formas pelas quais o racismo se manifesta no cotidiano de uma mulher negra que acessa o Ensino Superior. Sua vocação e sua necessidade de existência subjetiva, psíquica, profissional e econômica, são sempre atravessadas por uma série de desafios e impedimentos para progredir em sua carreira no contexto acadêmico, porque as barreiras impostas por uma dinâmica que padroniza e determina o lugar de mulheres negras como serviçais não permitem seu acesso à Educação qualificada no espaço acadêmico como direito, porque no âmago, no Brasil, isso é um privilégio de alguns corpos. E pouquíssimos são corpos negros.

Fazer Mestrado e ser uma intelectual negra[34] – lugares inimagináveis na minha vida

> O tempo foi passando, a vida foi melhorando, e eu me aposentei. Muito feliz com minhas duas matrículas no município do Rio de Janeiro, uma de professora e outra de orientadora educacional. Me empoderou muito, e me deu muito conhecimento no campo, no trato da formação quanto no trato com as crianças, as histórias dos meus filhos e netos em contato com memórias, minha infância a Favela do Parque Proletário da Gávea, pra falar desse cotidiano preto, dessa coisa normal na minha trajetória. A maioria das minhas histórias têm muito da minha história, mas eu invento, crio também (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Eu nunca pensei em fazer mestrado, não me sinto e nunca me senti capaz de estar nesse lugar. Eu quis fazer graduação e pós-graduação para ajudar as pessoas, mas não me sinto no lugar de intelectual e pensadora negra. Vejo e as vezes invejo as outras mulheres, como se eu não estivesse nesse lugar (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Fiz duas especializações. A primeira "Teoria e práticas da leitura", antes de ser escritora e lançar o primeiro livro E eu ainda não estava entendendo de Negritude, epistemologicamente falando. Tempos depois, fiz a outra especialização: África-Brasil, que foi muito boa. Ela me ensinou os escritores africanos, mas todos brancos. Mas já foi um avanço E aí meu filho Igor, ele já tinha feito doutorado muito jovem, falou pra mim do Mestrado no CEFET (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Em seu artigo "Intelectuais negras", a autora bell hooks (1995) nos traz algumas reflexões sobre a questão do (não) pertencimento ao lugar de intelectual por parte de muitas de nós, mulheres negras:

[34] Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias em sua vital relação com uma cultura política mais ampla. *Intelectuais Negras* (hooks, 1995, p. 468).

> Nas conversas com acadêmicas e não acadêmicas negras sobre nossas relações com o mundo das ideias em busca de conhecimento e produção intelectual, um dos temas constantes que vinha à baila era o receio de parecer egoísta de não fazer um trabalho tão diretamente visto como transcendendo o ego e servindo outros. (hooks, 1995, p. 470)

Desse modo, é possível entender o posicionamento de mulheres negras acadêmicas, pesquisadoras, escritoras já com seus livros, em não quererem ocupar esse lugar social. Sobre esse posicionamento, hooks (1995) relata que

> As intelectuais negras trabalhando em faculdades e universidades enfrentam um mundo que os de fora poderiam imaginar que acolheria nossa presença, mas que na maioria das vezes encara nossa intelectualidade como suspeita. O pessoal pode se sentir à vontade com a presença de acadêmicas negras e talvez até as deseje, mas é menos receptivo a negras que se apresentam como intelectuais engajadas que precisam de apoio, tempo e espaço institucionais para buscar essa dimensão de sua realidade. (hooks, 1995, p. 468)
>
> Algumas de nos preferiram assim negar sua capacidade intelectual para não enfrentar essa realidade. Outras, podem escolher ser acadêmicas mas evitar a classificação de intelectual (hooks, 1995, p.468).

Ao analisar as falas de bell e Carolina, eu entendo que a ausência de percepção de intelectualidade está intimamente ligada à infância dessas mulheres, bem como a de tantas outras mulheres negras. Essa ausência perpassa ainda pela questão do não pertencimento das mulheres negras, haja vista o (não) lugar social imposto historicamente a essas mulheres, situação já problematizada desde o início desta pesquisa. Percebo ainda o quanto esses relatos dialogam com minhas experiências nessa rota chamada Ensino Superior, quando me lembro de um professor indagando em uma aula a todos os colegas mestrandos: “vocês se consideram intelectuais negros?”

Demorei um tempo para responder à pergunta. Fiquei esperando a resposta dos outros colegas, me faltou coragem para ousar me intitular como tal. O professor insistiu na pergunta e, diante do silêncio da turma, majoritariamente de discentes negros, ele afirmou que todos nós deveríamos nos apropriar de nossa intelectualidade e de nossa potencialidade, do contrário, o processo de invizibilização e apagamento dos corpos negros, como uma faceta do racismo, sairia vitorioso. E isto também precisa ser problematizado, afinal esse processo continua em curso.

Ingresso tardio – teria sido tão bom se pudesse ter entrado antes

> Com cinquenta e oito anos entrei no mestrado, foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Se eu fizesse o mestrado enquanto eu estava na ativa, teria uma melhora de salário. Mas, eu topei, e fui fazer já aposentada. Acho lamentável eu ter entrado aos cinquenta e oito anos, se tivesse entrado aos quarenta, a minha contribuição para a sociedade bem melhor, eu estava dentro de uma rede municipal de educação. Essa é uma frustação que eu tenho (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).
>
> Tive alguns motivos pra não ter entrado no mestrado antes. Primeiro, pelo meu entendimento de que aquele não fosse o meu lugar. Segundo, por conta das dificuldades da vida, estava com três filhos pequenos, morava distante, cuidava da minha mãe e do meu pai. Eu via as minhas amigas fazendo mestrado, e elas sofriam muito, e eu fiquei com medo de sofrer (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Ao analisar na trajetória de Carolina, seu encantamento pelo conhecimento e toda sua vivência como educadora, penso em como é relevante trazer à baila a discussão sobre o quanto nós mulheres negras nos sentimos estrangeiras de dentro ao ocuparmos espaços que são "como um espaço de fronteira, ocupado por grupos com poder desigual, pois, ao mesmo tempo que essas mulheres estão dentro de algumas instituições, não são tratadas como iguais" (RIBEIRO, 2017, n.p.).

E é sobre esse lugar de marginalidade ao qual são expostas as mulheres negras que bell hooks (2020), relembrando sua infância na pequena cidade de Kentucky, descreve sobre o ponto de vista único que o status de outsider within pode gerar: "Ao viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora, e compreendíamos ambos" (hooks, 2000, p. 7).

Entretanto, este cenário tem proporcionado uma visão de mundo bastante diferente a essas mulheres, mobilizando-as a refletir sobre a relação do (não) lugar social das mulheres negras com a questão do (não) pertencimento destas mulheres dentro de determinadas organizações.

Etarismo – usando minha idade para deslegitimar minha fala

> Na primeira semana de mestrado eu só chorava, porque eu via aquela garotada toda a falar, e o desconhecimento que eu tinha de muitas coisas. Mas eu sempre fui respeitada na minha singularidade. Muitos jovens já conheciam a minha literatura, eu não cheguei como uma idosa qualquer, era a Sônia Rosa, e isso me abriu portas. Mas na minha sala tinha um rapaz negro que implicava muito comigo. Certa vez, eu disse "poxa, toda vez que falo alguma coisa você sempre debocha do que eu falo", "poxa me respeita". Eu era meia boba, perguntava muito, tudo. Depois entendi que o deboche era por conta da minha idade. Aí, eu comecei a conhecer muita gente, a entender mais a juventude negra naquele espaço. Eu só lembrava dos meus meninos, meus irmãos, que não tiveram aquele conhecimento, aquela estrada de todos aqueles jovens (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

Como foi mencionado na introdução dessa pesquisa, a idade se constitui num outro marcador social da diferença que vêm atravessando o cotidiano de mulheres, em especial as mulheres negras, se interligando aos marcadores raça e gênero na trajetória das mulheres negras mais velhas em diversos espaços da sociedade.

Nesse sentido, torna-se relevante a reflexão de Berth (2021) em seu artigo "Etarismo: essa conversa começa pelo racismo":

> Todas, absolutamente todas as discussões sobre etarismo devem passar pelo racismo, tendo em vista que foi a partir dele que se pôde observar a ocorrência dessa prática de aprofundamento das opressões de raça e, posteriormente, de gênero [...]. É fato que mulheres brancas sofrem com críticas opressivas e cobranças sobre o descolamento entre juventude e beleza. Mas isso não apenas tem sido contornado, como tem se colocado como uma vantagem [...]. Outro sinal preocupante de esvaziamento dessa discussão tão importante e intimamente ligada à questão racial e de classe, tanto quanto de gênero, é a falta total de proposições. (BERTH, 2021, n.p.)

O relato de Carolina me faz refletir sobre como, em alguns contextos, em especial o acadêmico, o envelhecimento é sinônimo de experiência e sabedoria, principalmente quando se trata dos homens, pois quanto mais velho e experiente, mais ele tem a contribuir. Já para as mulheres, o envelhecimento é um fardo. O corpo feminino é o corpo que envelhece, que fica feio, como se não tivesse nada mais a "oferecer", e que é facilmente trocado por corpos femininos mais jovens. O corpo que tem prazo de validade.

E, ao analisar as trajetórias dessas três mulheres negras, refletir sobre a minha trajetória e a de tantas outras mais velhas com as quais convivo em minha caminhada, penso no quanto nós mulheres negras temos sido atravessadas em nossas rotas pelo etarismo, sem que isso seja problematizado de forma efetiva dentro do campo das relações étnico-raciais.

Desse modo, o etarismo, enquanto uma prática de utilizar a idade na categorização e divisão entre as pessoas, gerando desvantagens, injustiças, perdas e um desgaste desnecessário entre as gerações, precisa ser adicionado à pauta das discussões sobre os marcadores sociais da diferença, bem como sua forma perversa de opressão contra a população idosa.

O encantamento pelo saber

> Tem que partilhar. Para que estudar, se não for para partilhar. Temos que virar essa mesa. Nem todo mundo consegue, mas não é porque não é bom o suficiente. É porque não tem uma rede, não tem amor, não tem incentivo, ninguém acredita (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

> Quando é que o racismo vence? Quando ele te convence de que você não vale nada, e não vai chegar a lugar nenhum. Isso é o mais forte do meu entendimento. É preciso convencer as crianças negras que elas podem, elas valem, e têm seu potencial. Ensino histórias de um protagonismo negro. Hoje todos os meus livros estão com a pegada preta, mas ser uma escritora renomada não me isenta das opressões.

> Como fiquei encantada em conhecer Frantz Fanon; Kabenguele Munanga, Sueli Carneiro, me apaixonar pela Cida Bento, conhecer bell hooks, Clóvis Moura, Conceição Evaristo, Toni Morrison, Nilma Lino Gomes maravilhosa, e tantos outros autores negros. E o que aconteceu é que não quero mais parar de estudar, não consigo mais parar de estudar, não consigo mais parar de aprender. Eu tenho um desejo de saber, e de compartilhar o saber (Entrevista com Carolina, realizada em 15 de maio de 2025).

As narrativas de Carolina encontram eco nas reflexões de bell hooks (1995, p. 465), quando diz que “a decisão de homens e mulheres negras de trilhar, conscientemente um caminho intelectual, foi sempre uma opção excepcional e difícil”. Em seus relatos, bem como nos relatos de bell, a respeito do encantamento pelo saber e pelo conhecimento, vejo suas experiências entrelaçadas com as minhas e as de tantas outras mulheres negras. Me atrevo a dizer que bem sabemos por qual motivo tentam nos impedir de ingressar no espaço

acadêmico, bem como fazem de tudo para não permanecermos nele: o conhecimento liberta! Temos um projeto de vida, para nós e para os nossos: a Educação como prática de liberdade.

Entretanto, nosso projeto encontra resistência no contexto neoliberal em que vivemos, onde a realidade que atravessa nossos corpos negros constitui-se em "estudar" ou "ser educado", para um controle dos nossos corpos por parte do sistema hegemônico e capitalista, bem como para uma inclusão no sistema produtivo, de uma forma alienada, sem priorizar a produção de conhecimento, e a liberdade como um direito fundamental. Essa realidade foi cunhada e denunciada por Paulo Freire (1968) como uma Educação bancária[35], e ao perceber que esse formato de Educação continua em andamento no cenário econômico, sócio-histórico e político brasileiro, vemos a necessidade de combater este formato de Educação.

Penso que essa é uma reflexão fundamental na contemporaneidade e, nessa perspectiva, há um destaque para a relevância da representação para a constituição e fortalecimento das identidades negras, representação que faz toda a diferença numa sociedade racista, sexista e etarista como a nossa. Por isso, apropriar-se da máxima "ponha-se no seu lugar" é tão urgente para o povo negro, em especial mulheres negras.

3.5 – Conhecendo a trajetória de Lélia
Sou uma intelectual negra – meu lugar de pertencimento

> Sou de uma geração que aprendeu que na escrita, ela tem que se distanciar do objeto de pesquisa. E aí, hoje percebo que tenho muito mais intimidade com meu objeto de pesquisa (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Lélia, com seus 69 anos, aposentada, Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, escritora, poeta, contista, coordenadora do Grupo de Pesquisa Laboratório de Pesquisas Étnico-Raciais (LABMERE) e ativista do Movimento Negro, se autodeclara uma mulher negra, idosa, relata ser encantada pelas palavras e apaixonada pela sua sonoridade, e que se tornou pesquisadora a partir do seu pertencimento.

> Meu lócus de pesquisa é meu lócus de conhecimento. Então há conflitos, há tensões, mas são tensões próprias do se pensar no mundo. Então, hoje

[35] Conceito cunhado por Paulo Freire (1968) em seu livro Pedagogia do Oprimido.

> eu me apresento como uma intelectual negra, uma pessoa que pensa a partir desse lugar. Sou uma mulher negra idosa. Gosto muito de afirmar isso. Uma mulher preta, idosa e saudável é uma vingança (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

A fala de Lélia sobre seu lugar de pertencimento, bem como as dificuldades e os conflitos inerentes a esse lugar, nos traz um questionamento: quem pode ser reconhecida/o como intelectual no Brasil? E este questionamento é base na reflexão de hooks (1995) quando a autora afirma que

> Como nossas ancestrais do século XIX só através da resistência ativa exigimos nosso direito de afirmar uma presença intelectual O sexismo e o racismo atuando juntos perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina natural orgânica mais próxima da natureza animalística e primitiva. (hooks, 1995, p. 468)

Um questionamento que também é problematizado por Xavier (2019) ao explicar que

> A dificuldade reside em conseguir localizar nossos saberes dentro do *mainstream* acadêmico, estruturado pelo discurso fictício de neutralidade científica. A narrativa de uma ciência válida e legítima por ser neutra torna alvo de desconfiança e descrédito projetos acadêmicos que assumam o papel que a subjetividade desempenha na produção científica (XAVIER, 2019, p. 91).

No mesmo instante que ouvi o relato de Lélia, afirmando ser uma intelectual negra, me questionei o motivo pelo qual esse lugar de pertencimento é tão caro para as mulheres negras. Após me debruçar nos estudos sobre a teoria crítica do Pensamento feminista negro durante todo o tempo de minha pesquisa de dissertação, concluí que a intelectualidade negra não nasce nas universidades, e sim na vivência, nos saberes das mulheres negras. Não se limita à Academia, ela extrapola. E por isso tensiona esse espaço.

Vejo nas falas de Lélia, legitimadas por hooks (1995) e Xavier (2019), o quanto a quanto nossa ancestralidade tem sido mola propulsora para que ocupemos esse lugar de pertencimento, valorizando as que vieram antes de nós. E, ao ousar "ocupar o seu lugar", Lélia denuncia a complexidade de ser uma intelectual negra nesse formato de sociedade, no

qual a mulher, em especial a mulher negra, é sempre associada ao serviço, ao cuidado, não tendo a intelectualidade como uma possibilidade palpável.

Uma formação política forjada na luta por igualdade racial e social

> Quando entro na vida adulta, aos vinte e dois anos, vou me vincular a uma perspectiva de projeto de sociedade que defenda os direitos do proletariado. Então o Partido dos Trabalhadores (PT) vem com essa proposta, e participei dessa história. Fui secretária de formação e organização política, e do núcleo de negras e negros do PT, uma vida política ativa. Hoje o Partido dos trabalhadores tem um projeto político que as pessoas chamam de identitário, mas não foi. Sempre reivindicamos que fossem colocadas as nossas questões, enquanto corpos negros. Tinham pessoas que colocavam que a questão da classe trabalhadora estava à frente da questão de gênero e da questão de raça, só que não está. E justamente, uma das primeiras publicações que organizei dentro do Partido, foi falando sobre raça e classe, tendo como referência Lélia Gonzalez, que também passou pelo PT, e hoje é uma grande referência pra pensar o lugar dos negros, em particular das mulheres negras, e as tensões que existem nas perspectivas de raça e classe. Eu a conheci, mas não convivi com ela (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

> A gente nunca pensou dissociado. A luta de classe sem a perspectiva de raça e a perspectiva de gênero não existe. São múltiplas as questões que nos atravessam, e todas são fundamentais. Como hoje na sociedade, no meu lugar, ser uma mulher idosa. Hoje não tenho nenhuma vinculação partidária, mas não significa que eu não tenha uma leitura crítica da sociedade. Minha formação política passa pelo Movimento Negro. Entendo a importância da organização política, e as questões que pontuam gênero e raça, eu estou presente pra discutir (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

A luta pelo fim da desigualdade racial e social e seus efeitos nocivos na sociedade brasileira não é recente. Essa luta por igualdade de direitos, em especial por uma educação emancipatória para a população negra, tem sido pauta dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro brasileiro desde o início do século XX, assim como afirma a professora e socióloga Nilma Lino Gomes (2012) em seu artigo ”Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça”.

> A educação tem merecido atenção especial das entidades negras ao longo da sua trajetória. Ela é compreendida pelo movimento negro como um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos valorizem o diálogo entre os diferentes

> sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (GOMES, 2012, p. 735).

Historicamente, para as mulheres negras, a existência esteve sempre associada à resistência. Por isso, o ativismo e a militância sempre estiveram presentes nas trajetórias de mulheres negras nas lutas por igualdade de direitos. Quer seja na militância dentro dos movimentos sociais, quer seja no ativismo individual ou em rede, nos diversos espaços, as mulheres negras criam e utilizam diversas ferramentas, promovendo mudanças na sociedade. E a trajetória de militância de Lélia nos revela o quanto é necessário a nós mulheres negras ocuparmos esses espaços de luta com nossos corpos e nossos saberes, promovendo reflexões e discussões sobre as múltiplas questões que nos atravessam e, ainda, criando e compartilhando ferramentas que promovam mudanças em nossa sociedade.

Pessoas pretas precisam encontrar estratégias para sobreviver

> Não gosto de tratar o racismo pela miséria. Uma grande estratégia que o racista usa é nos desmerecer, e não tratar das nossas conquistas. Adora falar do nosso corpo deslocado, da tadinha...ela superou. Não superei porcaria nenhuma, não sou superação de nada, sou uma grande vingança. Sou tudo que vocês não queriam, sou linda, maravilhosa e espetacular.
>
> Esteticamente, isso foi fato. Porque aí, dentro da Academia, eu vou ter esses embates.
>
> Já no 8º período da graduação na UFF, um professor da disciplina Português do Brasil, me disse que tinha que decorar o livro de Celso Cunha, o qual afirmava que os dialetos africanos contribuíram para a língua portuguesa. E eu atrevidamente escrevi na prova que não eram dialetos, eram idiomas. Na época, 1983, todo o referencial teórico classificava os idiomas africanos como dialetos (falas tribais). Ele meu deu zero. Eu tive um treco [...]. Bem, fiquei reprovada, e isso penalizou pra mim, porque essa disciplina só aparecia em semestre ímpar, ou seja, só no ano seguinte. Aí uma amiga me falou "a gente vai ter que criar uma estratégia, se continuar insistindo, ele vai continuar te reprovando. Ele era o único professor que dava aquela disciplina, não teve jeito. E aí decorei o livro de Celso Cunha – O português do Brasil, eu só decorei pra fazer a prova. Incorporei, escrevi o livro todinho. Tirei dez, e ele me disse "tá vendo porque valeu a pena você ficar reprovada". Isso pra mim foi muito difícil. Mas e aí, você faz o quê? (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Em *Uma história feita por mão negras,* Alex Ratts (2021) afirma que

> Patrícia Hill Collins, em *Pensamento Feminista Negro*, se debruça sobre a construção de uma epistemologia feminista negra ante as barreiras de raça, gênero e classe no espaço acadêmico norte-americano. Segundo a autora, grupos de "conhecimento subjugado", como o pensamento das mulheres negras, devem se desdobrar a mais para convencer uma comunidade acadêmica hegemônica – homens, brancos, de elite e que se declaram hétero. (RATTS, 2021, p. 19)

Nos relatos de minhas entrevistadas, na minha trajetória acadêmica, bem como na afirmação de Collins (2019), me chamou atenção o quanto o pensamento social negro, em especial o pensamento feminista negro, é subjugado por boa parte da academia, onde nossos conhecimentos e produções são quase sempre rotulados de 'militância'. Ainda que nossas pesquisas tenham a perspectiva étnico-racial e de gênero interccionalizadas, somos capazes de construir conhecimento sobre tudo, sem que seja necessário sempre racializar nossas temáticas. Até porque ter consciência étnico-racial e reconhecer que vivemos numa sociedade racista não nos limita nem reduz nossa discussão acadêmica a essas temáticas.

Essa dinâmica, que acaba sendo mais uma crueldade do racismo, se constitui um aspecto peculiar do epistemicídio, processo discursivo e material da colonialidade, denominado e denunciado por Carneiro (2005):

> [...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da auto-estima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo (CARNEIRO, 2005, p.96).

Nesse sentido, precisamos atentar, porque muitas vezes somos vítimas dessas violências no contexto acadêmico e não percebemos. É aquela "velha" e recorrente fala que te leva novamente para o "ponha-se no seu lugar".

A trajetória da mulher negra na Academia – e a natureza interligada das opressões

> Não existia uma discussão racial dentro da minha família, mas sempre me percebi uma pessoa negra. Meu pai um homem negro de pele retinta, minha mãe uma mulher negra de pele clara, minha avó materna nasceu já na Lei do Ventre livre, e aos seis anos vem para o Rio de janeiro para ser empregada doméstica e grande parte das minhas tias foram empregadas domésticas. Me lembro que fui uma criança muito doente, uma criança que ninguém sabia se ia vingar. Bem, eu vinguei, cheguei aos 69 anos, por isso

> digo que sou uma vingança (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Agora, me perceber enquanto pessoa negra numa sociedade racista é uma coisa distinta. Você vive numa sociedade racista modelos, parâmetros, e quando você vê já está caminhando encaixadinho na sociedade. Lembro de uma professora pra termos cuidado com batom, porque algumas cores não ficam bem em pessoas negras (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Certa vez, um professor de Filosofia na UFF, me disse que não conseguia entender o que eu estava fazendo na UFF, perdendo um dia de sol. Quem eu era na fila do pão né. Uma mulher negra, um corpo escultural, não era o meu lugar ali, meu corpo preto não tinha que estar ali. Nesse comentário, em nenhum momento ele percebeu que era sexista e racista. E era muito difícil você provar, como é até hoje, o que é essa conexão racismo e sexismo (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Segundo bell hooks (1995), os corpos femininos negros são representados de duas formas: pelo estereótipo da mãe preta e pelas representações de seus corpos como selvagens, sexuais e desqualificadas. Desta forma, a mulher negra intelectual não tem espaço nem no imaginário social.

> A socialização sexista inicial que ensina às negras e na verdade a maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, ao cuidado dos filhos ou a um monte de outras atividades servis, tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial mesmo quando suas circunstâncias sociais ofereciam de fato recompensas por essa atividade. (hooks, 1995, p. 471)

Em *Pensamento Feminista Negro*, Collins (2019) discute sobre o lugar social da mulher negra em diversos espaços na sociedade, trazendo uma análise da interseccionalidade entre as categorias raça, gênero e classe e uma produção de conhecimento a partir das experiências das mulheres negras, apontando os desafios e as estratégias de resistência dessas mulheres frente a esses sistemas de opressão: o racismo, o sexismo e a questão de classe (COLLINS, 2019).

Nesse sentido, as mulheres negras são sempre vistas no lugar de subordinação, ou no lugar ao qual lhes é negada a igualdade de direitos como sujeito político. Mulheres brancas em alguns momentos são vistas como sujeitos, e homens negros também. Mas por não serem nem brancas nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição difícil numa sociedade racista e sexista: o outro do outro (KILOMBA, 2019).

> Nesse esquema, a mulher negra só pode ser o outro, e nunca si mesma. […] Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o "outro" do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o "outro" do outro (KILOMBA, 2019, p.124).

Em sua narrativa, Lélia problematiza a questão do pertencimento para as mulheres negras em uma sociedade racista. Acho muito interessante o modo como ela faz essa distinção, mostrando que o problema não reside em se reconhecer negra, e sim nos impactos violentos e devastadores que o racismo impetrado pela sociedade causa ao povo negro, em especial à mulher negra.

Acredito, assim como Lélia, que, por vivermos numa sociedade que nos impõe estereótipos que nos desqualificam o tempo, somos impelidas, quase que obrigadas a caminhar nossas rotas encaixando nossos corpos e mentes nos modelos e parâmetros determinados por ela. Ora somos só um corpo objetificado, ora não somos nem um corpo, apenas o objeto, que pode ser moldado e conduzido de acordo com quem acredita ter o "poder" de determinar o lugar social que podemos ocupar.

Ingresso tardio – em nossas trajetórias alguns sonhos precisam esperar

> Quando ingressei no Ensino Superior com vinte e dois anos, em 1978 na Universidade Federal Fluminense (UFF), achei que eu era velha. Eu não passei no primeiro vestibular, na época, vestibular unificado, época difícil. Terminei o Ensino Médio com 18/19 anos, mas só passei no terceiro vestibular. No segundo, não consegui fazer porque não tinha dinheiro para pagar a taxa de inscrição. Eu me achava que começar com vinte e dois anos velha porque todo mundo já tinha começado aos dezoito anos (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Minha primeira Especialização foi Literatura Brasileira, que fiz logo assim que terminei a graduação. E aí fui morar na Guiana Inglesa, onde fui ser professora de português do Brasil por um ano e seis meses, e após esse período volto para o Brasil. E aí tento o Mestrado pela primeira vez, já com mais de trinta anos, na Universidade Federal de São Carlos, pois queria fazer Mestrado em Educação. Fiquei reprovada na entrevista (não fui classificada). Voltei para o Rio de Janeiro, e aí faço a minha segunda Especialização sobre a Educação do negro na sociedade brasileira, pelo PNESB. Tento mais uma vez o Mestrado, com o meu projeto da especialização PNESB, e mais uma vez não consigo entrar (não sou

> classificada). Aí eu meio que desisti (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Em 1989, engravido, e tenho minha filha. E entro para o Mestrado no início do ano 2000 aos 42, e termino aos 45 anos. E somente doze anos após terminar o Mestrado, aos 57 anos, eu entro para o Doutorado, por conta de alguns embates do projeto. Eu insisto em fazer dentro da perspectiva de uma literatura negra, também em Educação, mas dentro do programa multidisciplinar Programa em Políticas Públicas da área de formação humana da UERJ (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Eu considero tardio meu ingresso no Doutorado. Mas entendo que fui atravessada por várias questões, interesses afetivos, algumas escolhas, que me levaram à maternidade, e acabei adiando outras coisas. Então, assim o meu ingresso na vida acadêmica, foi na idade teoricamente certa. Entretanto, essa entrada tardia na Pós-Graduação, fora da idade convencional, foi bastante oportuna, em termos de maturidade, podendo estar vivendo algumas situações que me proporcionaram uma visão de mundo, de olhar algumas coisas, e escapar das estratégias de manipulação (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Por exemplo: eu não podia ter bolsa, porque meu salário era maior que a bolsa. Eu não podia abrir mão do meu salário pra viver só da bolsa, eu já tinha uma filha. Então eu nunca pude só estudar, eu tinha que trabalhar. Eu não tive direito a bolsa mesmo, mesmo sendo negra. A minha filha, hoje com trinta e cinco anos, terminou o mestrado há dez anos. Mas ela pôde viver só com a bolsa de mestrado e se dedicar aos estudos. Eu não pude fazer isso (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Algumas hipóteses nortearam o início, bem como desenvolvimento desse trabalho. E uma delas, já citada na introdução, sinaliza o que o relato de Lélia traz à baila: o dilema da mulher negra acima dos quarenta e cinco anos que precisa trabalhar para o seu sustento e de seus filhos. E ao ter que escolher entre trabalhar ou se dedicar aos estudos, não terá uma outra opção. Escolherá o trabalho e a dedicação aos estudos será um sonho adiado.

Nesse sentido, Xavier (2019) vai problematizar essa escolha imputada à mulher negra, e naturalizada pela sociedade, ao afirmar que

> Esse violento aprendizado da separação entre o estudo e trabalho relaciona-se com desigualdades estruturadas de tal forma que nos fazem naturalizar a existência do direito de estudar e o dever de trabalhar. Ainda hoje, milhões de crianças são educadas assim, através da ideia que em sendo negras e pobres, estudar significa aprender a ler, escrever e fazer contas. E é por conta dessa visão, relacionada ao passado da escravidão, à precariedade do trabalho no pós-abolição e ao ódio de classes que universitários pobres repetem: “este lugar não é pra mim”. (XAVIER, 2019, p. 154)

Diante dos relatos sobre as escolhas que minhas entrevistadas precisaram fazer em suas rotas, escolhas essas que nem sempre foram o que sonharam realizar naquele momento de suas vidas, reforço a importância do debate sobre interseccionalidade no campo das relações étnico-raciais. O racismo sempre atravessará as rotas de mulheres negras em diversos contextos na sociedade, em especial no contexto acadêmico, no entanto, é preciso ampliar nossa percepção sobre outros sistemas de opressão interligados, como sexismo, e etarismo, e que também se constituem verdadeiras barreiras nas trajetórias de mulheres negras.

Diante do relato de Lélia, bem como o de bell e de Carolina, penso o quanto suas trajetórias e experiências individuais estão articuladas à perspectiva da história social da população negra, ao enfrentamento ao racismo e à discriminação de gênero, e em como esse processo vai se manifestando no corpo de mulheres negras ao longo do tempo. Entendo ainda que o etarismo se constitui parte desse processo, já que tanto a infância quanto a vida adulta de mulheres negras são sempre antecipadas para enfrentarem o racismo e o sexismo já estruturados na cultura brasileira.

Desde crianças, somos amadurecidas, imbuídas da responsabilidade ancestral de realizar os sonhos de nossas mães, tias, avós. Por isso mulheres negras demoram a chegar na felicidade existencial e serão sempre velhas nos lugares de suas conquistas. Porque demoramos a chegar, algumas de nós morrem antes.

Meu compromisso ético-político: educação como um bem para todos

> Não ter podido abrir mão do meu trabalho, do meu salário, para ter direito à bolsa e me dedicar somente aos estudos e à minha pesquisa, me fez ter uma leitura diferenciada. E aí tem horas que me vejo como professora de mestrado, e que tenho orientandos que não percebem o significa politicamente ter uma bolsa de pesquisa, não entender porque a gente precisa em todas áreas profissionalizar a pesquisa. O pesquisador precisa ter tempo pra fazer a pesquisa. Ler, estudar, investir, sabe. Eu não tive essa oportunidade, mas isso não impediu que tivesse essa leitura crítica (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Então, quando eu olho pra pessoas que tiveram uma dificuldade muito parecida com o que vivi, eu não quero contar uma história; ah! porque eu superei...não. Eu só quero que essas pessoas se identifiquem com as pesquisas delas. Aí vem o meu compromisso ético-político: que a Educação seja um bem pra todos, que ela não seja lida como um privilégio. Hoje as pessoas usam os celulares, e as bibliotecas estão vazias. Porque têm doutorado, as pessoas têm livros em casa com um bem, um bem que

> dá status a elas, e às vezes ela não leu nenhum livro daquele. Esses livros podiam estar na biblioteca, sendo um bem pra todas as pessoas. Onde está literatura numa sociedade hierarquizada como essa que a gente vive. A coisa é pra poucos (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Estava conversando sobre isso, a Academia brasileira. Se não percebermos que esse lugar tem 1001 obstáculos, tem gente que vai passar, e achar que não pode entrar, porque aquele espaço não é dela, então vai escutar de novo: aqui não é o seu lugar, ponha-se no seu lugar (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Ao ouvir esses relatos sobre a trajetória de Lélia, bem como a trajetória de tantas mulheres negras com as quais compartilho a vida, e realizando uma leitura das histórias dessas mulheres considerando as semelhanças de origem, identifico o quanto a vivência de mulheres negras tem sido atravessada pelas opressões do racismo e sexismo, em diversos espaços da sociedade, e me aproprio da afirmação de Lorde (1983):

> Não existe hierarquia de opressão. Eu não posso me dar ao luxo de lutar por uma forma de opressão apenas. Não posso me permitir acreditar que ser livre de intolerância é um direito de um grupo particular. E eu não posso tomar a liberdade de escolher entre as frontes nas quais devo batalhar contra essas forças de discriminação, onde quer que elas apareçam para me destruir. E quando elas aparecem para me destruir, não demorará muito a aparecerem para destruir você. (Lorde, 1983, n.p.)

Nesse sentido, entendo que a Academia é um desses espaços, pois, além de nós mulheres negras nos depararmos com outro mundo de possibilidades, também nos confrontamos com as marcas de um espaço elitizado, racista e sexista. E, apesar da relevante contribuição das políticas de ações afirmativas nas últimas décadas, em especial a Lei 12.711/2012 (Lei de cotas raciais), promovendo a inserção e a diversidade no ensino superior, ainda existem vários obstáculos a serem enfrentados, devido às opressões que se articulam e se atualizam no espaço acadêmico também.

Aprender a se amar e insistir na felicidade

> Precisamos olhar pra nossa história e perceber o quanto a gente precisa ser carinhosa com a gente mesma, cuidadosa com seus erros e acertos O quanto que a gente precisa colocar a gente no colo, nos respeitarmos. A gente fica o tempo todo se comparando com o outro. Eu ouvi desde sempre " ah, você não parece que tem vinte anos", e agora ouço " você não parece

> que tem sessenta e nove anos". Me pergunto, o que é parecer pras pessoas. Entendo eu que é ter sessenta e nove anos e estar viva, e estar olhando pra si, se colocando como uma pessoa capaz de se amar, capaz de se gostar. A prendendo a se colocar como prioridade, a reconhecer que eu sou importante, que essa pessoa que vejo o espelho é bonita, que precisa ser amada, querida (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Eu jogo ao contrário. Não sou uma velhinha morrendo, em fim de carreira. É isso que esperam da gente. Mas uma das coisas que tenho buscado é ser feliz, com todas as conquistas que eu tive. Acho que o que incomoda mais as pessoas é ver uma preta feliz. Hoje tenho uma filha já com trinta e cinco anos, mestra em literatura francesa. Aí me perguntam "por que ela fez literatura francesa", eu respondo: porque ela quis. A mesma coisa quando me perguntam "por que você está fazendo balé, por que não faz dança afro?", respondo: porque não quero. Por que tenho que escolher dança afro e não balé? Eu não tenho que nada (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).
>
> Buscar ser feliz com todas as questões que implicam estar viva, com suas memórias, de tudo que aconteceu pra chegar onde chegou. E a gente continuar insistindo nessa felicidade. Anseio por uma sociedade onde as pessoas sejam felizes. Ricas em felicidade e em saúde (Entrevista com Lélia, realizada em 16 de maio de 2025).

Historicamente, as trajetórias de mulheres negras vêm sendo atravessadas pelas desigualdades raciais e discriminações de gênero. Entretanto, a idade se constitui num outro marcador social da diferença que, interligado a raça e gênero, invisibizam essas mulheres enquanto sujeitos de direitos, em diversos espaços da sociedade, promovendo uma intersecção de opressões entre racismo, sexismo e etarismo, determinando ainda quais espaços sociais essas mulheres (não) podem ocupar.

No entanto, como foi citado anteriormente no Rota II desta pesquisa, todo dispositivo de poder produz sua própria resistência (CARNEIRO, 2023). E é assim que Lélia, em seu relato acima, de uma forma bem poética, nos convida a resistir para existir: insistam na felicidade, valorizem seus erros, acertos e conquistas, porque se foram muitos, é porque sua trajetória é gigante; respeitem suas subjetividades; esqueçam as comparações a que nos submetem em todo o tempo em nossas existências.

Por fim, com sua autoestima e capacidade de se amar, não se importando com a forma com que as outras pessoas a (des)qualificam, nos encoraja a vencer o medo do julgamento alheio. E mais, a buscarmos coragem, em nós mesmas, para ocupar espaços e realizar sonhos engavetados. Tudo sem precisar buscar a aprovação de ninguém.

Considerações finais

O lugar social da mulher negra, imposto historicamente pelas estruturas de poder, foi convencionado como espaço da subalternidade. Ao problematizar raça e gênero como marcadores sociais da diferença, que vêm atravessando o cotidiano das mulheres negras por séculos, podemos identificar que outros marcadores como classe, sexualidade, etnia, capacidade e idade se associam e se retroalimentam com os sistemas de opressão racismo e sexismo. Os estereótipos relacionados à servidão e à hipersexualização da mulher negra continuam a invizibilizar essas mulheres, aumentando a desigualdade de oportunidades e consequentemente, de direitos nos diversos espaços de sociedade, incluindo o espaço acadêmico, principalmente no diz respeito à produção de conhecimento.

Entretanto, mulheres negras têm buscado estratégias e ferramentas de resistência no enfrentamento ao racismo cotidiano e outros sistemas de opressão interligados, como o capacitismo e o etarismo, avançando em rotas, ocupando os espaços e alcançando seus sonhos.

Motivada por minha trajetória de vida, enquanto mulher negra, acadêmica, 57 anos, e as trajetórias de tantas outras mulheres com as quais compartilho a vida, trago como interesse de pesquisa discutir as trajetórias de mulheres negras acima de 45 anos no Ensino Superior, num cenário de desigualdade social reforçado pela discriminação de raça, gênero, classe e faixa etária. O objetivo do meu trabalho foi conhecer os desafios e perspectivas dessas mulheres no ingresso tardio no espaço acadêmico, a partir de relatos de suas experiências nesse espaço social. Em específico, identificar quais são os desafios para o ingresso dessas mulheres negras no Ensino Superior; compreender como essas mulheres identificam os sistemas de opressão racismo, sexismo, etarismo em seu cotidiano nesses espaços, bem como suas estratégias de enfrentamento; e, ainda, conhecer as perspectivas dessas mulheres antes e após o ingresso no espaço acadêmico.

Ao me apropriar do pensamento feminista negro, perspectiva teórica e política que analisa as experiências e opressões específicas enfrentadas pelas mulheres negras (COLLINS, 2019) e da interseccionalidade enquanto uma teoria crítica social (COLLINS, 2022), busquei em minha pesquisa analisar, em especial, a problemática em torno do (não) lugar social das mulheres negras. Nesse sentido, trago para o meu trabalho, a palavra “lugar” como uma categoria de análise, e afirmo a relevância e o duplo sentido que este “lugar”

possui na trajetória de mulheres negras: o lugar social que essa mulher está buscando, bem como o lugar social, enquanto um direito, que sempre irão negá-la.

Do mesmo modo, escolhi trabalhar com o conceito de rota para denominar os capítulos, com o objetivo de evidenciar as trajetórias, caminhos e rumos das mulheres negras no enfrentamento ao racismo cotidiano, ocupando os espaços e alcançando seus sonhos.

Para tanto, a presente pesquisa trouxe, como arcabouço teórico para a discussão sobre o (não) lugar da mulher negra nas sociedades, as produções de pensadoras feministas negras, como Audre Lorde (2015), Beatriz Nascimento (2021), bell hooks (1995; 2015), Giovana Xavier (2019), Glória Anzaldua (2000), Grada Kilomba (2019), Joice Berth (2021;2022), Jurema Werneck (2009), Kimberle Creshaw (2002), Lélia Gonzalez (1982; 1984; 1988), Neuza Santos Souza (1983), Patrícia Hill Collins (2016; 2017; 2019; 2022), Sueli Carneiro (2003).

Utilizei, como metodologia de pesquisa, a inspiração na análise de narrativa, tendo como principal instrumento entrevistas não diretivas baseadas nas narrativas autobiográficas de três (03) mulheres autodeclaradas negras, que foram escolhidas com base nos seguintes critérios: de idade acima de 45 anos; serem intelectuais negras; serem discentes ou egressas de cursos do ensino superior (graduação, especialização ou pós-graduação) e, por fim, todas serem pertencentes ao meu grupo social, com idade e classe semelhantes à minha.

Durante as entrevistas com bell, Carolina e Lélia, observei, em suas narrativas, algumas temáticas que considero centrais e que conversam intimamente com os meus objetivos de pesquisa, sobre os quais trago as minhas considerações.

Inicialmente, pude compreender a relevância de se ouvir as narrativas de mulheres negras mais velhas no espaço acadêmico, acerca de suas vivências e experiências nesse espaço, bem como a complexidade e as ambiguidades desse lugar. Essa compreensão me permite realizar uma análise crítica: o racismo vai sempre atravessar as rotas das mulheres negras, e isso aumenta a nossa percepção sobre ele, entendendo que o Ensino Superior também se constitui num espaço de enfrentamento ao racismo, de acordo com as vivências e experiências dessas mulheres, através de suas narrativas autobiográficas.

Em relação ao ingresso tardio ou fora da idade convencional, como pontuado pelas mulheres entrevistadas, o Ensino Superior, especificamente os cursos de pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado), não se constituem um espaço social acessível às mulheres negras acima de 45 anos, o que se dá tanto em relação ao ingresso quanto à

permanência dessas mulheres nesses espaços. Nessa perspectiva, entendo que, se existe um adiamento no ingresso dessas mulheres no Ensino Superior, isto é uma consequência do processo de exclusão ao qual foram submetidas desde o início de suas trajetórias.

Julgo pertinente trazer, como um dado de pesquisa, a dificuldade em encontrar os sujeitos dentro do perfil, e com os critérios que tracei para a minha pesquisa.

Ressalto, ainda, a importância da interseccionalidade para identificar o etarismo como mais marcador social da diferença, bem como a relevância de produções acadêmicas que se debrucem não somente em mulheres negras como objeto de pesquisa, mas em suas histórias carregadas de subjetividade e saberes, especificamente no que diz respeito às mulheres mais velhas, pois são elas que nos ensinam que os saberes não são produzidos apenas na Academia, mostrando como é relevante valorizar o legado deixado por nossas ancestrais. No entanto, através de levantamentos em sites acadêmicos, percebo que não há nenhum estudo que traga o etarismo como recorte nas produções sobre as mulheres negras no Ensino Superior.

Considero relevante partilhar alguns questionamentos que me surgiram após ouvir os três relatos das entrevistadas: por que o acesso ao Ensino Superior, no pós-abolição imediato e até hoje, é importante para a população negra? Por que lutamos tanto por isso? A resposta é uma só, e não tão difícil: o acesso ao Ensino Superior possibilita a mobilidade social da população negra, e isso faz muita diferença numa sociedade racista como a nossa.

Por fim, como resultado de uma pesquisa centrada em sujeitos, percebo o quanto de histórias, trajetórias e experiências a serem compartilhadas foram silenciadas pelos diversos sistemas de opressão que atravessam essas mulheres em seu cotidiano. Desse modo, considero de extrema relevância que cada vez mais mulheres negras, sejam jovens, maduras, ou idosas, ocupem os espaços de poder, em especial a Academia. Enfim, que se ponham no seu lugar!

Referências

ANZALDUA, Glória. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo.** Revista Estudos Feministas. v.8. n.1, 2000.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Experiências de mulheres negras e feminismo negro no Brasil.** Revista da ABPN. v.10, n.25, mar/jun 2018, p.317-328.

BAIRROS, Luíza. **III Conferência Mundial contra o Racismo**. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo • Rev. Estud. Fem. 10 (1) • Jan 2002.

BENTES, Nilma. **BRASIL-DURBAN-BRASIL: UM MARCO DA LUTA CONTRA O RACISMO**. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo • Rev. Estud. Fem. 10 (1) • Jan 2002.

BERTH, Joice. **Etarismo: essa conversa começa pelo racismo.** 2021.

BERTH. Joice. **O curioso caso da discussão sobre estatismo que exclui o racismo.** 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A Batalha de Durban**. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo • Rev. Estud. Fem. 10 (1) • Jan 2002.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados 17 (49), 2003.

CHEAHAB, Isabele Maria Campos. **O etarismo e as mulheres na América Latina**: **desafios e perspectivas"**, Isabele Maria Campos Cheahab. 2022

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativas ao Gênero. Estudos Feministas.** Ano 10. 1ºsem. 2002.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

_____. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado. v. 31, nº 1. Jan/abr 2016.

_____.**Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Parágrafo. Jan/jun. v.5, n.1. 2017 -ISSN: 2317-4919

_____. **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica.** 1ª. Edição. São Paulo: Boitempo., 2022.

EVARISTO, Conceicão. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Vozes-mulheres. In: Poemas da recordação e outros movimentos.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017, p.24-25.

EVARISTO, Conceição. **"Da grafia-desenho de minha mãe um dos lugares de nascimento de minha escrita". In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações Performáticas Brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces.** Belo Horizonte: Mazza, 2007. p 16-21. Disponível em http:// nossaescrevivencia.blogspot.com/2012/08/da-grafia-desenho-de-minha-mae-um-dos.html. Acesso em 15/ 04/2025.

FREITAS, Viviane Gonçalves; RODRIGUES, Cristiano. **Mais mulheres negras na academia: novas agendas de pesquisa?** Seminário internacional Fazendo Gênero– UFSC. Florianópolis, 2021.

GOLVEIA, Rachel Passos. **Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial.** Em Pauta, Rio de Janeiro - 1º semestre de 2020 – n.45, v.18, p. 116-129. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Rio de Janeiro.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro e Educação: ressignificando e politizando a raça.** Educ. Soc., Cmpinas, v.33, n.120, p.727-744, jul/set. 2012.

GONÇALVES, Renata. **A invisibilidade das mulheres negras no ensino superior.** Poiésis. Unisul, Tubarão, v.12, n.22 p.350-367, jun/dez 2018.

GONZALES, Lélia. **A mulher negra na sociedade brasileira, o lugar da mulher- Estudo sobre a condição feminina atual.** Rio de Janeiro, Graal, 1882.

_____. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Rev. TB. Rio de Janeiro, 92/93;69/82, jan/jun, 1988.

_____. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p.223-244.

hooks, bell. **Intelectuais negras.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, n.2 p.464-478, 2º sem. 1995.

_____. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista.** Revista Brasileira de Ciência Política, Nº16. Brasília, jan/abr 2015, pp.193-210

_____. **Olhares Negros: raça e representação.** Editora Elefante, 2019.

_____. **Primavera para as rosas negras.** Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.

_____. **Intelectuais negras.** Estudos feministas. 2º sem/1995

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LORDE, Audre. **Idade, raça, classe e sexo: mulheres redefinindo a diferença.** In: LORDE, Audre. Irmã Outsider. Autentica, 2019.

_____. **Não existe hierarquia de opressão.** In: Pensamento feministas: conceitos fundamentais. Audre Lorde (et al). Org. Heloísa Buarque de Holanda. Rio de Janeiro. Bazar do tempo, 2019.

MOURA DE QUADROS, Denis. **Dororidade em É fogo! (1987), de Maria Helena Vargas da Silveira (1940-2009): A voz de Helena do Sul recolhendo outras vozes.**

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras.** RATTS, Alex (Org.). 1ª ed. Rio de Janeiro.: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**. 1ª. Edição. Rio e Janeiro: Letramento. 2019.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história.** Revista História Hoje, v.1, nº 1, p.111-128. 2012.

REVELL - REVISTA DE ESTUDOS LITERÁRIOS DA UEMS, [S. l.], v. 1, n. 21, p. 379-399,2019.

Disponívelem:https://periodicosonline.uems.br/index.php/REV/article/view/3366. Acesso em: 6 set. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Estrangeira no próprio país.** 2017. Disponível em https://www.geledes.org.br/estrangeira-no-proprio-pais/

SANTOS, Débora Sirno; Dias, Luciana de Oliveira. **Saberes e pertencimentos espelhados: quando uma professora negra fala sobre o feminismo negro.** Revista Humanidades e Inovação. V.6, n.16 -2019.

SANTOS, Sônia Beatriz. **Feminismo Negro Diaspórico.** Revista Gênero, v.8, n.1, p.11-26, 2. Sem.2007.

SANTOS, Nilza Maria Conceição. **Da Sanga a Paris: discurso de mulheres negras sobre trabalho.** In: Pensamento de negras velhas sobre feminismo e currículum. Rio de Janeiro. 2007.

WERNECK, Jurema. **Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo.** OpenEdition books. 2009.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres** negras **como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história.** Rio de Janeiro: Malê, 2019.

https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/area-imprensa/ultimas_noticias/2013/08/01-08-201cpara-a-mulher-negra-escrever-e-um-ato-

politico201d-afirma-escritora-conceicao-evaristo-no-6o-festival-latinidades#:~:text=6%C2%BA%20Festival%20Latinidades-,01%2F08%20%2D%20%E2%80%9CPara%20a%20mulher%20negra%2C%20escrever%20%C3%A9,Evaristo%20no%206%C2%BA%20Festival%20Latinidades&text=Homenageada%20do%206%C2%BA%20Festival%20Latinidades,%C3%A9%20contada%20por%20mais%20ningu%C3%A9m.

https://revistamarieclaire.globo.com/retratos/noticia/2023/03/aluna-de-45-anos-que-sofreu-etarismo-na-faculdade-nao-desistirei-quero-fazer-mestrado-e-doutorado.ghtml.

https://sbgg.org.br/oms-relatorio-mundial-sobre-o-idadismo-etarismo/

Etarismo e machismo: desafios da mulher negra brasileira. Fundação Palmares. https://www.gov.br/palmares/pt-br/assuntos/noticias/etarismo-e-machismo-desafios-da-mulher-negra-brasileira. Acessado em 21/04/2015.

ANEXO I

Primeiro contato via Instagram

Olá.

Me chamo Marta Maria Gomes, sou aluna do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais. Estou realizando uma pesquisa para dissertação de mestrado, e gostaria de lhe convidar para participar como entrevistada. Caso aceite, e estiver de acordo em participar, lhe enviarei uma carta convite oficial, por e-mail.

ANEXO II

CARTA CONVITE

Boa noite.

Prezada xxxxxxx, venho por meio desta carta lhe convidar para participar, como entrevistada, de minha pesquisa de dissertação de Mestrado, que tem como interesse discutir a trajetória de mulheres negras de 45 a 65 anos no Ensino Superior, e a possível relação entre etarismo, racismo e sexismo em suas trajetórias.

A presente pesquisa está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, PPRER/CEFET-RJ, sob a orientação da Profª.Drª. Talita Oliveira.

Nossa conversa será preferencialmente no formato presencial, em dia e horário a ser combinado conforme a sua disponibilidade. Entretanto, deixo-lhe à vontade para escolher o formato, de acordo com suas demandas.

Nossa conversa precisará ser gravada, mas sua finalidade é exclusiva para uso de minha pesquisa. Para tanto, estarei disponibilizando na ocasião de nossa conversa, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, previamente elaborado, para que fiquem acordados os objetivos e a finalidade de minha pesquisa.

Desde já, me coloco à disposição para maiores informações, afirmando que será uma honra ter sua participação e contribuição em minha pesquisa.

Atensiosamente,

Marta Maria de Andrade Gomes

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADO

PESQUISA “PONHA-SE NO SEU LUGAR: O ETARISMO NA ROTA DAS EXPERIÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS NO ENSINO SUPERIOR”.

Entrevistas não diretivas baseadas nas narrativas autobiográficas -

1 º momento: Apresentação das integrantes

1. Nome, idade, de onde é/ onde mora, com que idade ingressou no ensino superior.

2. Referências de vida (infância, adolescência, familiar, profissional e produções).

2º momento: Perguntas sobre história de vida/ experiências cotidianas antes do ingresso no ensino superior.

1. Como foi seu processo de percepção de identidade racial?

2. Como as questões raciais eram tratadas na sua família, e nas suas outras redes, escola, amigos?

3. Quais foram suas experiências pessoais do racismo na vida cotidiana, trabalho, e suas ouras redes?

4. Quais eram as suas percepções sobre você e outras mulheres negras nas relações sociais em sua trajetória?

5. Quais foram suas experiências com o sexismo em sua trajetória?

6. Quais foram os desafios que enfrentou na sua trajetória que, na sua percepção, se deve ao fato ser uma mulher negra?

3º momento: Perguntas sobre a história de vida/ experiências no espaço acadêmico.

1. Como foi seu ingresso e sua trajetória no ensino superior?

2. Quais eram suas motivações e perspectivas para ingressar no ensino superior?

3. Como é/ era sua relação com alunas mais jovens nesse espaço?

4. Como você avalia o ingresso tardio no ensino superior?

5. Quais experiências pessoais ocorreram em sua trajetória no ensino superior, que considera relevante destacar?

ANEXO IV

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais
PPRER/CEFET-RJ

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar da pesquisa "Ponha-se no seu lugar: o etarismo na rota das experiências de mulheres negras no ensino superior", desenvolvida pela aluna de Mestrado em Relações Étnico- Raciais _____, sob a orientação da Profª. Drª _____.

O objetivo central do estudo é conhecer os desafios e perspectivas dessas mulheres no ingresso tardio no espaço acadêmico, a partir de relatos de suas experiências nesse espaço social.

Sua participação neste estudo não terá nenhum custo, bem como nenhuma vantagem financeira. Você será esclarecida sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como é atendido pela pesquisadora.

Serão garantidas a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. Qualquer dado que possa identificá-la, será omitido na divulgação dos resultados da pesquisa e o material armazenado em local seguro.

A sua participação consistirá em responder perguntas de um roteiro de entrevista qualitativa à pesquisadora do projeto. A entrevista somente será gravada se houver autorização da entrevistada. O tempo de duração da entrevista é de aproximadamente uma hora.

As entrevistas serão transcritas e armazenadas, em arquivos digitais, e somente terão acesso às mesmas a pesquisadora e sua orientadora. Os resultados da pesquisa estarão à sua

disposição quando finalizada, e serão divulgados em relatorias individuais para as entrevistadas, em artigos científicos, e na dissertação. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O presente termo será redigido em duas vias, sendo uma para a participante e outra para a pesquisadora. Todas as páginas deverão ser rubricadas pela entrevistada e pela pesquisadora responsável, com ambas as assinaturas no final do texto.

_____, ____ de_____ de 2025.

_____

Assinatura da Pesquisadora responsável

Eu _____, declaro que entendi os objetivos e condições de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

_____

Assinatura da Participante entrevistada da pesquisa